
Porto Seguro S.A.

***Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2019
e relatório do auditor independente***



Senhores acionistas e demais interessados,

Submetemos à vossa apreciação o Relatório de Administração da Porto Seguro S.A. e controladas e as correspondentes Demonstrações Financeiras, com o Relatório dos Auditores independentes, referente ao exercício de 31 de dezembro de 2019 e ao quarto trimestre (4T) do mesmo ano.

Mensagem da Administração

Em 2019, a Porto Seguro alcançou o maior lucro recorrente de sua história, proveniente da entrega de um resultado operacional sólido e do aumento dos ganhos com as aplicações financeiras. Vale ressaltar que desde a abertura de capital, realizada em 2004, a Empresa apresentou resultados consistentes, expandindo sua lucratividade a uma taxa média anual de 16%.

A receita total de 2019 foi 1% superior à do ano anterior. Os prêmios de seguros do Saúde, Vida e Riscos Financeiros e as receitas das Operações de Crédito, que constituem quatro dos seis maiores produtos da Porto Seguro, evoluíram em duplo dígito, enquanto os seguros Patrimoniais cresceram 4%. O seguro Auto recuou 1% tanto nos prêmios quanto na frota segurada, impactado principalmente pelo forte ambiente competitivo. A Azul, por sua vez, alcançou pela primeira vez a marca de 2 milhões de veículos segurados.

O Índice Combinado de seguros aumentou 2,3 p.p. em 2019, atingindo 94,5%, ainda assim 2,5 p.p. melhor do que a média dos últimos 10 anos. A sinistralidade foi 1,8 p.p. maior do que no ano anterior, em linha com as perspectivas da Empresa. O volume de despesas administrativas e operacionais de 2019 recuou 1% em comparação ao ano anterior, resultando numa melhora de 0,5 p.p. no índice anual (D.A + D.O), ao passo que a inflação (IPCA) do País foi de 4% no período. Nos últimos 4 anos, as despesas recuaram 6%, enquanto a inflação acumulada do período foi de 18%, levando a uma queda acumulada de 3,6 p.p. no índice consolidado de despesas administrativas e operacionais. O aumento de eficiência operacional observado é decorrente da realização de investimentos em tecnologia combinados com o foco em melhorias e automatização de processos.

Nos Negócios Financeiros e Serviços, o crescimento da receita foi de 8% (excluindo as operações da Porto Conecta e da Centros Médicos, vendidas em 2018), impulsionado principalmente pela elevação do faturamento dos negócios financeiros. O Cartão de Crédito destacou-se ao superar pela primeira vez o patamar de um milhão de clientes ativos. A inadimplência das Operações de Crédito encerrou o ano em 4,7%, abaixo da média do Sistema Financeiro Nacional (fonte: Banco Central).

O resultado financeiro aumentou 12% no ano, principalmente devido ao desempenho das posições em títulos com juros indexados à inflação e das alocações em renda variável. O retorno sobre as aplicações financeiras foi de 10% no ano, correspondente a 171% do CDI.



O lucro líquido sem business combination alcançou R\$ 1.387 milhões em 2019, crescimento de 5% em relação ao ano anterior. O ROAE atingiu 19,3% no período, aumento de 0,2 p.p. no comparativo com 2018. Como referência, a rentabilidade ajustada da Empresa excluindo o excesso de capital e considerando retorno de 100% do CDI sobre os investimentos seria de 22,0% em 2019.

O aumento de receitas é um dos principais objetivos estratégicos da Porto Seguro, assim, diversas ações realizadas em 2019 devem contribuir para um crescimento sustentável no longo prazo, dentre as quais destaque para as seguintes iniciativas: i) o Co-branding, que simplificou a oferta de produtos e a apresentação das marcas da Empresa e trouxe ganhos significativos de eficiência operacional e de competitividade; ii) o Seguro Auto + Cartão de Crédito, com desconto no seguro e parcelamento em até 10x sem juros no cartão de crédito Porto Seguro; iii) o Porto Seguro Essencial, seguro de Auto com serviços essenciais que atendem às principais necessidades do cliente; iv) o Conquista, plataforma digital de vendas e relacionamento; v) campanhas comerciais e ajustes nas regras de aceitação para impulsionar o Saúde PME; vi) o início da comercialização de seguros D&O e de Responsabilidade Civil Profissional; vii) o Reppara, primeiro clube de serviços emergenciais para residências no País; e viii) o seguro Bike, solução completa de proteção para todos os tipos de bicicleta.

A Empresa segue otimista com a perspectiva da retomada do crescimento econômico e acredita que os esforços realizados nos últimos anos e as iniciativas em andamento, permitirão dar continuidade ao aumento dos ganhos de eficiência operacional, avançar nas iniciativas de transformação digital e continuar aperfeiçoando os modelos de negócio para aproveitar as diversas oportunidades que o mercado oferece.

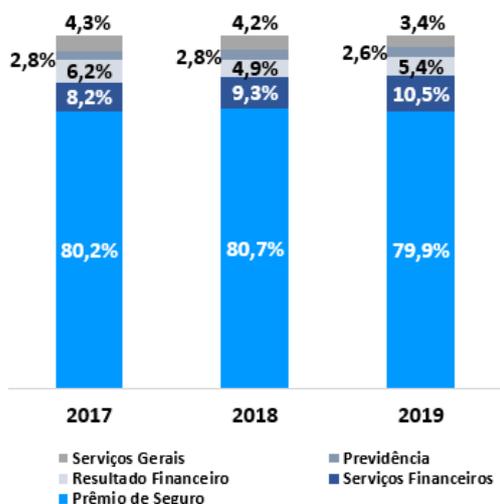
A Porto Seguro agradece a todos os colaboradores, corretores, clientes, acionistas, parceiros e investidores por mais um ano de dedicação e confiança na Empresa.



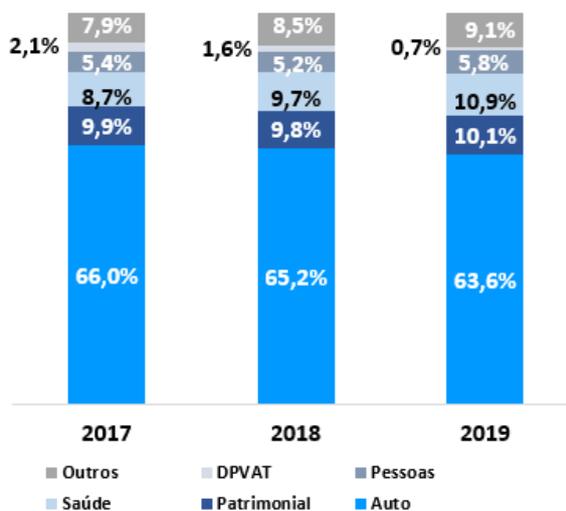
NOSSO DESEMPENHO

Principais Indicadores:

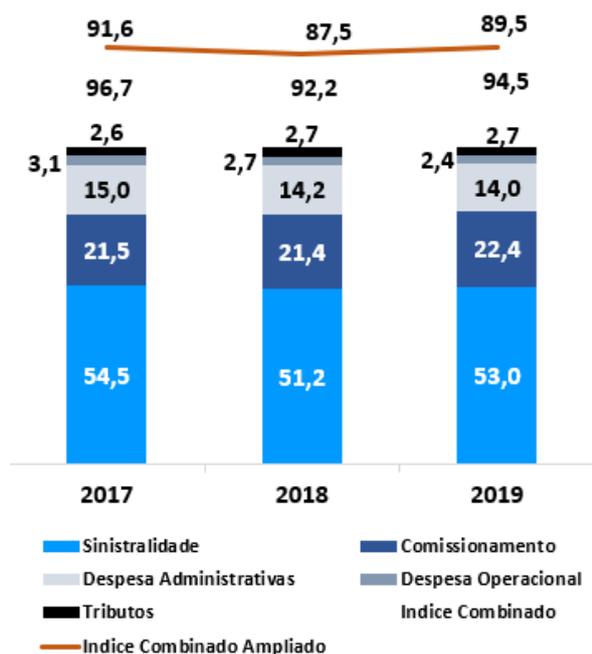
Distribuição Receita Total



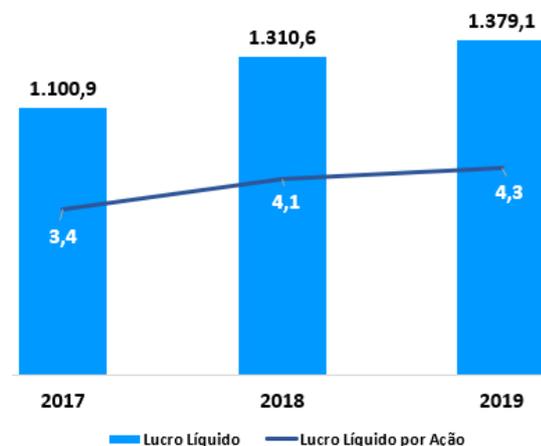
Distribuição dos Prêmios de Seguro



Índice Combinado de Seguros %



Lucro líquido com Business Combination





Nos títulos a seguir, as expressões "em 2019" e "em 2018" referem-se aos saldos e índices apurados pela Companhia nos períodos de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2019 e de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2018, respectivamente. Valores expressos em R\$ milhões, exceto quando indicado o contrário.

Detalhamento do resultado do exercício

Auto consolidado	2019	2018	Variação %
Prêmios auferidos	9.836,2	9.962,0	(1,3)
Sinistralidade (%)	56,1	52,7	3,4
Veículos segurados - frota	5.426	5.457	(0,6)

- Segmento de Seguro Automóvel: os prêmios auferidos no segmento de seguro automóvel totalizaram em 2019 R\$ 9.836,2 milhões, redução de R\$ 125,8 milhões ou 1,3% sobre os R\$ 9.962,0 milhões em 2018, que decorre da redução de 0,6% da frota segurada para 5.426 mil veículos em 2019 em relação aos 5.457 mil em 2018.

Prêmios auferidos - Saúde	2019	2018	Variação %
Saúde	1.540,1	1.364,5	12,9
Odonto	129,1	117,5	9,9
Total Saúde	1.669,2	1.482,0	12,6

Sinistralidade - Saúde	2019	2018	Variação p.p.
Saúde	78,3	78,9	(0,6)
Odonto	44,3	44,8	(0,5)
Total Saúde	75,6	76,2	(0,6)



Prêmios auferidos - Patrimonial	2019	2018	Variação %
Patrimoniais - Porto Seguro	1.075,3	1.005,0	7,0
Patrimoniais - Itaú	480,9	485,1	(0,9)
Total Patrimonial	1.556,2	1.490,1	4,4

Sinistralidade - Patrimonial	2019	2018	Variação p.p.
Patrimoniais - Porto Seguro	31,4	29,2	2,2
Patrimoniais - Itaú	29,6	27,7	1,9
Total Patrimonial	30,8	28,7	2,1

- As receitas com contribuições de planos de previdência e prêmios de VGBL totalizaram R\$ 511,7 milhões em 2019, redução de R\$ 11,5 milhões ou 2,2% em relação aos R\$ 523,2 milhões de 2018. A quantidade de participantes de Vida e Previdência (exceto Vida Prêmio) passou para 136,4 mil em 2019, uma queda de 9,5% em relação aos 149,4 mil em 2018.

Despesa de comercialização	2019	2018	Variação p.p.
Custos de aquisição – seguros	22,4	21,4	1,0

Despesas administrativas e operacionais	2019	2018	Variação p.p.
Despesas administrativas - seguros	14,0	14,2	(0,2)
Outras receitas/desp. operacionais - seguros	2,4	2,7	(0,3)
Total despesas administrativas e operacionais	16,4	16,9	(0,5)

- No ano, o índice de despesas administrativas e operacionais - Seguros atingiu 16,4% (em relação ao prêmio ganho), uma redução de 0,5 p.p. comparado ao ano anterior. O modelo adotado pela empresa para gestão de custos e os investimentos realizados para otimização de processos e sistemas estão contribuindo para ganhos de eficiência operacional. Isso faz parte da nossa estratégia, que visa obter ganhos contínuos de produtividade, sem impactar negativamente o nível de serviço para clientes e corretores.
- As receitas com operações de crédito totalizaram R\$ 1.476,4 milhões em 2019, aumento de R\$ 127,9 milhões ou 9,5% em relação aos R\$ 1.348,5 milhões em 2018. A carteira de operações de créditos administradas aumentou 18,5%, passando para R\$ 7.084,1 milhões em 2019 em relação aos R\$ 5.977,0 milhões em 2018.
- As receitas de administração de consórcios totalizaram R\$ 324,1 milhões em 2019, com aumento de R\$ 27,3 milhões ou 9,2%, em relação aos R\$ 296,8 milhões em 2018. O número de cotas de consórcio administradas aumentou 7,0% passando para 153 mil em 2019, em relação aos 143 mil em 2018.



Resultado Financeiro

Resultado financeiro	2019	2018	Variação %
Resultado financeiro - seguros	839,8	785,2	7,0
Resultado financeiro - outros negócios	199,3	140,7	41,6
Total resultado financeiro	1.039,1	925,9	12,2

Receitas financeiras	2019	2018	Variação %
Valorização e juros de instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado	706,9	480,8	47,0
Juros de instrumentos financeiros - demais categorias	307,7	346,1	(11,1)
Fundos especialmente constituídos - PGBL/VGBL	301,4	281,1	7,2
Total receitas com aplicações financeiras	1.316,0	1.108,0	18,8
Outras receitas	371,3	392,3	(5,4)
Total receitas financeiras	1.687,3	1.500,3	12,5

Despesas financeiras	2019	2018	Variação %
Operações de previdência	(352,9)	(334,7)	5,4
Operações de seguros	(160,8)	(131,5)	22,3
Outras	(134,5)	(108,2)	24,3
Total despesas financeiras	(648,2)	(574,4)	12,8

Total resultado financeiro	1.039,1	925,9	12,2
-----------------------------------	----------------	--------------	-------------

As receitas financeiras totalizaram, em 2019, R\$ 1.687,3 milhões, com aumento de 12,5% em relação aos R\$ 1.500,3 milhões em 2018. Esse aumento deve-se principalmente, pelas receitas com aplicações financeiras que totalizaram em 2019 R\$ 1.316,0 milhões, aumento de 18,8% em relação aos R\$ 1.108,0 milhões em 2018, apresentando uma rentabilidade de 10,8% (121% do CDI).

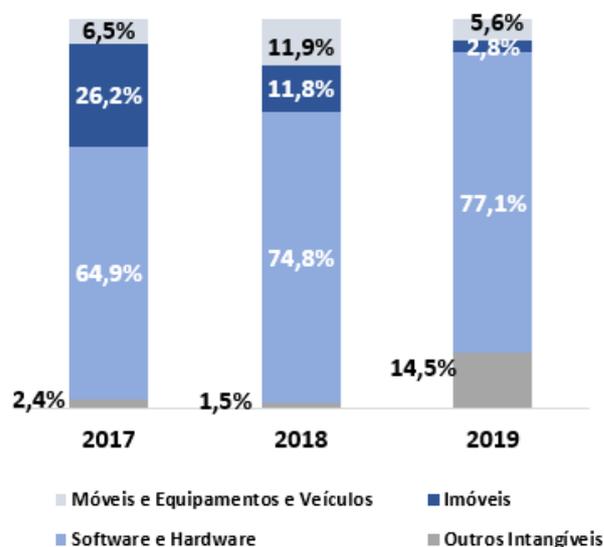


Posições Patrimoniais

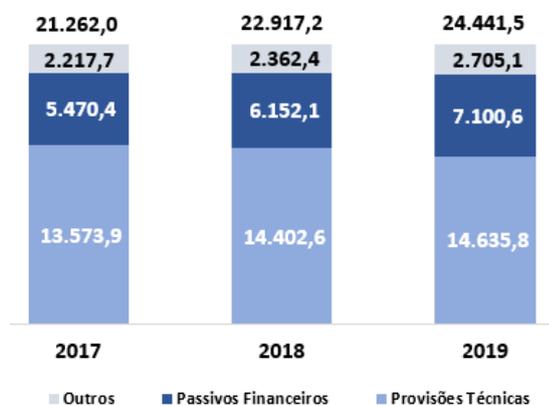
Ativos Totais



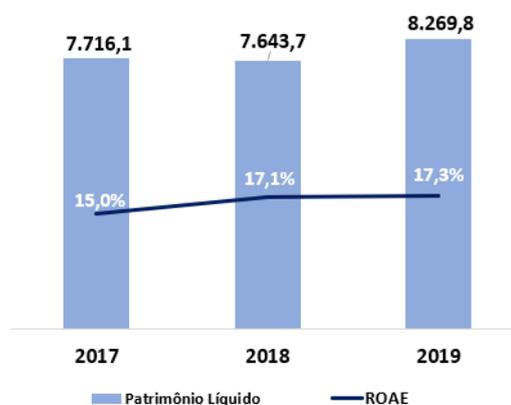
Investimentos (Capex)



Passivos Totais



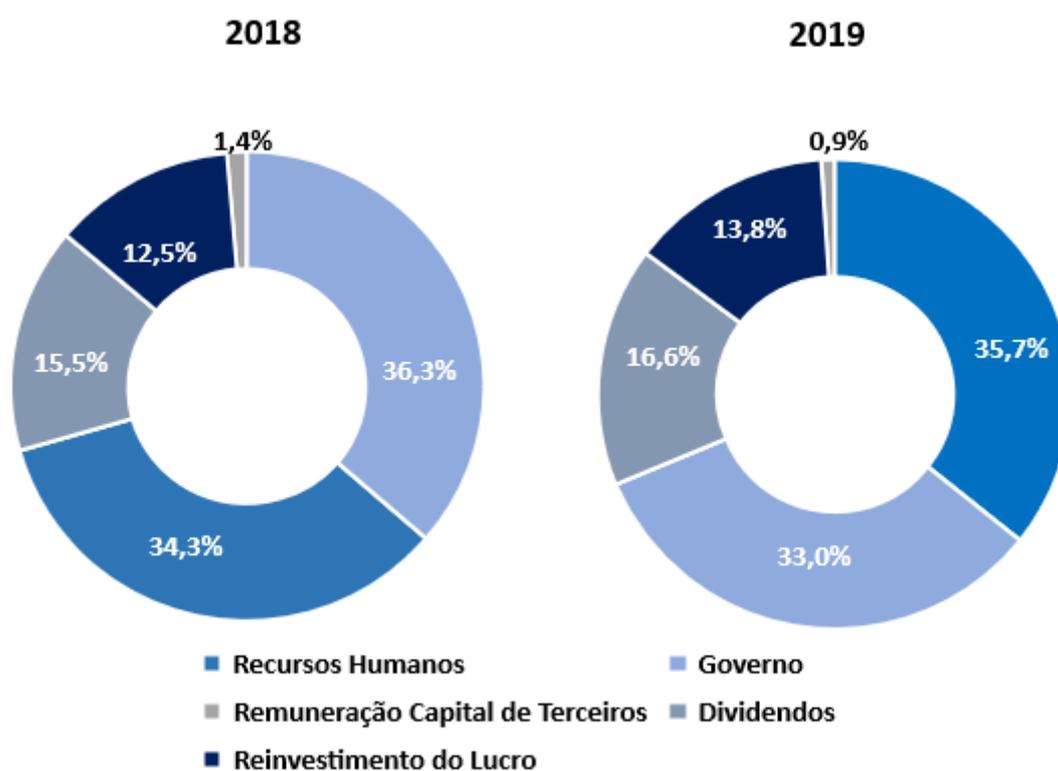
Patrimônio Líquido com Business Combination





VALOR ADICIONADO

Em 2019, o valor adicionado alcançado pela Companhia totalizou R\$ 4.535,2 milhões, com redução de 3% sobre o montante de R\$ 4.677,2 milhões do ano de 2018, conforme distribuído abaixo:



GOVERNANÇA CORPORATIVA E MERCADO DE CAPITAIS

A Companhia segue as melhores práticas de Governança Corporativa, fortalecendo os princípios que privilegiam a transparência, a equidade e o respeito aos seus acionistas, e que criam condições para o desenvolvimento e a manutenção de um relacionamento de longo prazo com seus investidores. Na busca pela melhoria constante de nossas ações, diversas áreas se dedicam a aprimorar o canal de comunicação permanente entre a Companhia e todas as partes interessadas no negócio: acionistas, órgãos reguladores, corretores, funcionários, comunidade, entre outros.



As ações da Companhia são negociadas no Novo Mercado (código PSSA3), um segmento especial do mercado de ações da Bolsa de Valores de São Paulo B3 destinado exclusivamente a companhias que atendam a determinados requisitos mínimos e às regras diferenciadas de governança corporativa, de acordo com as práticas exigidas pelo Novo Mercado e recomendadas pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC).

Ainda, a Companhia, seus acionistas, administradores, membros do Conselho Fiscal, se houver, obrigam-se a resolver toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores e membros do conselho fiscal, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social.

O Conselho de Administração da Companhia criou os Comitês de Assessoramentos, órgãos auxiliares com funções técnicas e consultivas (“Comitês”), com a finalidade de tornar a atuação dos órgãos de administração da Companhia mais eficiente, de forma a maximizar o valor da Companhia e o retorno dos acionistas, respeitadas as melhores práticas de transparência e governança corporativa. Atualmente, além do Comitê de Auditoria, que tem seu funcionamento permanente, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia, estão instalados os seguintes Comitês:

Comitê de auditoria:

O Comitê de Auditoria é o órgão estatutário de assessoramento, de caráter permanente, vinculado diretamente ao Conselho de Administração da Companhia. O referido comitê tem como objetivo principal assessorar o Conselho de Administração, avaliando, acompanhando e recomendando, de forma independente: (i) o pleno atendimento a dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia e às suas controladas, considerando as particularidades de cada empresa, além de regulamentos e políticas internas; (ii) os sistemas de controles internos da Porto Seguro S.A. e de suas controladas; (iii) as demonstrações financeiras da Porto Seguro S.A. e de suas controladas; (iv) os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e externa; e (v) o aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de sua atuação.

Comitê de Pessoas:

O Comitê de Pessoas tem por objetivo fornecer subsídios e informações ao Conselho de Administração referentes às estratégias e políticas de gestão de pessoas de todas as sociedades que compõem o Grupo Porto Seguro.



Comitê de Remuneração:

O Comitê de Remuneração tem por objetivo fornecer subsídios e informações ao Conselho de Administração para que as decisões sobre remuneração de administradores e colaboradores das sociedades que compõem o Grupo Porto Seguro estejam alinhadas às políticas e normas internas que regulem o assunto, além da legislação e regulamentação aplicável.

Comitê de Risco Integrado:

O Comitê de Risco Integrado tem por objetivo fornecer subsídios e informações ao Conselho de Administração referentes à gestão de riscos, propondo planos de ação e diretrizes, avaliando o cumprimento das normas de gestão de riscos e acompanhando os indicadores-chave de riscos em todas as sociedades que compõem o Grupo Porto Seguro.

Comitê de Ética e Conduta:

O Comitê de Ética e Conduta tem como objetivo orientar e disseminar, em todas as sociedades que compõem o Grupo Porto Seguro, o Código de Ética e Conduta da Companhia, além de conduzir apurações e propor medidas corretivas relativas às infrações ao referido Código.

Comitê de Investimentos:

O Comitê de Investimento tem como objetivo fornecer subsídios e informações ao Conselho de Administração da Companhia relacionadas à gestão dos investimentos de todas as sociedades que compõem o Grupo Porto Seguro.

INOVAÇÕES EM PRODUTOS E SERVIÇOS E “MARKETING”

Em 2019, a Porto Seguro ampliou sua linha de produtos e serviços, com destaques para:

Porto Seguro Auto: os clientes do Sem Parar ganham 5% de desconto na contratação ou renovação do seguro. O desconto é para pessoa física, em carros de passeio/utilitário, táxis e transporte de passageiros por aplicativos.



Transporte por App: em caso de imprevisto com o carro, como colisão, roubo ou furto indenizáveis, o cliente Porto Seguro Auto tem a possibilidade de escolher entre carro reserva ou crédito em aplicativos de mobilidade, como Vá de Táxi ou Uber, enquanto o veículo estiver na oficina.

Reparo rápido e supermartelinho de ouro: com essa assistência adicional, os clientes garantem o reparo de arranhados e/ou pequenos amassados na lataria do veículo que não chegam a atingir o valor da franquia.

10x sem juros no Cartão de Crédito Porto Seguro: ao contratar ou renovar o Porto Seguro Auto, os clientes podem parcelar o valor do seguro em até 10 vezes sem juros e ainda têm um desconto.

Atendimento via WhatsApp: desta forma, o cliente pode solicitar assistência para o carro e para casa, além de consultar informações do Cartão de Crédito Porto Seguro.

Seguro Viagem: redução de 35% no valor do Plano América Latina e 25% nos demais planos. E se o cliente contratar com o Cartão de Crédito Porto Seguro, ganha mais 5% de desconto e pode parcelar em até 12 vezes.

Porto Seguro Responsabilidade Civil: lançamento do Responsabilidade Civil Profissional (RCP), que ampara 25 profissões; e do Responsabilidade Civil para Administradores e Diretores (D&O), que garante proteção e tranquilidade para executivos e administradores de empresas.

Porto Seguro Máquinas e Equipamentos: lançamento de um seguro específico para equipamentos de mobilidade e de acessibilidade, que oferece coberturas para aparelhos auditivos, cadeiras de rodas, plataformas elevatórias, próteses, entre outros.

Porto Seguro Bike: disponível para todos os tipos de bicicleta, ciclistas e terceiros. O seguro conta com garantias e serviços pensados para cada tipo de bike e para o perfil de cada cliente.

Reppara!: lançamento do Reppara!, serviços de consertos emergenciais para residências com planos de assinatura mensal.



PRÊMIOS DE 2019

A Porto Seguro recebeu diversos reconhecimentos em 2019, em categorias diferentes, destacando-se:

- Estadão Finanças Mais (O Estado de S. Paulo) - 3º lugar na categoria Seguro Patrimonial;
- As melhores empresas da bolsa (Infomoney) - Melhor empresa aberta do setor financeiro;
- Marcas Brasileiras Mais Valiosas 2019 (Interbrand);
- Top Of Mind RH (Folha de S.Paulo) - Saúde Ocupacional – Bioqualynet;
- Top Of Mind (Folha de S.Paulo) – Seguros;
- Os Melhores do Jornal do Carro (O Estado de S. Paulo) – Melhor seguradora;
- Ranking Melhores Serviços do Brasil ed.2019 (O Estado de S. Paulo) - Seguro Geral, Seguro Auto, Seguro Residencial;
- Melhor Seguro Viagem do Mercado (Veja São Paulo) – Seguro mais lembrado.

PROJETOS INSTITUCIONAIS E CULTURAIS

Em 2019, o Teatro Porto Seguro apresentou 46 atrações, em 288 sessões, atraindo um público de mais de 105 mil espectadores. Já o Espaço Cultural Porto Seguro recebeu mais de 22 mil pessoas entre exposições, cursos, vivências, oficinas e palestras.

RECURSOS HUMANOS

O Grupo Porto Seguro encerrou o ano de 2019 com 12.250 funcionários, sendo 8.151 pessoas nas empresas seguradoras e 4.099 em outras empresas. Foram contratados 939 funcionários nos programas de diversidade: “Programa de Jovem Aprendiz” e “Programa de Inclusão de Pessoas com Deficiência”. Fechamos 2019 com 1.795 funcionários no “Programa Home Office” (14,7% do total de funcionários), com altos índices de favorabilidade e produtividade.

Foram investidos R\$ 372 mil/mês em programas de treinamento para funcionários promovidos pelo RH, totalizando, 2.559 horas/mês. Dentre os programas, destaca-se as ações de desenvolvimento para a liderança, totalizando mais de 20 mil horas/ano.

Sobre a Visão 2020, nosso projeto de cultura e visão organizacional da Porto Seguro, em 2019, encerramos o ciclo com o envolvimento de líderes e embaixadores, celebrando e reconhecendo os avanços alcançados nos últimos 7 anos. Com o encerramento da Visão 2020 a organização se prepara para os desafios do próximo ciclo que terá o seu lançamento no primeiro trimestre de 2020.



A área de Qualidade de Vida promoveu ações com foco na saúde, bem-estar e integração para os colaboradores. Foram mais de 128 mil participações em projetos diversos, como: corridas de rua, aulas de dança, pilates, muay thai, academia, acupuntura, festival de música e gastronomia, visita a empresa, entre outros. Em 2019, duas novas atividades foram oferecidas aos colaboradores: aulas de Gaita e Fit Dance.

Neste ano tivemos ações de saúde e segurança que reforçam nosso compromisso com o cuidado de nossos colaboradores. As campanhas de vacinação promoveram cuidado e proteção à mais de 5.600 colaboradores em relação à gripe e 5.200 colaboradores para Sarampo. Realizamos também este ano a inauguração do Espaço Mamãe, local reservado para a coleta e armazenagem de leite materno, acolhendo as nossas colaboradoras e incentivando o aleitamento materno.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

As iniciativas socioambientais da Companhia têm crescido de forma consistente, permitindo que funcionários e demais públicos da Porto Seguro passem a olhar as atividades e o próprio negócio com o viés da sustentabilidade. Seguindo esse novo modelo de atuação, a sustentabilidade tornou-se integrada e sistêmica, voltada a cada um dos inúmeros produtos e serviços, potencializando assim, a leveza e a gentileza com que a empresa busca atender seus públicos de interesse.

Os seguintes projetos sociais e ambientais se destacam:

Educação socioambiental

- Realizadas 57 ações de educação socioambiental para o público interno, com abordagens de consumo consciente, coleta seletiva, ecoeficiência de recursos hídricos e elétricos, semana do consumo consciente, horta comunitária, entre outros. No total, contamos com a participação de 2.396 funcionários;
- Com o Programa de Reciclagem de Óleo de Cozinha coletamos 168l de óleo e evitamos o entupimento da rede de esgoto, bem como a contaminação de ao menos 4.444 m³ de água, consumo de 73 pessoas/ano.

Ecoeficiência

- 30% dos resíduos descartados na matriz foram direcionados à reciclagem;
- O Programa Hora da Terra, quando as luzes da Companhia são apagadas por uma hora, garantiu uma economia de mais de 1.048.376 kwh.



Projetos sociais

O **Programa de Voluntariado Corporativo** tem como estratégia promover diversas formas de atuação voluntária, seja individual ou coletiva, dentro ou fora do horário de expediente, com crianças, adultos ou idosos.

A **Associação Campos Elíseos+gentil** tem por objetivo melhorar o bairro de Campos Elíseos, tornando-o mais limpo, funcional e, conseqüentemente, seguro.

O **Instituto Porto Seguro** tem como objetivo potencializar o desenvolvimento de projetos socioambientais e culturais da região e ampliar as atividades que inspiram e envolvem os públicos com as quais a Porto Seguro se relaciona, oferecendo mais de 10 tipos de cursos profissionalizantes.

A **Associação Crescer Sempre** se propõe a suprir a demanda de educação e capacitação profissional da comunidade de Paraisópolis realizando o atendimento a crianças em idade pré-escolar e ensino médio. Oferece cursos profissionalizantes com foco em trabalho e geração de renda.

AMBIENTE ECONÔMICO

O movimento de desaceleração da economia global iniciado no ano anterior se acentuou ao longo de boa parte de 2019, fruto do elevado nível de incertezas geradas por fatores como a disputa comercial entre EUA x China e o chamado Brexit. O temor de que a desaceleração se transformasse em recessão levou uma série de bancos centrais ao redor do mundo, entre eles o norte-americano e o europeu, a reduzir os seus juros básicos ao longo do 2º e 3º trimestres, o que permitiu uma gradual estabilização das principais economias ao final do ano.

Além desse impulso monetário, o anúncio de um acordo parcial entre as duas maiores economias do planeta e a perspectiva de uma solução para o Brexit abrem perspectivas mais favoráveis para a economia mundial ao longo de 2020.

Vale considerar que a longa crise econômica argentina deve continuar pesando negativamente sobre o desempenho econômico brasileiro em 2020, notadamente no setor industrial, embora em magnitude inferior ao dos anos anteriores.



Domesticamente, 2019 foi marcado pela aprovação de uma robusta Reforma da Previdência, que embora não seja capaz de eliminar o déficit do sistema, sinaliza uma melhora importante nos resultados das contas públicas de médio e longo prazo.

A conseqüente redução do risco fiscal, a existência de um ainda elevado grau de ociosidade da nossa economia e o próprio movimento de redução dos juros globais abriram espaço para que o Copom promovesse um novo ciclo de redução da taxa Selic no segundo semestre, trazendo a taxa básica de 6,5% para 4,5%.

A combinação de uma percepção de risco cadente com juros mais baixos, uma gradual recuperação do mercado de trabalho e a ampliação da oferta de crédito levou a uma retomada mais forte da atividade econômica na segunda metade do ano, trajetória que deve se manter ao longo dos trimestres seguintes, fazendo crer que o PIB possa exibir ao longo de 2020 uma taxa de expansão bem superior à exibida nos anos anteriores.

COMPLIANCE

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Os Diretores responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras, em conformidade com as disposições do artigo 29, § 1º, inciso II, e do artigo 25, § 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480/2009, conforme alterada, declaram que:

a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019; e

b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

INSTRUÇÃO CVM Nº 381/03

No período de janeiro a dezembro de 2019, não foram prestados pelos auditores independentes e partes a eles relacionadas, serviços não relacionados à auditoria externa em patamar superior a 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria externa.



AGRADECIMENTOS

Registramos, mais uma vez, nossos agradecimentos aos corretores e clientes pelo apoio e pela confiança demonstrados e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades.

São Paulo, 30 de janeiro de 2020

A Administração

PORTO SEGURO S.A. e Controladas
 Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019
 (em milhares de reais)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		Dezembro de 2019	Dezembro de 2018	Dezembro de 2019	Dezembro de 2018			Dezembro de 2019	Dezembro de 2018		
Circulante		1.790.847	1.654.400	22.783.780	21.952.361	Circulante		351.906	327.516	18.000.704	16.798.875
Caixa e equivalentes de caixa	7	214.389	115.798	893.263	769.472	Passivos de contratos de seguro e previdência complementar	20	-	-	9.058.721	8.880.323
Instrumentos financeiros						Débitos de operações de seguro e resseguro	21	-	-	398.365	351.353
Instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado	8.1.1	1.503.097	1.489.290	8.619.251	10.042.399	Passivos financeiros	22	-	-	6.861.875	5.985.433
Instrumentos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	8.1.2	-	-	685.511	-	Impostos e contribuições a recolher	11.2	1.950	564	543.892	456.490
Empréstimos e financiamentos	9	-	-	5.900.861	5.029.569	Dividendos e JCP a pagar	16.1	322.669	304.943	328.555	309.668
Prêmios a receber de segurados	10	-	-	3.994.251	3.628.196	Instrumentos financeiros derivativos	14	806	-	4.072	689
Recebíveis de prestação de serviços						Passivo de arrendamento	24	-	-	19.953	-
Ativos de resseguro	20.3	-	-	63.409	67.562	Outros passivos	25	26.481	22.009	785.271	814.919
Impostos e contribuições a recuperar	11.1	42.288	44.508	155.308	154.759	Não circulante		273.216	278.265	6.440.811	6.118.362
Bens à venda	12	-	-	178.690	172.892	Passivos de contratos de seguro e previdência complementar	20	-	-	5.577.061	5.522.319
Custos de aquisição diferidos	13	-	-	1.815.191	1.653.034	Passivos financeiros	22	-	-	238.716	166.714
Instrumentos financeiros derivativos	14	-	733	7.440	5.002	Impostos de renda e contribuição social diferidos	11.3.2	273.216	278.265	292.139	279.948
Outros ativos	15	31.073	4.071	356.155	326.650	Instrumentos financeiros derivativos	14	-	-	-	13
Não circulante		7.103.920	6.594.625	9.927.519	8.608.597	Passivo de arrendamento	24	-	-	124.145	-
Realizável a longo prazo						Outros passivos	25	-	-	64.543	61.976
Instrumentos financeiros						Provisões judiciais	23	-	-	144.207	87.392
Instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado	8.1.1	-	-	1.552	4.501	Patrimônio líquido		8.269.645	7.643.244	8.269.784	7.643.721
Instrumentos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	8.1.2	-	-	2.120.610	2.871.569	Capital social	26 a	4.000.000	4.000.000	4.000.000	4.000.000
Instrumentos financeiros mensurados a custo amortizado	8.2	-	-	2.514.697	977.733	Reservas de lucros	26 c	3.773.745	3.209.333	3.773.745	3.209.333
Empréstimos e financiamentos	9	-	-	680.789	483.804	(-) Ações em tesouraria	26 b	(19.788)	-	(19.788)	-
Prêmios a receber de segurados	10	-	-	4.275	1.650	Reservas de lucros - demais		3.793.533	3.209.333	3.793.533	3.209.333
Ativos de resseguro	20.3	-	-	4.027	1.912	Dividendos adicionais propostos	26 d	361.418	343.055	361.418	343.055
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.3.1	-	-	264.930	278.468	Outros resultados abrangentes		134.482	90.856	134.482	90.856
Impostos e contribuições a recuperar	11.1	-	-	2.281	4.819	Participação dos acionistas não controladores		-	-	139	477
Custos de aquisição diferidos	13	-	-	47.625	27.697						
Outros ativos	15	176	1.092	434.204	322.960						
Investimentos											
Propriedades imobiliárias de investimento		87.291	91.685	132.478	99.233						
Investimento em controladas	16	7.016.453	6.501.848	-	-						
Imobilizado	17	-	-	1.564.446	1.533.154						
Intangível	18	-	-	2.036.648	2.001.097						
Ativo de direito de uso	19	-	-	118.957	-						
TOTAL DO ATIVO		8.894.767	8.249.025	32.711.299	30.560.958	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		8.894.767	8.249.025	32.711.299	30.560.958

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

PORTO SEGURO S.A. e Controladas
Demonstração do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(em milhares de reais, exceto para informações sobre lucro por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		Dezembro de 2019	Dezembro de 2018	Dezembro de 2019	Dezembro de 2018
Receitas					
Prêmios de seguros emitidos e contraprestações líquidas	27	-	-	15.470.367	15.271.327
(-) Prêmios de resseguros cedidos	27	-	-	(114.540)	(108.952)
(=) Prêmios e contraprestações, líquidos de resseguro	27	-	-	15.355.827	15.162.375
Receitas de operações de crédito	28	-	-	1.476.427	1.348.468
Receitas de prestação de serviços	29	-	-	1.029.215	1.092.421
Contribuições de planos de previdência		-	-	173.492	180.796
Receita com títulos de capitalização		-	-	45.731	37.898
Outras receitas operacionais	30	1.675	90.873	185.108	275.535
Receitas com imóveis de renda		-	-	-	25.469
Equivalência patrimonial	16	1.248.400	1.168.452	-	-
Total das receitas		1.250.075	1.259.325	18.265.800	18.122.962
Despesas					
Variação das provisões técnicas - seguros		-	-	(449.145)	(817.873)
Variação das provisões técnicas - previdência		-	-	(189.863)	(170.206)
(=) Total de variação das provisões técnicas	31	-	-	(639.008)	(988.079)
Sinistros retidos bruto	32	-	-	(9.113.123)	(8.555.313)
(-) Recuperações de resseguradoras	32	-	-	54.981	57.585
(-) Recuperações de salvados e ressarcimentos		-	-	1.160.918	1.008.783
Benefícios de planos de previdência		-	-	(28.142)	(29.874)
(=) Despesas com sinistros e benefícios, líquidas		-	-	(7.925.366)	(7.518.819)
Custos de aquisição - seguros	33	-	-	(3.341.179)	(3.136.829)
Custos de aquisição - outros		-	-	(180.552)	(188.497)
Despesas administrativas	34	(25.171)	(23.981)	(3.088.211)	(2.778.542)
Despesas com tributos	35	(26.897)	(29.400)	(568.879)	(557.882)
Custos dos serviços prestados		-	-	(197.658)	(306.191)
Outras despesas operacionais	36	(11.526)	(12.670)	(1.336.993)	(1.407.971)
Total das despesas		(63.594)	(66.051)	(17.277.846)	(16.882.810)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		1.186.481	1.193.274	987.954	1.240.152
Receitas financeiras	37	201.100	122.645	1.687.266	1.500.291
Despesas financeiras	38	(13.547)	(14.100)	(648.164)	(574.364)
		187.553	108.545	1.039.102	925.927
Lucro operacional		1.374.034	1.301.819	2.027.056	2.166.079
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		1.374.034	1.301.819	2.027.056	2.166.079
Imposto de renda e contribuição social	11.4	5.049	8.801	(647.947)	(856.702)
Corrente		-	12.704	(622.218)	(673.266)
Diferido		5.049	(3.903)	(25.729)	(183.436)
Lucro líquido do exercício		1.379.083	1.310.620	1.379.109	1.309.377
Atribuível a:					
- Acionistas da Companhia		1.379.083	1.310.620	1.379.083	1.310.620
- Acionistas não controladores em controladas		-	-	26	(1.243)
Lucro por ação:					
- Básico	40	4,26851	4,05397	4,26859	4,05012
- Diluído	40	4,26851	4,05397	4,26859	4,05012

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

PORTO SEGURO S.A. e Controladas

Demonstração do resultado abrangente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019

(em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2019	Dezembro de 2018	Dezembro de 2019	Dezembro de 2018
Lucro líquido do exercício	1.379.083	1.310.620	1.379.109	1.309.377
Outros resultados abrangentes	43.626	17.750	43.626	17.750
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do exercício:				
Ajustes de títulos e valores mobiliários em controladas	73.680	32.595	73.680	32.595
Efeitos tributários	(29.472)	(13.038)	(29.472)	(13.038)
Ajustes acumulados de conversão em controladas	(3.284)	9.382	(3.284)	9.382
Outros ajustes de avaliação patrimonial em controladas	2.702	(11.189)	2.702	(11.189)
Total dos resultados abrangentes para o exercício, líquido de efeitos tributários	1.422.709	1.328.370	1.422.735	1.327.127
Atribuível a:				
- Acionistas da Companhia	1.422.709	1.328.370	1.422.709	1.328.370
- Acionistas não controladores em controladas	-	-	26	(1.243)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

PORTO SEGURO S.A. e Controladas

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019

(em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de capital	Ações em tesouraria	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Dividendos adicionais propostos	Outros resultados abrangentes	Total	Acionistas não controladores em controladas	Total do patrimônio líquido
Saldo final em 31 de dezembro 2017		3.500.000	3.984	-	3.961.576	-	175.698	73.106	7.714.364	1.735	7.716.099
Aumento de capital	26 d	500.000	(3.984)	-	(496.016)	-	-	-	-	-	-
Pagamento de dividendos adicionais propostos	26 d	-	-	-	(800.000)	-	(175.698)	-	(975.698)	-	(975.698)
Adoção inicial IFRS 9		-	-	-	(40.421)	-	-	-	(40.421)	-	(40.421)
Ajustes de títulos e valores mobiliários em controladas (resultado abrangente)		-	-	-	-	-	-	19.557	19.557	-	19.557
Ajustes acumulados de conversão (resultado abrangente)		-	-	-	-	-	-	9.382	9.382	-	9.382
Outros ajustes de avaliação patrimonial em controladas (resultado abrangente)		-	-	-	-	-	-	(11.189)	(11.189)	-	(11.189)
Redução de participações de não controladores em controladas		-	-	-	-	-	-	-	-	(15)	(15)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	1.310.620	-	-	1.310.620	(1.243)	1.309.377
Destinações:											
Reserva legal	26 c	-	-	-	65.531	(65.531)	-	-	-	-	-
Reserva estatutária	26 c	-	-	-	518.663	(518.663)	-	-	-	-	-
Distribuição de dividendos/JCP:											
Dividendos mínimos obrigatórios/JCP	26 c	-	-	-	-	(383.371)	-	-	(383.371)	-	(383.371)
Dividendos/JCP adicionais propostos	26 c	-	-	-	-	(343.055)	343.055	-	-	-	-
Saldo final em 31 de dezembro 2018		4.000.000	-	-	3.209.333	-	343.055	90.856	7.643.244	477	7.643.721
Aprovação dos dividendos adicionais propostos no ano anterior	26 d	-	-	-	-	-	(343.055)	-	(343.055)	-	(343.055)
Aquisição de ações de própria emissão	26 b	-	-	(20.154)	-	-	-	-	(20.154)	-	(20.154)
Adoção inicial IFRS 16 e IFRIC 23	2.1.1 / 2.1.2	-	-	-	(60.471)	-	-	-	(60.471)	-	(60.471)
Ajuste de política contábil - comissão Porto Consórcio	2	-	-	-	18.041	-	-	-	18.041	-	18.041
Reconhecimento pagamento em ações - controladora/controladas	26 e	-	-	-	2.297	-	-	-	2.297	-	2.297
Ações outorgadas - controladas	26 b	-	-	366	(366)	-	-	-	-	-	-
Ajustes de títulos e valores mobiliários em controladas (resultado abrangente)		-	-	-	-	-	-	44.208	44.208	-	44.208
Ajustes acumulados de conversão (resultado abrangente)		-	-	-	-	-	-	(3.284)	(3.284)	-	(3.284)
Outros ajustes de avaliação patrimonial em controladas (resultado abrangente)		-	-	-	-	-	-	2.702	2.702	-	2.702
Redução de participações de não controladores em controladas		-	-	-	-	-	-	-	-	(364)	(364)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	1.379.083	-	-	1.379.083	26	1.379.109
Destinações:											
Reserva legal	26 c (i)	-	-	-	68.954	(68.954)	-	-	-	-	-
Reserva estatutária	26 c (ii)	-	-	-	555.745	(555.745)	-	-	-	-	-
Distribuição de dividendos/JCP:											
Dividendos mínimos obrigatórios/JCP	26 d	-	-	-	-	(392.966)	-	-	(392.966)	-	(392.966)
Dividendos/JCP adicionais propostos	26 d	-	-	-	-	(361.418)	361.418	-	-	-	-
Saldo final em 31 de dezembro 2019		4.000.000	-	(19.788)	3.793.533	-	361.418	134.482	8.269.645	139	8.269.784

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

PORTO SEGURO S.A. e Controladas

Demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019

(em milhares de reais)

	Consolidado	
	Dezembro de 2019	Dezembro de 2018
Caixa líquido atividades operacionais	1.233.451	1.031.725
Caixa gerado/(consumido) nas operações	1.628.298	1.531.190
Lucro líquido do exercício	1.379.109	1.309.377
Depreciações - imobilizado	119.327	150.598
Amortizações	118.032	102.302
Resultado de equivalência patrimonial	-	-
Resultado na venda de imobilizado	11.830	(31.087)
Variações nos ativos e passivos	50.612	64.779
Instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado	1.426.097	(136.786)
Instrumentos financeiros - demais categorias	(1.471.516)	(1.528.915)
Prêmios a receber de segurados	(368.680)	(31.774)
Empréstimos e financiamentos	(1.068.277)	(550.570)
Ativos de resseguro	(13.739)	21.109
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25.729	183.436
Impostos e contribuições a recuperar	1.989	(47.759)
Bens à venda	(5.798)	4.917
Custos de aquisição diferidos	(182.085)	(97.794)
Outros ativos	(169.841)	58.318
Operações de arrendamentos	25.141	-
Passivos de contratos de seguros e de previdência complementar	233.140	828.726
Débitos de operações de seguros e resseguros	47.012	(11.109)
Passivos financeiros	1.066.974	802.129
Instrumentos financeiros derivativos	932	(5.962)
Impostos e contribuições a recolher	576.123	618.798
Provisões	56.815	(12.094)
Outros passivos	(129.404)	(29.891)
Outros	(445.459)	(564.244)
Outros resultados abrangentes	43.626	17.750
Participação dos acionistas não controladores	(364)	(15)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(488.721)	(581.979)
Caixa líquido atividades de investimento	(316.032)	(168.114)
Alienação de imobilizado e intangível	147.236	224.305
Aquisição de imobilizado	(282.736)	(219.135)
Dividendos e JCP recebidos	-	-
Aumento e redução de capital em controladas	-	-
Aquisição de intangível	(180.532)	(173.284)
Caixa líquido atividades de financiamento	(793.628)	(1.360.714)
Ações em tesouraria	(19.788)	-
Juros sobre captação de recursos pagos	(118.530)	(120.367)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(655.310)	(1.240.347)
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	123.791	(497.103)
Saldo inicial de caixa e equivalentes	769.472	1.266.575
Saldo final de caixa e equivalentes	893.263	769.472

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

PORTO SEGURO S.A. e Controladas
Demonstrações do valor adicionado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2019	Dezembro de 2018	Dezembro de 2019	Dezembro de 2018
Receitas	1.675	90.873	18.480.499	17.910.374
Receitas com prêmios emitidos	-	-	15.470.367	15.271.327
Receitas com operações de crédito	-	-	1.476.427	1.348.468
Prestação de serviços	-	-	1.078.030	1.164.589
Receitas com operações de previdência complementar	-	-	173.492	180.796
Outras	1.675	90.873	296.745	303.403
Provisão para perda de crédito - constituição	-	-	(14.562)	(358.209)
Variações das provisões técnicas	-	-	(639.008)	(988.079)
Operações de seguros	-	-	(449.145)	(817.873)
Operações de previdência	-	-	(189.863)	(170.206)
Receita líquida operacional	1.675	90.873	17.841.491	16.922.295
Benefícios e sinistros	-	-	(7.925.366)	(7.518.819)
Sinistros	-	-	(7.897.224)	(7.488.945)
Despesas com benefícios	-	-	(28.142)	(29.874)
Insumos adquiridos de terceiros	(1.275)	(2.361)	(6.280.402)	(5.451.915)
Materiais, energia e outros	670	(1.010)	(1.919.733)	(1.249.669)
Custos dos produtos e dos serviços vendidos	-	-	(197.658)	(306.191)
Serviços de terceiros e comissões	(935)	(1.351)	(4.236.728)	(3.999.556)
Variação das despesas de comercialização diferidas	-	-	67.720	97.932
(Perda)/recuperação de valores ativos	(1.010)	-	5.997	5.569
Valor adicionado bruto	400	88.512	3.635.723	3.951.561
Depreciação e amortização	(12.622)	(12.622)	(237.359)	(252.900)
Valor adicionado líquido produzido	(12.222)	75.890	3.398.364	3.698.661
Valor adicionado recebido/cedido em transferência	1.440.476	1.281.780	1.136.787	978.566
Receitas financeiras	201.100	122.645	1.687.266	1.500.291
Resultado de equivalência patrimonial	1.248.400	1.168.452	-	-
Outras	(9.024)	(9.317)	(550.479)	(521.725)
Valor adicionado total a distribuir	1.428.254	1.357.670	4.535.151	4.677.227
Distribuição do valor adicionado	1.428.254	1.357.670	4.535.151	4.677.227
Pessoal	22.250	21.140	1.617.835	1.602.046
Remuneração direta	2.750	2.638	938.048	928.608
Benefícios	19.500	18.502	614.250	608.181
F.G.T.S	-	-	65.537	65.257
Impostos, taxas e contribuições	22.399	21.127	1.498.037	1.699.730
Federais	22.399	21.127	1.429.078	1.614.523
Estaduais	-	-	4.492	26.639
Municipais	-	-	64.467	58.568
Remuneração de capitais de terceiros	4.522	4.783	40.170	66.074
Juros	4.522	4.783	59.345	26.753
Aluguéis	-	-	(19.175)	39.321
Remuneração de capitais próprios	1.379.083	1.310.620	1.379.109	1.309.377
Dividendos e Juros sobre o capital próprio	754.383	726.426	754.383	726.426
Lucros retidos do exercício	624.700	584.194	624.700	584.194
Participação dos não controladores nos lucros retidos	-	-	26	(1.243)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL E INFORMAÇÕES GERAIS

A Porto Seguro S.A. (“Controladora”) é uma sociedade de capital aberto com sede na Alameda Barão de Piracicaba, nº 618/634 – Torre B – 11º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, Brasil, com ações negociadas no Novo Mercado da B3, sob a sigla PSSA3. Seu objeto é a participação como acionista ou sócia em outras sociedades empresárias, nacionais ou estrangeiras (denominadas em conjunto com a Porto S.A. “Porto Seguro” ou “Companhia”), que podem explorar atividades: de seguros em todos os ramos; de instituições financeiras, equiparadas e administração de consórcios; e atividades conexas, correlatas ou complementares às demais descritas anteriormente.

A seguir, estão descritas as empresas controladas e que são consolidadas:

- **Seguros, previdência complementar e capitalização:**
 - (i) Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais (“Porto Cia”), opera seguros de danos e de pessoas.
 - (ii) Porto Seguro Vida e Previdência S.A. (“Porto Vida e Previdência”), opera seguros de pessoas e planos de previdência complementar nas modalidades de pecúlio e renda.
 - (iii) Porto Seguro - Seguros del Uruguay S.A. (“Porto Seguro Uruguai”), opera seguros de danos e pessoas no Uruguai.
 - (iv) Porto Seguro - Seguro Saúde S.A. (“Porto Saúde”), opera seguro saúde.
 - (v) Azul Companhia de Seguros Gerais (“Azul Seguros”), opera seguros de danos e de pessoas.
 - (vi) Itaú Seguros de Auto e Residência S.A. (“Itaú Auto e Residência”), opera seguros de danos.
 - (vii) Porto Seguro Capitalização S.A. (“Porto Capitalização”), administra e comercializa títulos de capitalização.
- **Financeiras e consórcio:**
 - (viii) Porto Seguro Administradora de Consórcios Ltda. (“Porto Consórcio”), administra grupos de consórcios para aquisição de bens móveis e imóveis.
 - (ix) Portoseg S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento (“Portoseg”), concede empréstimos e financiamentos ao consumo e para capital de giro, além de operar cartões de crédito.
 - (x) Portopar Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (“Portopar”), atua na distribuição de cotas de fundos de investimentos.
- **Serviços e comércio:**
 - (xi) Porto Seguro Proteção e Monitoramento Ltda. (“Proteção e Monitoramento”), presta serviços relacionados à proteção e ao monitoramento eletrônico.

- (xii) Porto Seguro Renova - Serviços e Comércio Ltda. (“Renova”), comercializa e distribui peças automotivas.
- (xiii) Porto Seguro Renova Serviços e Comércio de Peças Novas Ltda. (“Renova Peças Novas”), comercializa e distribui peças automotivas novas.
- (xiv) Crediporto Promotora de Serviços Ltda. (“Crediporto”), presta serviços para obtenção de créditos e financiamento ao consumo.
- (xv) Franco Corretagem de Seguros Ltda. (“Franco”), presta serviços técnicos de corretagem de seguros.
- (xvi) Porto Seguro Serviços Médicos Ltda. (“Serviços Médicos”), presta serviços de assessoria administrativa para médicos e operadoras de saúde.
- (xvii) Portomed - Porto Seguro Serviços de Saúde Ltda. (“Portomed”), opera planos privados de assistência à saúde.
- (xviii) Porto Seguro Serviços Odontológicos Ltda. (“Porto Odonto”), operará planos privados de assistência odontológica.
- (xix) Porto Seguro Serviços e Comércio S.A. (“Porto Serviços e Comércio”), presta serviços relacionados, complementares ou correlatos à atividade de seguros.
- (xx) Porto Seguro Atendimento Ltda. (“Porto Atendimento”), presta serviços de “telemarketing” e atendimento em geral.
- (xxi) Porto Seguro Telecomunicações Ltda. (“Porto Conecta”), presta serviços de telecomunicações.
- (xxii) Porto Servicios S.A. (“Porto Serviços Uruguai”), presta serviços relacionados, complementares ou correlatos à atividade de seguros no Uruguai.
- (xxiii) Porto Seguro Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho Ltda. (“Porto Seguro Saúde Ocupacional”), presta serviços de consultoria e assessoria em saúde ocupacional, segurança do trabalho, ergonomia e serviços ambulatoriais.
- (xxiv) Porto Seguro Investimentos Ltda. (“Porto Investimentos”), administra e faz a gestão de carteiras de títulos e valores mobiliários, fundos de investimento e outros recursos de terceiros.
- (xxv) Porto Seguro Locadora de Veículos Ltda. (“Porto Locadora”), tem por atividades o aluguel e a terceirização de veículos ou frotas de veículos.
- (xxvi) Health For Pet Administradora de Planos de Saúde para Animais de Estimação S.A. (“Health For Pet” ou “H4P”), administra e oferece planos de saúde para animais domésticos, além de serviços e acessórios veterinários em geral.

Não houve durante o período alteração na relação de empresas controladas e que são consolidadas.

Os percentuais de participações estão demonstrados na nota explicativa 16.

1.1 OUTRAS INFORMAÇÕES

Conforme comunicado ao mercado divulgado em 27 de março de 2019, a Companhia celebrou um acordo de cooperação com a Travelers Seguros do Brasil, para que seja possível recontratar na controlada Porto Cia as apólices emitidas pela Travelers. Esse acordo é voltado ao mercado de seguros das carteiras empresarial, riscos diversos e responsabilidade civil profissional e foi aprovado pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) em 9 de abril de 2019. As emissões relativas a esse acordo iniciaram no segundo semestre de 2019.

Conforme aviso aos acionistas, a Companhia creditou contabilmente em 25 de junho de 2019, R\$ 230.912 e em 29 de outubro de 2019, R\$ 205.726 (brutos de imposto de renda) em Juros sobre o Capital Próprio (JCP) aos seus acionistas, relativos ao período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2019, a serem imputados aos dividendos deste exercício. A data de pagamento será fixada na Assembleia Geral Ordinária da Companhia, que será realizada em 31 de março de 2020.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados. Não houve no exercício de 2019 alterações nas políticas contábeis relevantes, exceto: i) pelas adoções em 1 de janeiro de 2019 ao IFRS 16/ CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil, ii) adoção ao IFRIC 23/ICPC 22 – Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro e iii) Mudança de política contábil quanto a forma de reconhecimento das comissões sobre vendas de cotas de consórcios na controlada Porto Seguro Administradora de Consórcios Ltda.

A IFRS 16/ CPC 06 (R2) consiste em reconhecer pelo valor presente dos pagamentos futuros, os contratos de arrendamentos com prazo superior a 12 meses e com valores substanciais dentro do balanço patrimonial dos arrendatários. A norma determina que esse reconhecimento será através de um ativo de direito de uso e de um passivo de arrendamento que serão realizados por meio de despesa de depreciação dos ativos de arrendamento e despesa financeira oriundas dos juros sobre o passivo. Anteriormente as despesas desses contratos eram reconhecidas diretamente no resultado do período em que ocorriam.

Os ativos de direito de uso (substancialmente alugueis de imóveis) serão mensurados pelo fluxo de caixa do passivo de arrendamento, descontado a valor presente. Também serão adicionados (quando existir) custos incrementais que são necessários na obtenção de um novo contrato de arrendamento que de outra forma não teriam sido incorridos.

O passivo de arrendamento, por sua vez, será mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, considerando possíveis renovações ou cancelamentos. Por fim, o valor presente dos pagamentos de arrendamentos será calculado, de acordo com uma taxa incremental de financiamento.

A interpretação técnica IFRIC 23/ ICPC 22 esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro, ou seja, quando há dúvidas sobre a aceitação dos tratamentos adotados pela autoridade fiscal. Nessas circunstâncias, deve ser reconhecido e mensurado o tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32.

As comissões sobre vendas de cotas de Consórcios que são emitidas na controlada Porto Consórcio passaram a ser diferidas integralmente conforme o prazo médio de permanência dos grupos de consórcios a partir de 1 de outubro de 2019. Essa mudança visa manter a padronização e uniformidade das políticas contábeis da Companhia, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro: “International Financial Reporting Standards” (IFRS) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (IASB). Essa mudança de política contábil em 2019 gerou o reconhecimento de um custo de aquisição diferido (DAC) no montante de R\$ 69.982 (líquidos dos efeitos tributários e da taxa de adesão) e conseqüentemente um aumento de R\$ 18.041 no patrimônio líquido e um aumento de R\$ 51.940 no resultado do exercício.

As notas explicativas nº 2.1.1 e 2.1.2 apresentam novas informações sobre os impactos.

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação: (i) do valor justo de ativos e passivos financeiros, (ii) das provisões técnicas, (iii) da provisão para risco de créditos (“impairment”), (iv) da realização de impostos diferidos e (v) das provisões e contingências para processos administrativos e judiciais. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá ser efetuada por valores sensivelmente diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

A Companhia revisa essas estimativas e premissas periodicamente (vide nota explicativa nº 3). As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a premissa de continuação dos negócios em curso normal, exceto para a operação da Porto Conecta, que conforme comunicado ao mercado em 1 de outubro de 2018, firmou um compromisso de cooperação com a TIM Celular S.A. (TIM) para migração de clientes de voz e dados, além de serviços de comunicação máquina a máquina (M2M). Diante dessa migração, as atividades nesse segmento serão encerradas.

Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. Desta forma, a Administração entende que estas Demonstrações Financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração em 30 de janeiro de 2020.

2.1.1 ADOÇÃO INICIAL DA IFRS 16

A adoção inicial da IFRS 16 (vide nota explicativa nº 2) em 1 de janeiro de 2019, gerou os seguintes reconhecimentos contábeis:

Ativo não circulante	
Direito de uso	195.461
Depreciação acumulada de ativo de direito de uso	(56.123)
Total ativo (A)	<u>139.338</u>
Passivo circulante	
Passivo de arrendamento	(34.621)
Juros a apropriar de contratos de arrendamento	17.061
Passivo não circulante	
Passivo de arrendamento	(254.646)
Juros a apropriar de contratos de arrendamento	111.142
Total passivo (B)	<u>(161.064)</u>
Impacto bruto no patrimônio líquido (A) + (B)	21.726
Imposto de renda e contribuição social (40%)	(8.690)
Impacto no patrimônio líquido	<u>13.036</u>

A Companhia efetuou a adoção pelo modelo retrospectivo simplificado conforme facultado pela norma. As notas explicativas nº 19 e 24 apresentam as novas informações e abertura dos saldos conforme exigido pela nova norma.

Conforme requerido pela Instrução CVM Ofício Circular nº 2/2019, se efetuado a mensuração pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, incorporados a inflação futura projetada e descontados pela taxa incremental de financiamento, a Companhia teria um reconhecimento contábil na adoção inicial de R\$ 151.062 no ativo de direito de uso, R\$ 181.639 no passivo de arrendamento e R\$ 30.577 no patrimônio líquido.

2.1.2 ADOÇÃO INICIAL DA IFRIC 23

A Companhia entende que há dúvidas da aceitação por parte das autoridades tributárias de determinados benefícios tributários tomados nas bases dos impostos sobre o lucro ao longo dos exercícios de 2015 a 2017. Essa incerteza gerou o reconhecimento na adoção inicial (vide nota explicativa nº 2) em 1 de janeiro de 2019 de uma provisão e consequentemente uma redução no patrimônio líquido de R\$ 47.435. A Companhia efetuou a adoção pelo modelo retrospectivo com efeito cumulativo conforme facultado pela norma.

Subsequentemente, em junho e setembro de 2019, foram aprovados pelas autoridades e revertidos o provisionamento no montante de R\$ 11.412, referente a parte dos benefícios. Mesmo diante dessa aprovação, a Companhia ainda entende que há dúvidas na aceitação dos saldos remanescentes no montante de R\$ 36.023.

2.1.3 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro: “International Financial Reporting Standards” (IFRS) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (IASB).

2.1.4 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro: “International Financial Reporting Standards” (IFRS) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (IASB), em observância às disposições da Lei das Sociedades Anônimas e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

2.1.5 NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES EXISTENTES QUE NÃO ESTÃO EM VIGOR E NÃO FORAM ADOTADAS ANTECIPADAMENTE PELA COMPANHIA

- IFRS 17 – Contrato de Seguros: a norma estabelece os princípios para o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação dos contratos de seguros. A nova norma estabelece três modelos para mensuração dos contratos de seguros, que devem ser agrupados por similaridades de riscos e safras de emissão. Como passo subsequente, deve ser avaliada a existência de contratos onerosos e quando identificados, ser reconhecida a perda imediatamente. Após estes passos, a Companhia optará, de acordo com os requisitos da norma, o modelo de mensuração, sendo eles: (i) modelo geral de mensuração; (ii) modelo de taxa variável; (iii) abordagem de alocação de prêmio – denominado de “Premium Allocation Approach”. Os modelos “i” e “ii” são mais complexos e consideram os fluxos de caixa contratuais ajustados. Tais modelos são aplicáveis para contratos de mais longo prazo, tais como contratos de vida e previdência. O modelo “iii” é um modelo simplificado, similar os modelos atuais de contabilização de contratos de seguros, aplicável para contratos não onerosos e de até 12 meses. A norma passa a vigorar em 1 de janeiro de 2022. A Companhia está em processo de avaliação e espera impactos de baixos a moderados na mensuração de seus contratos, uma vez que parte substancial de seu portfólio é composto por seguros de curto prazo, por isso elegíveis para o modelo “iii”. Já na apresentação de suas demonstrações financeiras é esperado impacto relevante com a adoção de novos formatos e nomenclaturas. Contudo, tais impactos até o momento não podem ser precisamente dimensionados.

2.1.6 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada como parte de suas demonstrações financeiras individuais (Controladora) e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista pela IFRS. A DVA foi preparada seguindo as disposições contidas no CPC 09 - “Demonstração do Valor Adicionado”.

2.2 CONTROLE E CONSOLIDAÇÃO

Considera-se controlada a sociedade na qual a Controladora, diretamente ou através de outras controladas, é titular de direitos de sócio ou acionistas que lhe assegurem o poder e a capacidade de dirigir as atividades relevantes das sociedades, afetando, inclusive, seus retornos sobre estas, e quando houver o direito sobre os retornos variáveis das sociedades.

As controladas são consolidadas a partir da data na qual o controle é transferido e não são mais consolidadas a partir da data em que esse controle deixa de existir. Neste sentido, todas as sociedades apresentadas na nota explicativa nº 1 são controladas (diretas ou indiretas) e são consolidadas nas demonstrações financeiras da Porto Seguro.

As políticas contábeis das controladas foram harmonizadas, quando necessário, para garantir a consistência na preparação das demonstrações financeiras, em conformidade com as IFRSs e os CPCs.

O processo de consolidação contempla as seguintes eliminações: (i) das participações no patrimônio mantidas entre elas; (ii) dos saldos de contas-correntes e outros ativos e/ou passivos mantidos entre elas; e (iii) dos saldos de receitas e despesas provenientes de operações realizadas entre elas, quando aplicável. Subsequentemente é destacado o valor da participação dos acionistas não controladores destas controladas nas demonstrações financeiras consolidadas.

2.3 APRESENTAÇÃO DE INFORMAÇÃO POR SEGMENTO

As informações por segmentos operacionais foram agrupadas e são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido à Diretoria Executiva, que é o principal tomador de decisões operacionais, alocação de recursos e responsável pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais e, inclusive, pela tomada das decisões estratégicas da Porto Seguro. O detalhamento e as divulgações de segmentos estão apresentados na nota explicativa nº 6.

2.4 MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é também sua moeda funcional. Para determinação da moeda funcional é observada a moeda do principal ambiente econômico em que cada empresa da Porto Seguro opera.

(a) TRANSAÇÕES E SALDOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

As transações denominadas em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia utilizando-se as taxas de câmbio da data das transações. Ganhos ou perdas de conversão de saldos resultantes da liquidação de tais transações são reconhecidos no resultado do exercício, exceto quando reconhecidos no patrimônio como resultado de itens de operação caracterizada como investimento no exterior.

O resultado e o balanço patrimonial da Porto Seguro Uruguai e Porto Serviços Uruguai (cuja moeda funcional é o peso uruguaio) são convertidos para a moeda de apresentação da Companhia da seguinte forma: (i) ativos e passivos - pela taxa de câmbio da data de encerramento do balanço ou pela taxa histórica, de acordo com a característica do item; (ii) receitas e despesas - pela taxa de câmbio média do exercício (exceto se a média não corresponder a uma aproximação razoável para este propósito); e (iii) todas as diferenças de conversão são registradas como um componente separado do patrimônio líquido.

2.5 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

2.6 ATIVOS FINANCEIROS

(a) MENSURAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

A Administração da Porto Seguro determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial, de acordo com a definição da IFRS 9 / CPC 48 que introduziu o conceito de modelo de negócio e avaliação das características dos fluxos de caixa contratuais (SPPJ – somente pagamento de principal e juros). Modelo de Negócio representa a forma de como a Companhia faz a gestão de seus ativos financeiros e o SPPJ trata-se da avaliação dos fluxos de caixas gerados pelo instrumento financeiro com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamento de principal e juros. De acordo com esses conceitos, os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

(i) INSTRUMENTOS FINANCEIROS A VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em “Resultado financeiro” no exercício em que ocorrem.

(ii) INSTRUMENTOS FINANCEIROS A VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

São classificados nesta categoria os ativos financeiros que são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamento de principal e juros, quanto para a venda. Os juros destes títulos, calculados com o uso do método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado em “Resultado financeiro”. A variação no valor justo (ganhos ou perdas não realizadas) é lançada contra o patrimônio líquido, na conta “Outros resultados abrangentes”, sendo realizada contra o resultado por ocasião da sua efetiva liquidação ou por perda considerada permanente (“impairment”).

(iii) CUSTO AMORTIZADO

Utilizada quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamento de principal e juros. Incluem-se nesta categoria os recebíveis (títulos e valores mobiliários, prêmios a receber de segurados, operações de crédito, títulos e créditos a receber e recebíveis de prestação de serviços) que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Esses recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros (quando aplicável), e são avaliados por “impairment” a cada data de balanço (vide nota explicativa nº 2.9.1).

(b) DETERMINAÇÃO DE VALOR JUSTO DE ATIVOS FINANCEIROS

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos classificados como “Instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado” e “Instrumentos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes” baseia-se na seguinte hierarquia:

- Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.
- Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto.
- Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

O valor de mercado dos títulos públicos é embasado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos.

2.7 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

2.7.1 DERIVATIVOS EMBUTIDOS

A Companhia emite contratos de previdência complementar em que os participantes têm garantia de taxas de juros e opções de resgate de sua reserva. Essas garantias atendem à definição de um derivativo embutido, entretanto, é utilizada a isenção prevista na IFRS 4 - Contratos de Seguro, na qual, caso o derivativo embutido atenda à definição de um contrato de seguro por si só, não é efetuada a separação do derivativo embutido nesse contrato. Conforme demonstrado na nota explicativa nº 2.17.2, essas garantias embutidas são consideradas no Teste de Adequação do Passivo (TAP), pois modificam os fluxos de caixa estimados dos contratos.

2.7.2 INSTRUMENTOS DE “HEDGE”

As operações com instrumentos financeiros derivativos contratadas pela Porto Seguro, alocados em carteira própria ou em fundos de investimentos fechados, referem-se a: (i) “swaps”, que visam a proteção contra riscos cambiais oriundos dos passivos de captação de recursos ou a proteção contra variações adversas de taxa de juros das aplicações financeiras alocadas em fundos de investimentos; (ii) contratos futuros de juros prefixados, que sintetizam a exposição a juros; (iii) opções de índice futuro de Ibovespa, que sintetizam a exposição ao índice; e (iv) contrato futuro de moeda, que sintetiza a exposição ao câmbio das aplicações financeiras em moedas estrangeiras.

Esses instrumentos são mensurados ao seu valor justo, com as variações registradas contra o resultado do exercício (em “Resultado financeiro”), simultaneamente à variação do valor justo do item objeto protegido. O valor justo dos derivativos é calculado com base nas informações de cada operação contratada e nas respectivas informações de valor de câmbio e taxa de juros de mercado, divulgadas pela B3.

No início das operações de “hedge”, a Companhia documenta a relação entre ele e o item objeto do “hedge” com seus objetivos e estratégias na gestão de riscos, além disso, a Companhia verifica, ao longo de toda a duração do contrato, sua efetividade. Os valores justos dos derivativos estão demonstrados na nota explicativa nº 14. A apuração ao risco de mercado que a Companhia está exposta está demonstrada na nota explicativa nº 4.3 e consolida a exposição de ativos, assim como os instrumentos derivativos de “hedge”, sendo demonstrada líquida.

2.8 ATIVOS DE RESSEGURO

Os ativos de resseguro são valores a receber de resseguradores e valores das provisões técnicas de resseguro, avaliados consistentemente com os saldos associados aos passivos de seguro que foram objeto de resseguro. Os valores a pagar a resseguradores são compostos por prêmios em contratos de cessão de resseguro.

As perdas por “impairment”, quando aplicáveis, são avaliadas utilizando-se metodologia similar àquela aplicada para ativos financeiros (vide nota explicativa nº 2.9). Essa metodologia também leva em consideração os fluxos administrativos específicos de recuperação com os resseguradores.

2.9 ANÁLISE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS (“IMPAIRMENT”)

2.9.1 EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS (CLIENTES)

Avalia-se constantemente se há evidência de que um determinado ativo ou grupo de ativos classificado na categoria de empréstimos ou recebíveis (avaliados ao custo amortizado) esteja deteriorado ou “impaired”. Para a análise de “impairment”, a Companhia utiliza fatores observáveis que incluem base histórica de perdas e inadimplência e quebra de contratos (cancelamento das coberturas de risco).

A metodologia utilizada para prêmios a receber considera a existência de evidência objetiva de “impairment” para ativos individualmente significativos. Se for considerado que não existe tal evidência, os ativos são incluídos em um grupo com características de risco de crédito similares (tipos de contrato de seguro, “ratings” internos, etc.) e testados em uma base agrupada, com a aplicação dos seguintes parâmetros: probabilidade de inadimplência das operações, previsão de recuperabilidade dessas perdas incluindo as garantias existentes e as perdas históricas de devedores classificados em uma mesma categoria.

Para os recebíveis de operações de créditos e cartão de crédito (emitidos pela Portoseg), a Companhia utiliza o conceito de redução ao valor recuperável pela perda esperada do ativo. Neste sentido, o valor de provisionamento para esta carteira é calculado por meio da metodologia que captura, além das perdas incorridas, aquelas esperadas durante o fluxo contratual dos ativos, desta forma, esses ativos financeiros são classificados em três estágios diferentes, de acordo com a qualidade de crédito da contraparte, conforme abaixo:

- Estágio 1: sem deterioração significativa no crédito desde seu reconhecimento inicial ou baixo risco de crédito na data de apuração (12 meses);
- Estágio 2: significativa deterioração no crédito desde o reconhecimento inicial, mas nenhuma evidência objetiva de “impairment”;
- Estágio 3: evidência objetiva de “impairment” na data de observação.

Um ativo migrará de estágio à medida que seu risco de crédito aumentar ou diminuir. Dessa forma, um ativo financeiro que migrou para os estágios 2 e 3 poderá voltar para o estágio 1, a menos que tenha sido originado ou comprado com problemas de recuperação de crédito. Para cada estágio é calculada uma perda esperada específica, de forma a refletir um menor ou maior risco de cada operação.

Valores que são provisionados como perda são geralmente baixados (“write-off”) quando não há mais expectativa para recuperação do ativo.

2.9.2 INSTRUMENTOS FINANCEIROS A VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

A cada data de balanço é avaliado se há evidência objetiva de que um ativo classificado como instrumento financeiro a valor justo por meio de outros resultados abrangentes está individualmente deteriorado. Caso tal evidência exista, a perda acumulada é removida do patrimônio líquido e reconhecida imediatamente no resultado.

2.9.3 ATIVOS NÃO FINANCEIROS

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização, tais como intangíveis com vida útil definida e imobilizados são revisados para a verificação de “impairment” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda é reconhecida no valor pelo qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do “impairment” os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente, chamadas de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). As UGCs são determinadas e agrupadas pela Administração com base na distribuição geográfica dos seus negócios e com base nos serviços e produtos oferecidos, nos quais são identificados fluxos de caixa específicos. Os ativos não financeiros que tenham sofrido “impairment” são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do “impairment”.

2.10 BENS À VENDA

A Companhia detém ativos circulantes que são mantidos para a venda, tais como estoques de bens salvados recuperados após indenizações integrais em sinistros de automóveis, registrados pelo valor estimado de realização, com base em estudos históricos de recuperação, veículos oriundos dos encerramentos dos contratos de locações e bens retomados de garantias oferecidas nas operações de crédito que são avaliados ao valor realizável.

2.11 CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDO (DAC)

As comissões sobre prêmios emitidos e os custos diretos de angariação são diferidos e amortizados de acordo com o prazo de vigência das apólices, conforme demonstrado na nota explicativa nº 13. Os custos administrativos diretamente relacionados a obtenção de novos contratos de seguros, tais como custo com aceitação de riscos e emissão de apólice, também são diferidos com o mesmo critério. Os custos indiretos de comercialização não são diferidos.

2.12 ATIVOS INTANGÍVEIS

(a) “SOFTWARES”

Os gastos com aquisição e implantação de “softwares” e sistemas são reconhecidos como ativo quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica. As despesas relacionadas à manutenção de “software” são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas.

(b) ÁGIO E INTANGÍVEL COM VIDA ÚTIL INDEFINIDA - COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS

O ágio contabilizado na aquisição de empresas representa o excesso do custo de aquisição sobre o valor justo dos ativos líquidos adquiridos na data da combinação de negócios. O ágio é testado anualmente por “impairment” e no período corrente, não foi identificada necessidade de “impairment”. Quaisquer perdas contabilizadas não são revertidas.

A Porto Seguro detém o direito de uso da marca “Itaú Seguros de Auto e Residência”, registrada em uma combinação de negócio e reconhecida pelo valor justo na data da aquisição, com vida útil indefinida, uma vez que não há limite de tempo estimado da geração de benefícios futuros desta marca para a Companhia (baseado em pesquisa de mercado), avaliada segundo o método “Relief from Royalties”.

(c) INTANGÍVEL COM VIDA ÚTIL DEFINIDA - COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS

Os demais ativos intangíveis adquiridos e identificados em uma combinação de negócios são reconhecidos pelo valor justo na data da combinação de negócios e amortizados conforme a vida útil estimada, segundo o método linear. As taxas de amortização utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 18.

2.13 ATIVO IMOBILIZADO DE USO PRÓPRIO

Compreendem imóveis, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios e veículos utilizados na condução dos negócios da Companhia. O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada (exceto para terrenos que não são depreciados). O custo histórico desse ativo compreende gastos diretamente atribuíveis para sua aquisição a fim de que o ativo esteja em condições de uso.

Gastos subsequentes são ativados somente quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com o item do ativo fluirão para a Companhia. Todos os outros gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado conforme incorridos.

A depreciação do ativo imobilizado é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 17.

2.14 ATIVO DE DIREITO DE USO – CONSOLIDADO

Referem-se aos imóveis que são locados de terceiros para a condução dos negócios da Companhia em diversas localidades do país. Esses ativos são mensurados pelo fluxo de caixa do passivo de arrendamento (vide nota explicativa nº 2.21), descontado a valor presente. Também são adicionados (quando existir) custos incrementais que são necessários na obtenção de um novo contrato de arrendamento que de outra forma não teriam sido incorridos.

2.15 PROPRIEDADES IMÓBILIARIAS DE INVESTIMENTO

Compreendem os imóveis de propriedade da Companhia que estão sendo mantidos para valorização do capital. Esses imóveis são avaliados tempestivamente ao valor justo e as oscilações são registradas imediatamente no resultado do período.

2.16 CONTRATOS DE SEGURO E CONTRATOS DE INVESTIMENTO – CLASSIFICAÇÃO

A Porto Seguro emite diversos tipos de contratos de seguros gerais e produtos de acumulação (previdência complementar) que transferem riscos significativos de seguros, financeiros ou ambos. Entende-se como risco significativo de seguro como a possibilidade de pagar benefícios significativos aos segurados na ocorrência de um evento de seguro com substância comercial. Os contratos de resseguro também são classificados segundo os princípios de transferência de risco de seguro.

Os contratos de assistência a segurados nos quais a Companhia contrata prestadores de serviços ou utiliza funcionários próprios para a prestação dos serviços, como serviços a automóveis e residências e assistência 24 horas, entre outros, também são avaliados para fins de classificação de contratos e são classificados como contratos de seguro quando há transferência significativa de risco de seguro entre as contrapartes no contrato.

Nos contratos de seguro-saúde o segurado (exclusivamente pessoas jurídicas) tem a opção de cancelamento do contrato com aviso prévio de 60 dias para contratos de vigência mínima de 12 meses, sem obrigação de pagamento dos valores de sinistralidade devidos, perfazendo, assim, um cenário provável e com substância comercial de retenção de risco significativo de seguro.

Contratos de investimento são aqueles que não transferem risco de seguro significante. Os títulos de capitalização emitidos pela Porto Seguro são classificados como contratos de investimento e contabilizados como instrumentos financeiros de acordo com a IFRS 9.

2.17 PASSIVOS DE CONTRATOS DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

2.17.1 AVALIAÇÃO DE PASSIVOS ORIGINADOS DE CONTRATOS DE SEGURO

Utiliza-se as diretrizes da IFRS 4 para avaliação dos contratos de seguro e aplica-se as regras de procedimentos mínimos para avaliação de contratos de seguro, como: Teste de Adequação de Passivos (TAP); avaliação de nível de prudência utilizado na avaliação dos contratos; entre outras políticas aplicáveis.

Não é aplicado os princípios de “Shadow Accounting” (contabilidade reflexa), já que a Companhia não dispõe de contratos cuja avaliação dos passivos ou benefícios aos segurados seja impactada por ganhos ou perdas não realizados de títulos classificados como disponíveis para a venda.

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as diretrizes do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTAs) e estão descritos resumidamente a seguir:

- (a) A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é calculada “pro rata” dia para os seguros de danos e seguros de pessoas, com base nos prêmios emitidos, tem por objetivo provisionar a parcela destes, correspondente ao período de risco a decorrer contado a partir da data-base de cálculo.

- (b)** A Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes, mas Não Emitidos (PPNG-RVNE) é calculada para os seguros de danos e seguros de pessoas e tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos, referentes aos riscos assumidos, cujas vigências já se iniciaram e que estão em processo de emissão.
- (c)** A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) – administrativa e judicial – é constituída com base na estimativa dos valores a indenizar efetuada por ocasião do recebimento do aviso de sinistro, eventos ou notificação do processo judicial, bruta dos ajustes de resseguro e líquida de cosseguro. Essa provisão é ajustada pela provisão IBNeR, com o objetivo de estimar as mudanças de valores que os sinistros avisados sofrerão ao longo dos processos de análise até sua liquidação. A IBNeR é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais, como triângulos de “run-off”, com base no desenvolvimento histórico de sinistros para os seguros de danos e seguros de pessoas.
- (d)** A Provisão de Sinistros Ocorridos, mas Não Avisados (IBNR) é constituída para pagamento dos sinistros que já ocorreram, mas que ainda não foram avisados à Companhia até data base de apuração, e é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais, como pela aplicação de triângulos de “run-off”, com base no comportamento histórico observado entre a data da ocorrência do sinistro e a data do seu registro, para os seguros de danos e de pessoas. A IBNR do ramo DPVAT (seguro obrigatório) é constituída conforme determina Resolução do CNSP.
- (e)** A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída com o objetivo de garantir a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas com sinistros. A provisão deve abranger as despesas alocáveis e não alocáveis, relacionadas à liquidação de indenizações ou benefícios.
- (f)** A Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC) do ramo de seguro-saúde é constituída com base na expectativa de despesas médico-hospitalares futuras dos segurados que estão em gozo do benefício de remissão (falecimento do segurado titular com manutenção da cobertura aos segurados dependentes sem o respectivo pagamento de prêmios) e é calculada com base no valor presente das respectivas despesas esperadas.
- (g)** A Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC) e Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC) representam o valor das obrigações assumidas com os participantes dos planos de previdência complementar das modalidades de renda e pecúlio, estruturados nos regimes financeiros de capitalização e de capitais de cobertura, bem como do seguro do ramo de vida com cobertura de sobrevivência.
- (h)** A Provisão Complementar de Cobertura (PCC) é apurada considerando a diferença entre a aplicação das bases técnicas contratuais dos planos e a aplicação de bases técnicas realmente esperadas, como a Tábua de Mortalidade BR-EMS, em sua versão mais atualizada, adicionada de uma premissa de expectativa de aumento na longevidade, sendo os fluxos futuros descontados pela estrutura a termo de taxa de juros livre de risco (ETTJ), divulgada pela SUSEP (vide nota explicativa nº 2.17.2).
- (i)** A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) do ramo de previdência é constituída para a

cobertura das despesas relacionadas ao pagamento de indenizações ou benefícios de previdência complementar. Essa provisão também é constituída para os planos que ainda estão em fase de contribuição, supondo uma premissa de taxa de conversão em renda futura. A provisão é calculada considerando o valor presente das despesas futuras esperadas e uma premissa realista de sobrevivência dos participantes.

- (j) A Provisão de Excedente Financeiro (PEF) é calculada conforme critérios estabelecidos no contrato do participante e abrange os valores de excedentes financeiros provisionados a serem utilizados de acordo com o regulamento do plano de previdência.

As provisões técnicas são segregadas entre circulante e não circulante no balanço patrimonial conforme seus perfis de liquidações, baseados nos fluxos atuariais.

2.17.2 TESTE DE ADEQUAÇÃO DOS PASSIVOS (TAP)

Em cada data de balanço é elaborado o TAP (ou “Liability Adequacy Test” - LAT) para todos os contratos vigentes na data de execução do teste, exceto DPVAT. Esse teste é elaborado considerando-se como valor contábil todos os passivos de contratos de seguro, deduzidos dos custos de aquisição diferidos (ativo), conforme critérios da IFRS 4 e da SUSEP.

Para o teste, desenvolveu-se uma metodologia que considera a melhor estimativa de todos os fluxos de caixa futuros, que também incluem as despesas incrementais e de liquidação de sinistros, utilizando-se premissas atualizadas. Para os ramos de risco decorrido, são levados em consideração os prêmios ganhos observados para efetuar a melhor estimativa de receita de prêmios no período subsequente à data-base de cálculo.

Na determinação das estimativas dos fluxos de caixa futuros, os contratos são agrupados por similaridades ou características de risco. Os fluxos de caixa são trazidos a valor presente a partir de premissas de taxas de juros livres de risco. Caso seja identificada qualquer insuficiência no TAP, registra-se a perda imediatamente como uma despesa no resultado do exercício, constituindo/complementando a Provisão Complementar de Cobertura (PCC).

Alguns contratos permitem o direito de venda do ativo danificado que tenha sido recuperado (tal como salvados). Fica resguardado, também, o direito contratual de se buscar ressarcimentos de terceiros, como sub-rogação de direitos para pagamentos de danos parciais ou totais cobertos. Consequentemente, estimativas de recuperações são incluídas como um redutor na avaliação e, consequentemente, na execução do TAP.

Para os produtos de previdência complementar, a Porto Seguro elaborou uma metodologia que leva em consideração elementos que impactam diretamente o fluxo de caixa dos referidos contratos, como níveis de permanência dos participantes, taxas de conversão em renda, retorno dos ativos garantidos aos participantes durante as fases de acumulação e concessão de benefício (excedente financeiro), opções de taxas de juros garantidas (índice de inflação-Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M) ou ganhos realizados de ativos acima da remuneração desse índice para produtos tradicionais e opções de resgate.

2.18 PASSIVOS FINANCEIROS

2.18.1 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os passivos de empréstimos e financiamentos, provenientes das operações de captação de recursos, valores a pagar das operações de cartão de crédito e financiamentos de ativo imobilizado e de fluxo de caixa, são reconhecidos inicialmente ao valor justo, líquido de custos de transações incrementais diretamente atribuíveis à origem do passivo. Esses passivos são avaliados subsequentemente: (i) ao custo amortizado, pelo método da taxa efetiva de juros, que leva em consideração os custos de transação, e os juros são apropriados até o vencimento dos contratos; ou (ii) designados ao valor justo por meio do resultado.

Quaisquer opções de resgate antecipado ou regras diferenciadas de liquidação de dívida são avaliadas com a finalidade de identificação de derivativos embutidos em tais contratos. Para empréstimos pós-fixados, a taxa efetiva de juros é reestimada periodicamente, quando o efeito de reavaliação da taxa efetiva de juros dos contratos é significativo.

2.18.2 PASSIVOS DE PLANOS DE CAPITALIZAÇÃO

Os passivos de capitalização são calculados no momento da emissão dos títulos, que são de pagamento único. O valor do depósito destinado aos resgates dos títulos é atualizado monetariamente de acordo com os indexadores e critérios estabelecidos nas suas respectivas condições gerais. Os beneficiários dos títulos podem receber um prêmio através de sorteio e/ou resgatar o valor correspondente à parcela dos depósitos pagos destinada para resgates.

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as orientações do CNSP e da SUSEP, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em NTAs, descritas resumidamente a seguir:

- (a)** A Provisão Matemática para Resgates (PMR) é calculada para cada título, durante o prazo previsto nas condições gerais do título. Também é calculada para os títulos vencidos e pelos valores dos títulos ainda não vencidos, mas que tiveram solicitação de resgate antecipado pelos clientes.
- (b)** As Provisões para Sorteios a Realizar e a Pagar são calculadas para fazer face aos prêmios provenientes dos sorteios futuros (a realizar) e também aos prêmios provenientes dos sorteios em que os clientes já foram contemplados (a pagar).
- (c)** A Provisão para Despesas Administrativas (PDA) inclui o diferimento das receitas dos títulos de pagamento único, efetuado “pró rata” entre a data da sua emissão e a de término de vigência do título.

2.19 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Companhia patrocina os planos de previdência privada Portoprev, que são classificados como plano de contribuição definida e plano de contribuição variável. Também são oferecidos benefícios pós-emprego de seguro-saúde e benefícios calculados com base em uma política que atribui uma

pontuação para seus funcionários conforme o período de prestação de serviços e a idade. O passivo para tais obrigações foi calculado por meio de metodologia atuarial específica que leva em consideração taxas de rotatividade de funcionários, taxas de juros para a determinação do custo de serviço corrente e custo de juros. Outros benefícios demissionais, como multa ou provisões ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), também foram calculados e provisionados segundo essa metodologia para os funcionários já aposentados, para os quais esse direito já tenha sido estabelecido.

2.20 PROVISÕES JUDICIAIS, PASSIVOS CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

As provisões são constituídas para fazer face aos desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As constituições baseiam-se em uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando um desembolso futuro.

Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de “obrigação legal” (fiscais e previdenciárias), cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente e atualizados monetariamente pela taxa SELIC.

Quando existem depósitos judiciais diretamente vinculados às provisões para processos judiciais de natureza fiscal, cível e trabalhista, essas provisões são apresentadas líquidas dos respectivos depósitos. Os demais depósitos judiciais são apresentados no ativo. Os depósitos judiciais também são atualizados monetariamente.

2.21 PASSIVO DE ARRENDAMENTO

Referem-se aos passivos de arrendamento que são reconhecidos em contrapartida com os ativos de direito de uso, mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, descontado por uma taxa incremental de financiamento, considerando possíveis renovações ou cancelamentos.

2.22 CAPITAL SOCIAL

O capital social é formado por ações ordinárias. Quando a Companhia efetua compra de suas próprias ações (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis, é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas até que as ações sejam canceladas ou revendidas. Quando essas ações são revendidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

2.23 RECONHECIMENTO DE RECEITAS

2.23.1 PRÊMIOS DE SEGUROS E RESSEGUROS

As receitas de prêmio dos contratos de seguro são reconhecidas quando da emissão da apólice ou quando da vigência do risco, o que ocorrer primeiro, proporcionalmente e ao longo do período de

cobertura do risco das respectivas apólices, por meio da constituição/reversão da PPNG (vide nota explicativa nº 2.17.1(a)).

As despesas de resseguro cedido são reconhecidas de acordo com o reconhecimento do respectivo prêmio de seguro (resseguro proporcional) e/ou de acordo com o contrato de resseguro (resseguro não proporcional).

2.23.2 CONTRIBUIÇÕES DE PLANOS DE PREVIDÊNCIA

As contribuições de planos de previdência complementar são reconhecidas quando do seu efetivo recebimento. A receita compreende as taxas administrativas e de carregamento cobradas.

2.23.3 OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A receita de juros sobre os empréstimos e financiamentos concedidos permanece sendo reconhecida mesmo após o contrato entrar em atraso. A partir do momento em que houver uma grande deterioração do ativo (migração para o estágio 3 – vide nota explicativa nº 2.9.1) a receita passa a ser reconhecida pelo valor do ativo líquido do provisionamento registrado.

2.23.4 RECEITAS COM TÍTULOS DE CAPITALIZAÇÃO

A receita com títulos de capitalização compreende a taxa administrativa cobrada na emissão dos títulos e a taxa sobre resgates antecipados. É reconhecida no resultado “pro rata temporis” de acordo com a vigência dos títulos, por meio da constituição/reversão da PDA (vide nota explicativa nº 2.18.2 (c)).

2.23.5 RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, COMERCIALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E ADMINISTRAÇÃO DE CONSÓRCIOS DE BENS

As receitas de prestação de serviços, comercialização de equipamentos e de taxas de administração de consórcio de bens compreendem o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços prestados pela Porto Seguro. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

2.23.6 RECEITA DE JUROS E DIVIDENDOS RECEBIDOS

As receitas de juros de instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do exercício, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados no resultado no mesmo prazo do recebimento.

As receitas de dividendos de investimentos em ativos financeiros representados por instrumentos de capital (ações) são reconhecidas no resultado quando o direito a receber o pagamento do dividendo é estabelecido.

2.24 PROGRAMAS DE FIDELIDADE

A Companhia emite cartões de crédito que possuem programas de benefícios aos seus clientes. Esses programas incluem bonificação com base em milhagens ou outros parâmetros de fidelidade, nos quais se estima e contabiliza as obrigações relativas ao custo das bonificações futuras com base no valor justo desses benefícios e considera diversas premissas para a valorização desse componente. Essas premissas incluem comportamento de utilização dos benefícios, tipo de benefício e estimativa de expiração dos benefícios pela não utilização por parte do cliente.

2.25 DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A distribuição de dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (JCP) para os acionistas é reconhecida como um passivo, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório (25%) somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido no resultado do período. A taxa utilizada no cálculo dos juros sobre o capital próprio é a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) durante o período aplicável, conforme a legislação vigente.

2.26 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício social. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R\$ 240 anuais. A provisão para contribuição social para as sociedades seguradoras e financeiras é constituída à alíquota de 15%. Para as demais empresas da Porto Seguro e para a Controladora, a alíquota vigente é 9%.

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Também são reconhecidos impostos diferidos sobre os prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas da contribuição social. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos e conforme suas expectativas de realizações.

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudanças de critério na determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

A Administração da Companhia não vislumbra em cenários de médio e longo prazos riscos de continuidade de seus negócios, (exceto para a operação da Porto Conecta - vide nota explicativa nº 2.1), uma vez que, entre outros motivos: (i) opera em mercados em expansão no país, principalmente o de seguros, onde há grandes potenciais de aumento de sua participação no PIB brasileiro, quando comparado com padrões estrangeiros; (ii) investe em tecnologias e processos para proporcionar um crescimento sustentável de suas operações; (iii) busca a diversificação de produtos, mercados e regiões, ampliando sua gama de atuação; (iv) possui resultados econômico-financeiros passados consistentes e uma sólida condição patrimonial.

3.1 AVALIAÇÃO DE PASSIVOS DE SEGUROS

O componente em que a Administração mais exerce o julgamento e utiliza estimativas é na constituição dos passivos de seguros. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que serão liquidados em última instância. São utilizadas todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e dos atuários para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido.

Conseqüentemente, os valores provisionados podem diferir significativamente dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações. As provisões que são mais impactadas por uso de julgamento e incertezas são aquelas relacionadas aos ramos de contratos de seguro de grandes riscos e contratos de seguro com cobertura de vida, porém estes mesmos ramos representam menos de 10% dos prêmios emitidos pela Companhia. As provisões de sinistros a liquidar, IBNeR, IBNR e PCC também são estabelecidas mediante a utilização de julgamentos e estimativas pela administração. O valor total dos passivos consolidado de contratos de seguro, em 31 de dezembro de 2019, era de R\$ 14.635.782.

3.2 CÁLCULO DE VALOR JUSTO E “IMPAIRMENT” DE ATIVOS FINANCEIROS

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Aplicam-se regras de análise de “impairment” para os recebíveis, especialmente para as operações de crédito. Nesta área é aplicado alto grau de julgamento para determinar o nível de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros. Nesse julgamento estão incluídos o tipo de contrato, segmento econômico, histórico de vencimento e outros fatores relevantes que possam afetar a constituição das perdas para “impairment”, conforme descrito no item 2.9.1.

O valor total consolidado dos ativos financeiros (incluindo caixa, equivalentes de caixa, empréstimos e recebíveis), em 31 de dezembro de 2019, era de R\$ 26.020.928 para os quais existem R\$ 542.459 de provisão para risco de crédito.

3.3 AVALIAÇÃO DAS PROVISÕES DE PROCESSOS JUDICIAIS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia dispõe de um grande número de processos judiciais em aberto na data das demonstrações financeiras. O procedimento utilizado pela Administração para a construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, a evolução dos processos, a situação e a instância de julgamento de cada caso específico. Adicionalmente, é utilizado o melhor julgamento sobre esses casos para a constituição das provisões, seguindo os princípios da IAS 37 / CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. O valor total consolidado das provisões judiciais, em 31 de dezembro de 2019, é de R\$ 144.207, líquidas de depósitos judiciais.

3.4 CÁLCULO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Essa é uma área que requer a utilização de julgamento da Administração da Companhia na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade de geração de lucros futuros tributáveis, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações (vide nota explicativa nº 11.3.3). O valor total dos créditos tributários diferidos, em 31 de dezembro de 2019, é de R\$ 584.896.

4. GESTÃO DE RISCOS

A Porto Seguro está exposta a um conjunto de riscos inerentes às suas atividades e, para gerir estes riscos, possui uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades necessários à identificação, avaliação, tratamento e controle dos riscos.

A governança de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as áreas, tendo por finalidade proteger o resultado e seus acionistas, contribuir para sua sustentabilidade e valor, envolvendo aspectos relacionados à transparência e prestação de contas.

Nesse contexto, o gerenciamento dos riscos é exercido de modo integrado e independente e valorizando o ambiente de decisões colegiadas. As decisões são pautadas em fatores que combinam o retorno sobre o risco mensurado, permitindo seu alinhamento na definição dos objetivos comerciais e promoção do acultramento dos colaboradores em todos os níveis hierárquicos.

Todas estas iniciativas proporcionam a ampliação da eficiência operacional e consequente redução do nível de perdas, além de otimizar a utilização do capital. Refletindo o compromisso com a gestão de riscos, a Companhia possui a área de Gestão de Riscos Corporativos, cuja missão é garantir que os riscos sejam efetivamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados de forma independente.

Com o intuito de obter sinergias ao longo do processo de gerenciamento de riscos há, permanentemente, um fórum denominado Comitê de Risco Integrado. Este tem como objetivo fornecer subsídios e informações ao Conselho de Administração em assuntos referentes à gestão de

riscos, propondo planos de ação e diretrizes, avaliando o cumprimento das normas de gestão de riscos e acompanhando os indicadores-chave de riscos em todas as sociedades que compõem a Porto Seguro. Neste sentido destaca-se a revisão e aprovação anual da Política Corporativa de Gestão de Riscos, zelo pelo cumprimento das demais políticas de riscos e prover recomendações relacionadas ao apetite e limites de exposição por tipos de riscos.

A gestão de riscos financeiros, de seguros e operacionais compreende as seguintes categorias:

4.1 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito caracteriza-se pelo risco de contraparte que é a possibilidade de não cumprimento por determinada contraparte (pessoa física, jurídica ou governo) das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam ativos financeiros. Este risco é composto por:

- (a) **Portfólio de investimentos:** para o gerenciamento deste risco a Companhia possui políticas e processos de monitoramento mensais para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidos. Para determinação dos limites são avaliados critérios que contemplam a capacidade financeira, assim como grau mínimo de risco (“rating”) “A” de acordo com metodologia de classificação própria, que segue processos de governança para avaliação e aprovação das operações.

Em 31 de dezembro de 2019, 80,3% (78,3% em 31 de dezembro de 2018) das aplicações financeiras estavam alocadas em títulos do tesouro brasileiro (risco soberano) e o restante em aplicações de “rating” “AA”.

A tabela a seguir demonstra a concentração do portfólio de investimentos da Companhia por tipo de contraparte:

	<u>Dezembro de 2019</u>	<u>Dezembro de 2018</u>
Risco soberano - Brasil	80,3%	78,3%
Instituições financeiras	2,6%	3,4%
Empresas elétricas e de telecomunicações	1,2%	0,8%
Outros	15,9%	17,5%

Na carteira de investimentos, nenhuma operação encontra-se em atraso ou deteriorada (“impaired”). Do total da exposição máxima ao risco de crédito, em 31 de dezembro de 2019, 99,1% (98,2% em 31 de dezembro de 2018) referem-se à exposições no Brasil e o restante no Uruguai.

- (b) **Inadimplência nos prêmios a receber:** é a possibilidade de perda devido ao não pagamento dos prêmios por parte dos segurados. Para mitigação destes riscos são estabelecidas regras de aceitação que incluem análise do risco de crédito dos segurados, fundamentadas em informações de agências de mercado e de comportamento histórico junto a Porto Seguro, assim como, no caso de inadimplência, a cobertura de sinistros poderá ser cancelada conforme

produto, regulamentação vigente e relacionamento com o cliente. Os prêmios a receber de segurado da Companhia, em geral, não possuem concentração de riscos (por setor econômico, por exemplo), uma vez que são recebíveis, principalmente, de pessoas físicas e varejo.

A tabela a seguir apresenta os vencimentos dos prêmios a receber da Companhia:

	<u>Dezembro de 2019</u>	<u>Dezembro de 2018</u>
Não vencidos	3.871.787	3.496.566
Vencidos de 1 a 30	96.463	119.595
Vencidos de 31 a 60	24.875	13.214
Vencidos de 61 a 90	8.181	6.564
Vencidos de 91 a 180	15.569	8.706
Vencidos acima de 180	7.649	12.114
Provisão para risco de crédito	(25.998)	(26.913)
	<u><u>3.998.526</u></u>	<u><u>3.629.846</u></u>

- (c) **Inadimplência nas operações de crédito:** é a possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações financeiras nos termos pactuados nas operações de crédito, os quais incluem: empréstimos pessoais, como consignado e capital de giro; financiamentos por meio de crédito direto ao consumidor (CDC), para pessoas físicas e jurídicas; e cartão de crédito. O gerenciamento deste risco conta com mecanismos e processos de monitoramento contínuo da carteira de crédito. Entre os indicadores de monitoramento destacam-se: inadimplência por dias de atraso; provisão para perda de crédito; índice de recuperação das operações em atraso; e concentração das operações.

A tabela a seguir apresenta os ativos classificados por “aging”:

	Dezembro de 2019	Dezembro de 2018
A vencer		
Até 30 dias	4.468.596	3.756.747
De 31 a 60 dias	63.793	9.754
Mais de 60 dias	11.233	4.480
Vencidos		
De 1 a 30	1.617.337	1.589.036
De 31 a 60	307.394	94.573
De 61 a 90	140.880	78.428
De 91 a 180	150.598	178.794
Acima de 180	324.300	265.213
Provisão para risco de crédito	(502.481)	(463.652)
	6.581.650	5.513.373
Garantias vinculadas às operações de crédito	1.272.758	927.588
Tipo de contraparte		
Pessoas físicas	80,9%	85,7%
Pessoas jurídicas	19,1%	14,3%

Dada a característica predominantemente de varejo da carteira de operações de créditos da Companhia, não há créditos individualmente significativos classificados como “impaired” (deteriorados).

- (d) **Cessão de resseguro:** para o gerenciamento do risco de crédito da cessão de risco de resseguro, há política específica que conta com limites de contraparte fundamentados em “ratings” de agências externas, considerando “A” como mínimo para cessão do risco. Em 31 de dezembro de 2019, a exposição em resseguros a receber totalizava R\$ 20.384 (R\$ 12.866 em 31 de dezembro de 2018).

4.2 RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como a eventual indisponibilidade de recursos de caixa para fazer frente a obrigações futuras. A Companhia possui controles com o objetivo de manter seus níveis de liquidez em patamares adequados, alinhados aos requisitos regulatórios, assim como equilibrar a relação entre as taxas, risco e retorno. Adicionalmente, há definição de caixa mínimo a ser mantido em relação as projeções dos fluxos de caixa.

Os principais itens abordados na gestão do risco de liquidez são: limites de risco de liquidez, incluindo caixa mínimo em relação as projeções dos fluxos de caixa e de ativos de alta liquidez (em sua maioria títulos públicos, os quais podem ser liquidados antecipadamente); simulações de cenários (teste de “stress”); e medidas potenciais para contingenciamento.

A tabela a seguir apresenta o risco de liquidez que a Porto Seguro está exposta (i):

	Dezembro de 2019		Dezembro de 2018	
	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)
À vista / sem vencimento	1.812.441	24.900	1.680.965	36.359
Fluxo de 1 a 30 dias	7.634.546	2.652.863	6.786.021	2.570.494
Fluxo de 2 a 6 meses	2.882.934	5.291.617	2.791.217	5.339.716
Fluxo de 7 a 12 meses	1.709.901	3.375.032	829.479	3.047.309
Fluxo acima de 1 ano	11.908.318	13.581.856	12.872.455	10.585.373
Total	25.948.139	24.926.268	24.960.137	21.579.251

(i) Fluxos de caixa estimados com base em julgamento da Administração e estudos de permanência de segurados para os planos de previdência complementar que dispõem de opção de resgate, expiração do risco dos contratos de seguros e melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento e/ou recebimento e não consideram os valores a receber vencidos. Os ativos e passivos financeiros pós-fixados foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais, e os saldos foram projetados utilizando-se curva de juros, taxas previstas do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e taxas de câmbio divulgadas para períodos futuros em datas próximas ou equivalentes.

(ii) O fluxo de ativos considera o caixa e equivalentes de caixa, os ativos financeiros e os empréstimos e recebíveis (clientes) e operação com resseguradoras. Do total de ativos financeiros, R\$ 5.513.154 (R\$ 5.445.929 em dezembro de 2018) referem-se a ativos vinculados aos planos de previdência complementar (ativos de terceiros).

(iii) O fluxo de passivos considera os passivos de contratos de seguros e previdência complementar e os passivos financeiros.

4.3 RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas devidas a oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira. Visto o perfil dos negócios da Porto Seguro, sua maior exposição está relacionada ao risco de taxa de juros. Existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para efetiva gestão do risco de mercado. Seguem abaixo as exposições de investimento segregadas por fator de risco de mercado:

	Dezembro de 2019	Dezembro de 2018
Inflação (IPCA/IGPM)	42,0%	35,9%
Pós-fixados (SELIC/CDI)	40,8%	52,2%
Prefixados	11,9%	7,3%
Ações	3,8%	2,7%
Outros	1,5%	1,9%

Entre os métodos utilizados na gestão, utiliza-se o teste de estresse da carteira de investimentos, considerando cenários históricos e de condições hipotéticas de mercado, sendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão de investimentos, identificação de riscos específicos

originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia assim como mitigação de riscos e entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido.

Adicionalmente ao teste de estresse, são realizados acompanhamentos complementares, como análises de sensibilidade e ferramentas de “tracking error” e “Benchmark-VaR”, utilizados para isso cenários realísticos e plausíveis ao perfil e característica do portfólio.

Segue o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2019, nos termos das Instrução CVM nº 475/08:

Fator de Risco	Cenário (*)	Impacto na carteira de investimentos
Índices de preços	+ 50 b.p.	(330.501)
	+ 25 b.p.	(173.993)
	+ 10 b.p.	(71.873)
	- 10 b.p.	71.873
	- 25 b.p.	173.993
	- 50 b.p.	330.501
Juros prefixados	+ 50 b.p.	(82.102)
	+ 25 b.p.	(41.144)
	+ 10 b.p.	(16.476)
	- 10 b.p.	16.476
	- 25 b.p.	41.144
	- 50 b.p.	82.102
Ações	± 34%	188.551
	± 17%	94.276
	± 9%	47.138
Juros pós-fixados	± 50 b.p.	16.992
	± 25 b.p.	14.214
	± 10 b.p.	11.372

(*) B.P. = “basis points”. O cenário base utilizado é o cenário possível de “stress” para cada fator de risco, disponibilizado pela B3.

Ressalta-se que visto a capacidade de reação da Companhia, os impactos acima apresentados podem ser minimizados. Adicionalmente, a Companhia possui instrumentos derivativos que reduzem suas exposições aos riscos conforme demonstrados a nota explicativa nº 14. Esta análise de sensibilidade demonstra a exposição da Companhia já com o uso dos instrumentos derivativos utilizados como “hedge” das operações.

4.4 RISCO DE SEGURO/SUBSCRIÇÃO

O risco de subscrição é definido como a possibilidade de ocorrência de eventos que contrariem as expectativas e que possam comprometer significativamente o resultado das operações e o patrimônio líquido, incluindo falhas na precificação ou estimativas de provisionamento.

A Porto Seguro emite seguros de automóveis, danos, riscos financeiros, saúde e vida, além de contratos de previdência complementar. O risco de subscrição é segmentado nas seguintes categorias de risco:

- (a) **Risco de prêmio:** gerado a partir de uma possível insuficiência dos prêmios cobrados para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações assumidas com os segurados. A Companhia desenvolve constantemente técnicas de análise e precificação do risco, utilizando-se de modelos estatísticos distintos para renovações e novos seguros, permitindo avaliar antecipadamente os resultados gerados em diversos cenários, que combinam níveis de preços, conversão de cotações e resultados, sendo as decisões tomadas considerando o cenário que gera as melhores margens para os produtos.
- (b) **Risco de provisão:** gerado a partir de uma possível insuficiência dos saldos das provisões constituídas para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações perante os segurados. Para avaliação da aderência das premissas e metodologias utilizadas para dimensionamento das provisões técnicas, são realizados constantemente testes de aderência em diferentes datas-bases, que verificam a suficiência histórica das provisões constituídas, incluindo o TAP (vide nota explicativa nº 2.17.2).

Os resultados dos fluxos de pagamento futuros são sensíveis à oscilação das taxas de juros utilizadas como taxa de desconto, a ETTJ divulgada pela SUSEP. A seguir, são apresentados os efeitos das taxas de desconto e sua variação sobre os passivos de previdência em 31 de dezembro de 2019, considerando os resultados do LAT:

Aumento de 2,5% na taxa	2.260
Aumento de 3,0% na taxa	2.706
Aumento de 3,5% na taxa	3.151
Aumento de 4,0% na taxa	3.593
Aumento de 4,5% na taxa	4.035
Aumento de 5,0% na taxa	4.474

- (c) **Risco de retenção:** gerado a partir da exposição a riscos individuais com valor em risco elevado, concentração de riscos ou ocorrência de eventos catastróficos. Essas exposições são monitoradas por meio de processos e modelos adequados, sendo contratadas proteções de resseguro de acordo com os limites de retenção por risco aprovados pela SUSEP, assim como limites internos, refletidos em política corporativa de cessão de riscos.
- (d) **Risco de práticas de sinistros:** gerado a partir de regras e procedimentos inadequados para a regulação e liquidação de sinistros.

Cada área de produto estabelece, monitora e documenta as regras e práticas de aceitação de riscos e práticas de sinistros em consonância com as diretrizes gerais da Porto Seguro, que incluem, por exemplo, parecer prévio da Diretoria Técnica para comercialização de cada produto e procedimentos para a aceitação de riscos.

As premissas utilizadas para as análises de sensibilidade para o risco de seguro, bem como o teste de adequação dos passivos, incluem:

- Utilização, como premissas de sinistralidade, das expectativas de prêmio de risco, baseadas em histórico de observações de frequência e severidade para cada agrupamento de ramos.
- Utilização de expectativas de cessão de prêmios e recuperação de sinistros, baseadas em histórico de observações para cada ramo e/ou agrupamento de ramos. Para as projeções, respeitaram-se as cláusulas contratuais vigentes na data-base do estudo dos contratos celebrados com os resseguradores.
- Utilização como indexador, para os passivos, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que é predominante nos contratos padronizados.
- Taxa de juros esperada para os ativos, equivalente à taxa SELIC/ CDI, que é condizente com a rentabilidade obtida pela área de investimentos no exercício vigente.
- Premissas atuariais específicas em cada produto em consequência do impacto destas na precificação do risco segurável.

Os resultados obtidos nos processos de gestão e monitoramento do risco de subscrição são formalizados e reportados mensalmente à Alta Administração, permitindo que eventuais desvios em relação às projeções sejam corrigidos no menor espaço de tempo possível.

Os impactos dos testes de sensibilidade demonstrados a seguir são aqueles que ocorreriam no resultado e no patrimônio líquido da Companhia decorrente das variações nas premissas apresentadas. Como a Companhia apresenta suficiência nos fluxos do TAP (vide nota explicativa nº 2.17.2), conforme regras da SUSEP, os impactos demonstrados são após o esgotamento dessas suficiências.

4.4.1 AUTOMÓVEIS

A Companhia opera em todo o território nacional e no Uruguai, comercializando apólices de seguro de automóvel para pessoas físicas e jurídicas, através de contratação individual ou de frotas.

Como medida de mitigação de risco, são utilizados dispositivos rastreadores e localizadores em determinados tipos de veículos.

A tabela a seguir apresenta a exposição ao risco de seguro por região:

Localidade	Dezembro de 2019	Dezembro de 2018
Região Sudeste	67,8%	68,4%
Região Sul	12,2%	12,3%
Região Nordeste	10,4%	10,0%
Região Centro-Oeste	6,1%	5,6%
Uruguai	2,2%	2,4%
Região Norte	1,4%	1,3%

A tabela a seguir apresenta as sensibilidades da carteira às premissas atuariais, líquidas de efeitos tributários:

Premissas atuariais	Dezembro de 2019	Dezembro de 2018
Despesas administrativas - aumento de 30,0 p.p.	(868.601)	(940.970)
Sinistros - aumento de 50,0%	(813.997)	(985.593)

4.4.2 DANOS (EXCETO AUTOMÓVEL) E RISCOS FINANCEIROS

Neste segmento são comercializados seguros para residências, empresas, condomínios, obras de engenharia, rurais, responsabilidades, equipamentos, transportes, seguros de garantia de obrigações contratuais e seguro fiança locatícia. As principais medidas de mitigação de riscos incluem além da contratação de resseguro, a inspeção prévia dos locais segurados e análise de crédito dos segurados.

A tabela a seguir apresenta a exposição ao risco de seguro por região:

	Dezembro de 2019			
	São Paulo	Região Sul	Rio de Janeiro	Outros
Transportes	65,7%	3,7%	12,8%	17,8%
Fiança locatícia	62,6%	11,8%	16,7%	8,9%
Residencial	57,7%	14,4%	6,8%	21,0%
Empresarial	54,9%	8,7%	12,6%	23,7%
Condomínio	45,8%	11,2%	8,8%	34,1%
Outros riscos	60,8%	6,6%	10,3%	22,3%

	Dezembro de 2018			
	São Paulo	Região Sul	Rio de Janeiro	Outros
Transportes	65,6%	13,4%	3,3%	17,7%
Fiança locatícia	63,7%	15,1%	13,6%	7,6%
Empresarial	55,2%	12,7%	9,5%	22,6%
Residencial	57,4%	6,6%	14,9%	21,1%
Condomínio	46,7%	9,6%	12,1%	31,6%
Outros riscos	61,9%	9,5%	8,0%	20,6%

A tabela a seguir apresenta as sensibilidades das carteiras às premissas atuariais, líquidas de efeitos tributários:

Premissas atuariais	Dezembro de 2019	Dezembro de 2018
Despesas administrativas - aumento de 30,0 p.p.	(12.555)	(43.538)
Sinistros - aumento de 50,0%	119.242	102.710

4.4.3 SAÚDE

A Companhia atua no mercado de saúde suplementar operando somente em planos empresariais de renovações anuais. O principal risco está relacionado aos modelos de prêmio de risco em seguro-saúde decorrente do potencial aumento nos custos dos tratamentos médicos durante o período de vigência dos contratos e o risco de ocorrência de eventos excepcionais de alto impacto (pandemias).

Em linha com as medidas de mitigação de riscos, os contratos são negociados com prestadores de serviços de saúde de forma a permitir uma moderação no aumento dos custos com os serviços de saúde. A rede referenciada está sujeita a monitoramento constante através de auditorias médicas, entrevistas e pesquisas com segurados.

Para os procedimentos de alta complexidade e internações, faz-se necessária a análise da equipe de auditoria médica. Essa equipe também revisa os procedimentos conduzidos por cada prestador de serviços de saúde com a finalidade de analisar a conformidade e a qualidade dos serviços prestados.

A tabela a seguir apresenta as sensibilidades da carteira às premissas atuariais, líquidas de efeitos tributários:

Premissas atuariais	<u>Dezembro de 2019</u>	<u>Dezembro de 2018</u>
Despesas administrativas - aumento de 30,0 p.p.	(8.160)	(6.053)
Sinistros - aumento de 50,0%	(7.295)	(5.522)

4.4.4 SEGURO DE VIDA E PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

- **Seguros de vida tradicional com contratação individual e coletiva**

Compreendem produtos predominantemente de renovações anuais com cobertura por morte, invalidez ou renda devido à incapacidade temporária. O risco mais relevante para este produto é o biométrico, no qual pode ocorrer aumento nas indenizações causado pela ocorrência de eventos extraordinários, tais como pandemias ou aumento constante da ocorrência de invalidez. Para contratações coletivas existe o risco de antisseleção, em que o grupo segurado é diferente do grupo da cotação, e de catástrofes, atingindo várias vidas seguradas no mesmo evento.

- **Seguro de vida com cobertura por sobrevivência e previdência complementar**

Compreendem os produtos de Vida Gerador de Benefícios Livres (VGBL) e o Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL), referente à previdência complementar, que são produtos com garantias de longo prazo, atrelado ao planejamento de aposentadoria dos participantes. Oferecem coberturas por sobrevivência, morte, invalidez e pensões em caso de morte do titular.

- **Plano de previdência complementar tradicional**

Produtos que apresentam como principal característica a garantia de uma taxa de retorno mínima na fase de acumulação e aposentadoria. Estes produtos não são mais comercializados pela Companhia, contudo ainda existem 7.490 participantes com contratos vigentes nessas condições, com valor total, em 31 de dezembro de 2019, de R\$ 646.800. Apresenta risco biométrico e principalmente econômico.

Medidas para mitigação de risco

Para os seguros de vida com contratação individual, são estabelecidos limites de contratação e de idade a partir dos quais é necessária apresentação de documentações específicas para análise do risco individual. Para os seguros coletivos, destaca-se a subscrição centralizada com análise prévia dos grupos seguráveis para determinação dos prêmios. Outras medidas importantes para mitigação de riscos incluem a contratação de resseguros e a gestão dos fluxos de ativos e passivos (“Asset Liability Management” - ALM).

As tabelas a seguir apresentam as sensibilidades das carteiras às premissas atuariais, líquidas de efeitos tributários:

- Vida sem cobertura por sobrevivência:

Premissas atuariais	<u>Dezembro de 2019</u>	<u>Dezembro de 2018</u>
Despesas administrativas - aumento de 30,0 p.p.	26.096	27.316
Sinistros - aumento de 50,0%	82.113	81.300

- Vida com cobertura por sobrevivência e previdência complementar:

Premissas atuariais	<u>Dezembro de 2019</u>	<u>Dezembro de 2018</u>
Despesas administrativas - aumento de 30,0 p.p.	(117)	(133)
ETTJ-SUSEP - aumento de 5,0%	(4.660)	(3.053)
Sinistros - aumento de 50,0 p.p.	-	-

4.5 RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos incluindo o risco legal.

A atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa e centralizada, utilizando para isso processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer métodos para tratar esses impactos, reduzir as ameaças até um nível aceitável.

Isto inclui esforços para a construção de um banco de dados de perdas internas de risco operacional com informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre a Porto Seguro, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

5. GESTÃO DE CAPITAL

A estratégia na gestão de capital consiste em maximizar o valor do capital por meio da otimização do nível e das fontes de capital disponíveis, garantindo a sustentabilidade do negócio no curto e longo prazo, de acordo com os requerimentos regulatórios e de solvência. O processo de avaliação e gerenciamento de capital é realizado com uma visão de negócio em um horizonte de 1 ano para as empresas seguradoras e demais empresas e de 3 anos para as empresas financeiras da Companhia, fundamentado em premissas de crescimento de negócios, lucratividade, distribuição de dividendos, entre outros indicadores-chave ao negócio.

A Porto Seguro possui uma estrutura que atua de maneira ativa e prospectiva na gestão deste risco. A estrutura de gerenciamento de capital é suportada por política específica, a qual define os papéis e responsabilidades, limites de suficiência, relatórios de monitoramento e planos de contingência de capital.

Essa gestão é de responsabilidade da Diretoria Financeira, que conta com o apoio da Diretoria Técnica, entre outras, para apuração dos resultados. De forma independente, a área de Gestão de Riscos Corporativos monitora a aderência aos requerimentos regulatórios e aos critérios de política interna.

A suficiência de capital é avaliada conforme os critérios emitidos pelo CNSP, SUSEP, ANS e BACEN. Neste sentido são avaliados os requerimentos de capital necessário para suportar os riscos inerentes, incluindo as parcelas de risco de crédito, mercado, operacional e subscrição. A tabela a seguir demonstra as parcelas das necessidades de capital da Companhia:

Seguros

Capital de risco de subscrição	2.383.118
Capital de risco de crédito	127.757
Capital de risco de mercado	382.920
Capital de risco operacional	93.215
Benefício da diversificação de riscos	(264.864)

Capital requerido - seguros (i)	2.722.146
--	------------------

Capital requerido - financeiras (ii)	921.439
---	----------------

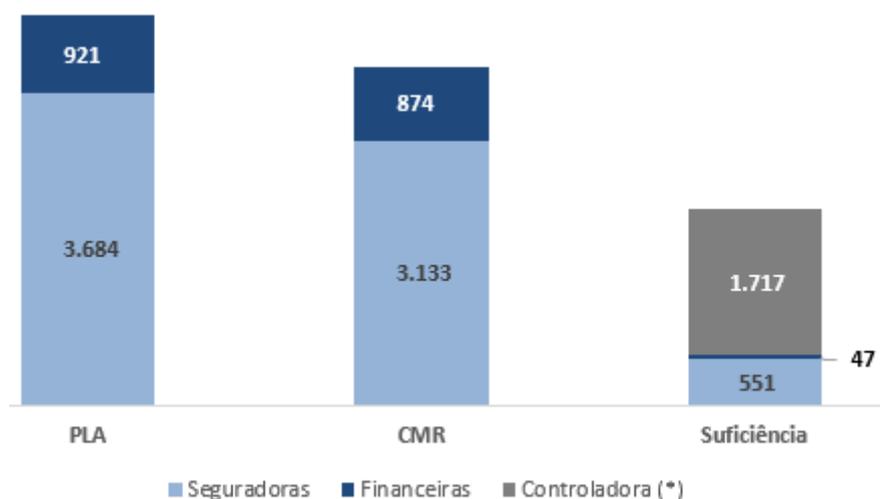
Margem de solvência (iii)	410.854
----------------------------------	----------------

(i) Os valores apresentados para as seguradoras representam a soma linear de cada parcela de capital de risco das empresas reguladas pela SUSEP, uma vez que não existe na regulamentação brasileira o conceito de necessidades e capital consolidado por grupo econômico.

(ii) Calculado com base no "Conglomerado Prudencial" da Portoseg, Porto Consórcio e Portopar.

(iii) Representa a necessidade de capital das empresas reguladas pela ANS e da Porto Seguro Uruguai.

A figura a seguir apresenta o Capital Mínimo Requerido (CMR), o Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) e as suficiências de capital, em 31 de dezembro de 2019 (em R\$ milhões):



(*) A Controladora não possui CMR, desta forma, o valor de suficiência apresentado para a ela representa o montante de liquidez disponível nesta. Além dos montantes disponíveis na Controladora, a Administração pode, conforme a estratégia de otimização de capitais, realocar as suficiências de capitais entre as empresas do grupo a fim de manter níveis adequados de capital entre as empresas.

Os níveis de capital estão além do patamar exigido, o que provê conforto para adequação a possíveis alterações regulatórias e exigências de capital.

A tabela a seguir apresenta a análise de sensibilidade do capital regulatório em 31 de dezembro de 2019 das seguradoras e operadora de saúde face variações nas premissas de cálculo que são mais relevantes ao grupo, demonstrando os impactos nas parcelas de riscos:

Premissas	<u>Impacto</u>
Risco de subscrição	
Aumento de 2 p.p. na sinistralidade e crescimento de 15% dos prêmios emitidos	15,6%
Aumento nas provisões técnicas de previdência	5,2%
Risco de crédito	
Aumento das exposições ao risco de crédito	20,3%
Risco operacional	
Aumento do prêmio ganho ou provisão técnica	4,9%
Risco de mercado	
Exposição de 100% do capital de risco de mercado	20,8%
Margem de solvência	
Aumento dos prêmios emitidos e sinistros retidos conforme crescimento do último exercício	8,8%

Segue abaixo a análise de sensibilidade do capital regulatório da carteira de crédito da Portoseg, em virtude da alta representatividade desta em relação ao total do Conglomerado Prudencial face cenários de mudança na inadimplência:

Cenário	<u>Índice de Basileia</u>
Inadimplência atual	10,6%
Incremento de 20% na inadimplência da carteira	9,3%
Incremento de 50% na inadimplência da carteira como consequência da inadimplência no Sistema Financeiro Nacional	8,2%

6. SEGMENTOS OPERACIONAIS – CONSOLIDADO

A Porto Seguro oferece ampla gama de produtos e serviços para pessoas físicas e jurídicas no Brasil (predominantemente) e também no Uruguai. A Companhia aplicou a IFRS 8 – Segmentos Operacionais e designou os segmentos a seguir conforme critérios qualitativos e quantitativos, considerando-se as similaridades entre os serviços e produtos oferecidos, para determinação de segmentos reportáveis:

- Seguros de automóveis: compreendem os prêmios de seguros de automóveis emitidos pela Porto Cia, Itaú Auto e Residência e Azul Seguros, líquidos de cancelamentos, restituições e cessões de resseguro.
- Seguros e planos de saúde: compreendem os prêmios de seguros-saúde e odontológico emitidos pela Porto Saúde, líquidos de cancelamentos e restituições, e as contraprestações líquidas dos planos de saúde comercializados pela Portomed.

- Seguros de pessoas e previdência complementar: compreendem (i) os prêmios de seguros de pessoas emitidos pela Porto Cia e Porto Vida e Previdência, líquidos de cancelamentos, restituições e cessões de resseguro, e (ii) as receitas com taxas de gestão e das contribuições efetuadas mensalmente pelos participantes de planos de previdência operados pela Porto Vida.
- Seguros – demais ramos: compreendem os prêmios de seguros de danos (exceto automóvel) e DPVAT emitidos pela Porto Cia, Itaú Auto e Residência e Azul Seguros, líquidos de cancelamentos, restituições e cessões de resseguro, além dos seguros emitidos no Uruguai, pela Porto Seguro Uruguai.
- Financeiras e consórcio de bens: compreendem (a) as receitas com taxas de administração de grupos de consórcios operados pela Porto Consórcio; (b) as receitas da Portoseg de operações de crédito compostas pelos juros cobrados nos empréstimos, financiamentos e com cartão de crédito na utilização do crédito rotativo ou parcelamento da fatura e (c) as receitas de administração de fundos de investimentos e gestão de ativos financeiros da Portopar e Porto Investimentos.
- Outros: compreendem, principalmente, as receitas de prestação de serviços de todas as demais empresas da Companhia (inclusive as receitas de serviços prestados no Uruguai pela Porto Serviços Uruguai) e as receitas com títulos de capitalização.

Levam-se em consideração os relatórios financeiros internos de desempenho de cada segmento e região geográfica em que opera, que são utilizados pela Administração na condução de seus negócios. O “Lucro líquido/(Prejuízo)” é o principal indicador utilizado pela Administração para o gerenciamento do desempenho dos segmentos.

Do total das receitas em 31 de dezembro de 2019, 98,1% (98,2% em 31 de dezembro de 2018) foram provenientes do Brasil e o restante, do Uruguai. Não há na Porto Seguro concentração de receita por cliente ou grupo econômico.

	Seguros de automóveis	Seguros e planos de saúde	Seguros de pessoas e previdência complementar	Seguros - demais ramos	Financeiras e consórcios de bens	Outros	Dezembro de 2019	Dezembro de 2018
Prêmios de seguros emitidos e contraprestações líquidas	9.846.319	1.676.349	1.235.973	2.711.726	-	-	15.470.367	15.271.327
Variação das provisões técnicas de seguros e prêmios de resseguros cedidos	20.212	(1.191)	(369.160)	(213.546)	-	-	(563.685)	(926.825)
Prêmio ganho	9.866.531	1.675.158	866.813	2.498.180	-	-	14.906.682	14.344.502
Receitas de operações de crédito	-	-	-	-	1.574.897	-	1.476.427	1.348.468
Receita de prestação de serviços	-	-	-	-	406.540	622.675	1.029.215	1.092.421
Contribuição de plano de previdência	-	-	173.492	-	-	-	173.492	180.796
Receita com títulos de capitalização	-	-	-	-	-	45.731	45.731	37.898
Sinistros retidos e benefícios de previdência complementar - líquidos (i)	(5.531.520)	(1.265.025)	(299.894)	(828.927)	-	-	(7.925.366)	(7.518.819)
Custos de aquisição	(2.137.764)	(126.934)	(297.991)	(695.430)	(201.846)	(61.766)	(3.521.731)	(3.325.326)
Custos dos serviços prestados	-	-	-	-	-	(197.658)	(197.658)	(306.191)
Variação das provisões técnicas de previdência	-	-	(189.863)	-	-	-	(189.863)	(170.206)
Outras receitas/(despesas)	(1.892.937)	(199.460)	(206.679)	(717.354)	(1.424.110)	(466.905)	(4.808.975)	(4.443.391)
Resultado operacional	304.310	83.739	45.878	256.469	355.481	(57.923)	987.954	1.240.152
Resultado financeiro	369.729	37.568	96.021	319.439	30.502	185.843	1.039.102	925.927
Resultado antes dos impostos	674.039	121.307	141.899	575.908	385.983	127.920	2.027.056	2.166.079
Imposto de renda e contribuição social	(238.069)	(48.116)	(56.844)	(159.878)	(133.798)	(11.242)	(647.947)	(856.702)
Lucro líquido - Dezembro de 2019	435.970	73.191	85.055	416.030	252.185	116.678	1.379.109	1.309.377
Lucro líquido/(prejuízo) - Dezembro de 2018	598.426	43.432	50.776	392.531	239.394	(15.182)		
Ativos e passivos							Dezembro de 2019	Dezembro de 2018
Ativos relacionados aos segmentos	9.003.609	539.403	5.225.220	3.255.532	7.419.907	1.040.119	26.483.790	23.291.743
Ativo imobilizado e intangível (ii)	139.667	-	-	305.370	-	2.534.935	2.979.972	2.913.129
Ágio de combinação de negócios (iii)	109.902	-	-	236.898	-	28.322	375.122	375.122
Intangível com vida útil indefinida (iii)	77.958	-	-	168.042	-	-	246.000	246.000
Demais ativos (iv)	-	-	-	-	-	2.626.415	2.626.415	3.734.964
	9.331.136	539.403	5.225.220	3.965.842	7.419.907	6.229.791	32.711.299	30.560.958
Passivos relacionados aos segmentos	6.192.736	410.317	5.632.475	2.400.254	6.416.706	1.286.507	22.338.995	20.978.662
Demais passivos	-	-	-	-	-	2.102.520	2.102.520	1.938.575
	6.192.736	410.317	5.632.475	2.400.254	6.416.706	3.389.027	24.441.515	22.917.237

(i) Os valores de sinistros retidos são apresentados líquidos de recuperação de resseguro, cosseguro, salvados e ressarcimentos.

(ii) Os intangíveis alocados aos segmentos “Seguros de automóveis” e “Seguros – demais ramos” referem-se, principalmente, àqueles originados da aquisição da Itaú Auto e Residência (vide nota explicativa nº 18).

(iii) O ágio e o intangível com vida útil indefinida alocados aos segmentos “Seguros de automóveis” e “Seguros – demais ramos”, referem-se àqueles originados da aquisição da Itaú Auto e Residência (vide nota explicativa nº 18). O ágio alocado ao segmento “Outros” refere-se àquele originado da aquisição da Porto Seguro Saúde Ocupacional e da H4P.

(iv) Referem-se, principalmente, a ativos financeiros não vinculados às provisões técnicas, imposto de renda e contribuição social diferidos e impostos e contribuições a recuperar.

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2019	Dezembro de 2018	Dezembro de 2019	Dezembro de 2018
Equivalentes de caixa (*)	213.995	115.738	721.326	618.565
Depósitos bancários	394	60	171.937	150.907
	214.389	115.798	893.263	769.472

(*) Composto por operações compromissadas lastreadas, principalmente, em Letras do Tesouro Nacional (LTNs) e Notas do Tesouro Nacional (NTNs), com vencimentos originais em até 3 meses.

8. ATIVOS FINANCEIROS

8.1 APLICAÇÕES FINANCEIRAS AVALIADAS AO VALOR JUSTO

8.1.1 POR MEIO DO RESULTADO (VJR)

				Dezembro de 2019	Dezembro de 2018
	Controladora	Seguros	Previdência	Total consolidado	Total consolidado
Fundos abertos					
Cotas de fundos de investimentos - DPVAT	-	676.421	96.070	772.491	941.564
Cotas de fundos de investimentos	-	134.520	-	148.006	136.525
Cotas de fundos de participação	-	-	-	-	26.132
Outras aplicações	-	1.828	-	1.828	1.475
	-	812.769	96.070	922.325	1.105.696
Fundos exclusivos					
LFTs	301.374	984.083	2.250.573	3.872.407	4.877.631
NTNs - B	382.453	295.547	1.032.477	1.727.939	2.216.665
Debêntures	142.649	68.105	431.423	9.871	510.655
Cotas de fundos	439.921	26.973	65.853	538.407	324.400
Letras financeiras - privadas	21.062	13.972	280.717	1.457	428.706
Ações de companhias abertas	123.171	-	134.525	-	180.533
LTNs	84.125	71.995	4.755	5.821	166.696
NTNs - C	-	42.085	29.410	-	65.034
CDBs	8.342	3.096	45.955	57.972	65.967
	1.503.097	1.505.856	4.275.688	7.661.868	8.749.306
Carteira própria					
LFTs	-	-	-	36.610	191.898
Total	1.503.097	2.318.625	4.371.758	8.620.803	10.046.900
Circulante	1.503.097			8.619.251	10.042.399
Não circulante	-			1.552	4.501

8.1.2 POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES (VJORA)

			Dezembro de 2019	Dezembro de 2018
	Seguros	Previdência	Total consolidado	Total consolidado
Carteira própria (*)				
NTNs - B	1.754.838	-	1.754.838	1.907.027
LTNs	685.511	-	685.511	633.235
NTNs - C	212.302	153.470	365.772	331.307
Total	2.652.651	153.470	2.806.121	2.871.569
Circulante			685.511	-
Não circulante			2.120.610	2.871.569

(*) O valor de curva (custo atualizado) dos papéis em “Carteira própria” em 31 de dezembro de 2019 era de R\$ 2.583.898 (R\$ 2.723.026 em 31 de dezembro de 2018), gerando assim um ganho não realizado registrado no patrimônio líquido de R\$ 222.223 (R\$ 148.543 em 31 de dezembro de 2018), e um efeito de R\$ 73.680 (R\$ 32.595 em 31 de dezembro de 2018) na demonstração de resultado abrangente, brutos dos efeitos tributários.

8.1.3 HIERARQUIA DE VALOR JUSTO – CONSOLIDADO (*)

			Dezembro de 2019	Dezembro de 2018
	Nível 1	Nível 2	Total	Total
Fundos exclusivos	5.838.539	1.823.331	7.661.870	8.749.306
Carteira própria	2.842.729	-	2.842.729	3.063.467
Fundos abertos	922.325	-	922.325	1.079.564
Cotas de fundo de participação	-	-	-	26.132
Total	9.603.593	1.823.331	11.426.924	12.918.469
Circulante			9.304.762	10.042.399
Não circulante			2.122.162	2.876.070

8.2 MENSURADO AO CUSTO AMORTIZADO

				Dezembro de 2019	Dezembro de 2018
	Seguros	Previdência	Outras atividades	Total consolidado	Total consolidado
Fundos exclusivos (*)					
NTNs - B	1.548.404	73.969	-	1.622.373	71.258
NTNs - C	-	591.746	-	591.746	562.076
NTNs - F	-	-	220.026	220.026	-
LTN	-	-	77.106	77.106	-
LFT	-	-	-	-	340.766
	1.548.404	665.715	297.132	2.511.251	974.100
Outros investimentos					
Outros	2.882	422	142	3.446	3.633
	2.882	422	142	3.446	3.633
Total - não circulante	1.551.286	666.137	297.274	2.514.697	977.733

(*) O valor de mercado dos papéis em 31 de dezembro de 2019 era de R\$ 2.811.044 (R\$ 1.067.012 em 31 de Dezembro de 2018).

8.3 MOVIMENTAÇÃO DO PERÍODO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS – CONSOLIDADO

	Dezembro de 2019	Dezembro de 2018
Saldo inicial	13.896.202	12.230.501
Aplicações	18.515.073	20.498.660
Resgates	(19.859.345)	(19.973.540)
Rendimentos líquidos	1.316.011	1.107.986
Ajuste a valor de mercado	73.680	32.595
Saldo final	13.941.621	13.896.202
Circulante	9.304.762	10.042.399
Não circulante	4.636.859	3.853.803

8.3.1 TAXAS DE JUROS CONTRATADAS

As principais taxas de juros médias anuais contratadas das aplicações financeiras estão apresentadas a seguir (em %):

	Dezembro de 2019		Dezembro de 2018	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Equivalentes de caixa (*)	4,38	4,44	6,38	6,43
Fundos exclusivos				
LTNs	6,15	7,72	-	11,01
NTNs C - IGPM +	-	6,21	-	6,21
NTNs B - IPCA +	4,64	4,00	5,67	5,18
Letras financeiras %CDI	109,44	110,34	110,31	108,25
Carteira própria				
LTNs	-	11,34	-	11,34
NTNs B - IPCA +	-	4,92	-	5,41
NTNs C - IGPM +	-	5,66	-	5,66

(*) Vide nota explicativa nº 7.

9. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (AO CUSTO AMORTIZADO) – CONSOLIDADO

	Dezembro de 2019			Dezembro de 2018		
	Carteira	Provisão para riscos de créditos	Carteira líquida	Carteira	Provisão para riscos de créditos	Carteira líquida
Títulos e créditos a receber (i)	4.543.622	(34.614)	4.509.008	3.770.980	(29.419)	3.741.561
Financiamentos (ii)	1.278.720	(44.564)	1.234.156	934.111	(42.246)	891.865
Operações de cartão de crédito (iii)	1.022.420	(397.819)	624.601	1.019.924	(374.641)	645.283
Empréstimos	239.369	(25.484)	213.885	252.010	(17.346)	234.664
	7.084.131	(502.481)	6.581.650	5.977.025	(463.652)	5.513.373
Provisão sobre o total da carteira			7,09%			7,76%
Circulante			5.900.861			5.029.569
Não circulante			680.789			483.804

(i) Referem-se a valores a receber de cartões de crédito a vencer ou não faturados, classificados no ativo circulante. Esses valores estão classificados com características de concessão de crédito e têm como contrapartida contas a pagar a estabelecimentos filiados registrados na rubrica "Operações com cartão de crédito" (vide nota explicativa nº 22).

(ii) Referem-se a valores a receber das operações de cartões de crédito faturadas, vencidas ou parceladas.

(iii) Referem-se a financiamentos de veículos na modalidade de Crédito Direto ao Consumidor (CDC).

As informações de vencimento dos empréstimos e financiamentos estão demonstradas na nota explicativa nº 4.1 (c).

9.1 MOVIMENTAÇÃO DO “IMPAIRMENT” DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS – CONSOLIDADO

As movimentações entre os estágios no período estão apresentadas a seguir:

	<u>Estágio 1</u>	<u>Estágio 2</u>	<u>Estágio 3</u>	<u>Total (*)</u>
Saldo em 1 janeiro de 2018	135.828	66.018	200.590	402.436
Novas entradas	474.166	283.059	306.298	1.063.523
Melhora de estágio	106.753	(75.930)	(30.823)	-
Piora de estágio	(156.095)	(752)	156.847	-
Liquidações (total ou parcial)	(423.588)	(199.158)	(379.561)	(1.002.307)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	137.064	73.237	253.351	463.652
Novas entradas	352.916	256.157	250.391	859.464
Melhora de estágio	40.309	(25.934)	(14.375)	-
Piora de estágio	(66.373)	(112.666)	179.038	-
Liquidações (total ou parcial)	(341.342)	(142.854)	(336.439)	(820.635)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	122.575	47.940	331.966	502.481

(*) O montante reconhecido como prejuízo das operações de crédito foi de R\$ 363.664 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 288.384 em 31 de dezembro de 2018).

10. PRÊMIOS A RECEBER DE SEGURADOS – CONSOLIDADO

	<u>Dezembro de 2019</u>		<u>Dezembro de 2018</u>			
	<u>Prêmios a receber de segurados</u>	<u>Provisão para riscos de créditos</u>	<u>Prêmios a receber - líquido</u>	<u>Prêmios a receber de segurados</u>	<u>Provisão para riscos de créditos</u>	<u>Prêmios a receber - líquido</u>
Automóvel	2.652.401	(4.515)	2.647.886	2.480.325	(2.296)	2.478.029
Ramos elementares	666.320	(3.430)	662.890	631.979	(7.621)	624.358
Vida	465.085	(5.921)	459.164	315.606	(3.600)	312.006
Saúde	132.039	(3.378)	128.661	116.619	(3.812)	112.807
Porto Seguro Uruguai	81.907	(7.347)	74.560	85.660	(8.903)	76.757
Transportes	26.772	(1.407)	25.365	26.570	(681)	25.889
	4.024.524	(25.998)	3.998.526	3.656.759	(26.913)	3.629.846
Circulante			3.994.251			3.628.196
Não circulante			4.275			1.650

10.1 MOVIMENTAÇÃO DOS PRÊMIOS A RECEBER DE SEGURADOS – CONSOLIDADO

	<u>Dezembro de 2019</u>	<u>Dezembro de 2018</u>
Saldo inicial	3.629.846	3.598.072
Prêmios emitidos	16.167.055	15.807.781
IOF	872.305	865.444
Adicional de fracionamento	252.503	271.858
Prêmios cancelados	(1.093.676)	(1.009.138)
Recebimentos	(15.830.422)	(15.907.926)
Provisão para riscos de crédito	915	3.755
Saldo final	<u>3.998.526</u>	<u>3.629.846</u>

10.2 MOVIMENTAÇÃO DO “IMPAIRMENT” DE PRÊMIOS A RECEBER DE SEGURADOS – CONSOLIDADO

	<u>Dezembro de 2019</u>	<u>Dezembro de 2018</u>
Saldo inicial	26.913	30.668
Constituições	23.311	25.860
Reversões	(18.240)	(23.248)
Baixas para prejuízo (incobráveis)	(5.986)	(6.367)
Saldo final	<u>25.998</u>	<u>26.913</u>

As despesas/reversões de provisões para riscos de créditos foram registradas na conta “Outras despesas operacionais” da Demonstração do Resultado.

11. TRIBUTOS

11.1 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR – CONSOLIDADO (*)

	<u>Dezembro de 2019</u>	<u>Dezembro de 2018</u>
Imposto de renda	82.117	74.860
Contribuição social	35.974	34.775
PIS e COFINS	15.899	16.807
Impostos Uruguai	11.813	13.585
INSS	3.376	8.192
Outros	8.410	11.359
	<u>157.589</u>	<u>159.578</u>
Circulante	155.308	154.759
Não circulante	2.281	4.819

(*) Os saldos da Controladora referem-se ao imposto de renda e à contribuição social.

11.2 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER – CONSOLIDADO (i)

	Dezembro de 2019	Dezembro de 2018
IOF sobre prêmios de seguros	234.362	212.599
Imposto de renda (ii)	89.474	41.161
Contribuição social (ii)	67.535	46.085
PIS e COFINS	55.706	56.861
INSS e FGTS	34.948	40.052
IRRF	24.510	27.418
ISS	9.182	10.555
Outros	28.175	21.759
	543.892	456.490

(i) Os saldos da Controladora referem-se, principalmente, ao IR retido na fonte e PIS/COFINS sobre JCP.

(ii) Referem-se às provisões, líquidas dos valores antecipados.

11.3 IMPOSTOS DIFERIDOS

11.3.1 ATIVO – CONSOLIDADO

	Dezembro de 2018	Constituição	Reversão/ realização	Dezembro de 2019
IR e CS sobre prejuízo fiscal e base negativa	13.955	7.076	(5.908)	15.123
	13.955	7.076	(5.908)	15.123
Diferenças temporárias decorrentes de:				
Provisão para obrigações legais	164.553	86.722	(91.413)	159.862
Provisão para riscos de créditos	152.472	95.789	(75.312)	172.949
PIS e COFINS sobre PSL e IBNR	70.466	24.987	(10.565)	84.888
Provisão de participação de lucros	12.014	174.805	(117.963)	68.856
Provisões para processos judiciais - cíveis e trabalhistas	16.176	15.436	(13.136)	18.476
Outras provisões	77.297	25.009	(22.441)	79.865
	492.978	422.748	(330.830)	584.896
Compensação de ativo/passivo diferido (*)	(228.465)	-	-	(335.089)
	278.468	-	-	264.930

(*) O Imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos estão apresentados no balanço patrimonial compensados por empresa.

11.3.2 PASSIVO

	Controladora			Consolidado			
	Dezembro de 2018	Reversão/ realização	Dezembro de 2019	Dezembro de 2018	Constituição	Reversão/ realização	Dezembro de 2019
IR e CS sobre combinação de negócios (*)	279.740	(5.049)	274.691	280.757	209	(5.363)	275.603
IR e CS sobre ajustes de instrumentos financeiros	-	-	-	54.729	71.562	(42.090)	84.201
IR e CS sobre reavaliação de imóveis	-	-	-	45.907	19.743	(2.219)	63.431
IR e CS sobre incentivo fiscal - provisão	-	-	-	-	47.435	(11.412)	36.023
IR e CS sobre PIS e COFINS diferidos	-	-	-	31.885	15.218	(13.738)	33.365
Outros	12.204	-	12.204	95.135	39.470	-	134.605
	291.944	(5.049)	286.895	508.413	193.637	(74.822)	627.228
Compensação de ativo/passivo diferido	(13.679)	-	(13.679)	(228.465)	-	-	(335.089)
	278.265	-	273.216	279.948	-	-	292.139

(*) Vide nota explicativa nº 16.

11.3.3 ESTIMATIVA DE REALIZAÇÃO - CONSOLIDADO

A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários diferidos de diferenças temporárias (ativo) de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, é:

	<u>Montante</u>
Ano de realização:	
2020	357.050
2021	115.453
2022	82.453
2023	4.856
2024	10.421
2025 a 2027	4.399
Após 2027	10.264
Total - ativo	<u>584.896</u>
Valor presente (*)	<u>558.011</u>

(*) Para o ajuste a valor presente foi considerada a taxa SELIC do último dia do exercício, líquida dos efeitos tributários.

Neste estudo é considerado a alíquota de imposto que vigorará em cada exercício futuro para analisar-se a realização do ativo de imposto diferido.

11.4 RECONCILIAÇÃO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2019	Dezembro de 2018	Dezembro de 2019	Dezembro de 2018
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL) (A)	1.374.034	1.301.819	2.027.056	2.166.079
Alíquota vigente (*)	34%	34%	40%	45%
Imposto de renda e contribuição social (a taxa nominal) (B)	(467.172)	(442.618)	(810.822)	(974.736)
Equivalência patrimonial	420.880	397.126	-	-
Dividendos e JCP	53.340	55.333	165.244	196.483
Incentivos fiscais	-	-	16.703	17.482
Participação nos lucros	(4.875)	(4.621)	(22.421)	(24.947)
Outros	2.875	3.582	3.350	(70.984)
Total dos efeitos do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C)	472.220	451.419	162.875	118.034
Total de imposto de renda e contribuição social (D = B + C)	5.049	8.801	(647.947)	(856.702)
Taxa efetiva (D/-A)	-0,4%	-0,7%	32,0%	39,6%

(*) A alíquota utilizada nesta reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro refere-se à taxa nominal vigente das seguradoras e financeiras da Porto Seguro, que correspondem às empresas que mais contribuem para o lucro líquido consolidado.

12. BENS À VENDA – CONSOLIDADO

	Dezembro de 2019	Dezembro de 2018
Salvados (*)	189.548	188.351
Veículos desativados de locações	10.023	4.330
Veículos recuperados de financiamentos	10.501	8.326
Outros bens à venda	-	1.800
Provisão para redução ao valor recuperável	(31.382)	(29.915)
	178.690	172.892

(*) Decorrentes, principalmente, de indenizações integrais em sinistros de automóveis, registrados pelo valor estimado de realização, com base em estudos históricos de recuperação.

13. CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS (DAC) – CONSOLIDADO

	<u>Dezembro de 2019</u>	<u>Dezembro de 2018</u>
Automóvel	1.256.457	1.213.217
Patrimonial	324.158	238.144
Pessoas	109.951	111.047
Riscos financeiros	68.715	57.898
Saúde	72.890	33.847
Responsabilidades	7.125	3.707
Transportes	2.290	2.263
Outros	21.230	20.608
	<u>1.862.816</u>	<u>1.680.731</u>
Circulante	1.815.191	1.653.034
Não circulante	47.625	27.697

O prazo médio de diferimento da DAC é de 12 meses, sendo o mesmo prazo de 2018.

13.1 MOVIMENTAÇÃO DO PERÍODO DA DAC – CONSOLIDADO

	<u>Dezembro de 2019</u>	<u>Dezembro de 2018</u>
Saldo inicial	1.680.731	1.582.937
Constituição	3.004.496	2.775.285
Apropriação para despesa	(2.822.411)	(2.677.491)
Saldo final	<u>1.862.816</u>	<u>1.680.731</u>

14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS – CONSOLIDADO

				Dezembro de 2019	Dezembro de 2018
	Taxa média contratada (a.a.)	Valor nocial	Valor pela curva	Valor justo	Valor justo
"Swap" - ponta ativa: taxa prefixada + dólar	4,28% + USD	150.200	172.853	173.053	159.804
"Swap" - ponta passiva: taxa pós-fixada em CDI (i)	108,50%	(150.200)	(165.613)	(165.613)	(155.535)
Variação de ajuste a mercado				7.440	4.269
"Swap" - ponta ativa (Libor USD6M)	0,7% + Libor	-	-	-	10.877
"Swap" - ponta passiva: taxa pós-fixada em CDI (ii)	90,80%	-	-	-	(10.963)
Variação de ajuste a mercado				-	(86)
Contrato futuro de juros prefixados		78.344	-	-	-
Opção futuro de dólar		584	-	(1.624)	733
Opções de renda variável		375	-	(2.448)	-
Contrato futuro de dólar		(134.586)	-	-	-
Contrato futuro de índice		35.523	-	-	-
Opções e contratos futuros (iv)				(4.072)	733
"Swap" - ponta ativa: taxa pós-fixada em CDI (iii)	100,00%	14.000	-	-	23.087
"Swap" - ponta passiva: taxa IGPM + taxa prefixada (iii)	5,75%	(14.000)	-	-	(23.703)
Perda de ajuste a mercado (iv)				-	(616)
Total - ativo circulante				7.440	5.002
Total - passivo circulante				(4.072)	(689)
Total - passivo não circulante				-	(13)

(i) Troca a diferença apurada entre a ponta ativa e a ponta passiva, com objetivo de mitigação do risco de variação cambial nos contratos de captação em moeda estrangeira (vide nota explicativa nº 22).

(ii) Troca a diferença apurada entre a ponta ativa e a ponta passiva, com o objetivo de mitigação do risco de variação cambial dos contratos de captação em moeda estrangeira e tem vencimento até abril de 2020 (vide nota explicativa nº 22).

(iii) Troca a diferença apurada entre a ponta ativa e a ponta passiva, com o objetivo de mitigação do risco de juro real das aplicações em NTN-Cs.

(iv) Instrumentos alocados nos fundos de investimentos da Companhia.

15. OUTROS ATIVOS – CONSOLIDADO

	Dezembro de 2019	Dezembro de 2018
Outros créditos a receber de cartão de crédito	82.953	71.186
Comissões em processamento (i)	75.387	65.378
Despesas antecipadas	54.664	48.537
Recebíveis de resseguro	20.384	12.866
Cheques a depositar	19.895	26.295
Valores a receber - seguro	17.848	16.283
Adiantamentos administrativos	12.574	15.647
Contas a receber de segurados	7.078	11.560
Almoxarifado	8.949	13.303
Convênio DPVAT	8.198	1.213
Outros	48.225	44.382
Circulante	356.155	326.650
Depósitos judiciais (ii)	376.309	298.599
Despesas antecipadas	32.568	546
Adiantamentos administrativos	5.989	6.978
Outros	19.338	16.837
Não circulante	434.204	322.960
	790.359	649.610
Circulante	356.155	326.650
Não circulante	434.204	322.960

(i) Representam pagamentos de comissões a corretores sobre riscos vigentes e não emitidos.

(ii) Vide nota explicativa 15.1.

15.1 DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Dezembro de 2019	Dezembro de 2018
Processos judiciais com adesão ao REFIS (*)	235.764	166.429
Sinistros judiciais	84.312	85.378
PIS e COFINS	37.638	30.748
Outros	18.595	16.044
	376.309	298.599

(*) Refere-se à diferença entre o valor do depósito judicial e as provisões para obrigações legais oriunda dos benefícios previstos no REFIS. Vide nota explicativa nº 23 (a).

16. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS – CONTROLADORA

	Participação (%)	Saldos em dezembro de 2018	Resultado equivalência patrimonial	Aumento/ (redução) de capital	Ajustes Instrumentos financeiros	Ajuste de conversão/ outros	Dividendos	Saldos em dezembro de 2019
Porto Cia	99,99	3.638.781	729.736	-	41.925	(55.003)	(298.951)	4.056.488
Portoseg	99,99	736.084	228.776	-	-	(1.016)	(140.671)	823.173
Azul Seguros (i)	67,83	484.061	155.644	-	10.584	2.816	(100.281)	552.824
Itaú Auto e Residência	99,99	295.288	63.557	(120.452)	(9.210)	(3.555)	(60.427)	165.201
Porto Consórcio	99,99	76.982	60.543	-	-	18.127	(14.999)	140.653
Porto Serviços e Comércio	99,99	76.447	(24.778)	41.220	-	(500)	-	92.389
Serviços Médicos Proteção e Monitoramento	99,99	61.192	1.636	(3.000)	-	(19)	-	59.809
Portomed	99,99	31.915	2.879	-	-	44	(7.998)	26.840
Porto Investimentos	99,99	28.160	1.869	-	909	-	-	30.938
Portopar	99,99	17.627	33.681	-	-	56	(28.997)	22.367
Renova	99,99	5.955	(2.531)	6.000	-	(8)	-	9.416
Crediporto	99,99	1.971	(2.500)	2.200	-	(4)	-	1.667
Porto Odonto	99,80	872	(46)	-	-	(3)	-	823
Porto Odonto	99,98	365	(66)	40	-	-	-	339
Combinação de negócios (ii)	-	1.046.148	-	-	-	(12.622)	-	1.033.526
		6.501.848	1.248.400	(73.992)	44.208	(51.687)	(652.324)	7.016.453

(i) A “Porto Cia” possui 32,17% de participação nessa sociedade.

(ii) Em 23 de agosto de 2009, a Porto Seguro celebrou associação com o Itaú Unibanco Holding S.A., visando à unificação de suas operações de seguros residenciais e de automóveis, bem como de acordo operacional para oferta e distribuição, em caráter exclusivo, desses produtos para os clientes do Itaú Unibanco no Brasil e no Uruguai. Em 30 de novembro de 2009, a Itaú Auto e Residência, sociedade que recebeu os ativos e os passivos dessa operação da Itaú Seguros S.A., passou a ser controlada pela Porto Seguro. Dessa combinação de negócios, originaram-se ágio e outros intangíveis (vide nota explicativa nº 18).

Controladas indiretas	Participação %
Porto Vida e Previdência	99,97
Porto Saúde	99,99
Porto Capitalização	100,00
Porto Seguro Uruguai	100,00
Porto Serviços Uruguai	100,00
Porto Atendimento	99,99
Porto Conecta	100,00
Porto Seguro Saúde Ocupacional	100,00
Franco	100,00
Porto Locadora	100,00
Health For Pet	100,00
Renova Peças Novas	99,99

16.1 INFORMAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS DAS CONTROLADAS

A tabela a seguir apresenta informações financeiras resumidas das controladas da Porto Seguro S.A.

	Dezembro de 2019			
	Total de ativos	Total de passivos	Total de receitas (i)	Lucro líquido / (prejuízo) do exercício
Porto Cia (ii)	11.962.994	7.997.492	9.724.055	569.664
Portoseg	8.098.711	7.242.866	1.595.948	231.799
Porto Vida e Previdência	5.483.805	5.259.311	1.021.633	20.742
Azul Seguros (ii)	3.329.713	2.606.095	3.514.658	208.690
Itaú Auto e Residência	882.855	715.693	636.360	64.095
Porto Saúde	1.107.698	673.239	1.708.490	71.323
Porto Capitalização	830.332	792.487	95.348	8.943
Porto Seguro Uruguai	276.845	208.827	343.642	2.551
Porto Consórcio	239.486	168.753	334.986	60.544
Porto Serviços e Comércio (ii)	95.392	3.001	33.222	(11.631)
Porto Conecta	13.599	5.152	19.803	(8.013)
Serviços Médicos (ii)	69.705	9.895	60.374	213
Proteção e Monitoramento	35.949	9.103	68.763	2.879
Demais empresas	534.852	372.610	793.610	26.627
	32.961.936	26.064.524	19.950.892	1.248.426
Participação de não controladores	-	-	-	(26)
Resultado de equivalência	-	-	-	1.248.400

				Dezembro de 2018
	Total de ativos	Total de passivos	Total de receitas (i)	Lucro líquido / (prejuízo) do exercício
Porto Cia (ii)	11.291.431	7.803.374	9.462.696	672.189
Portoseg	7.041.739	6.272.719	1.369.977	191.324
Porto Vida e Previdência	5.247.612	5.101.791	975.984	(5.242)
Azul Seguros (ii)	3.016.907	2.359.446	3.299.114	257.687
Itaú Auto e Residência	1.239.152	952.669	1.131.502	90.793
Porto Saúde	1.022.972	611.530	1.528.417	46.912
Porto Capitalização	673.507	646.881	80.798	3.330
Porto Seguro Uruguai	289.511	223.279	326.512	(1.017)
Porto Consórcio	203.626	126.583	312.429	44.473
Porto Serviços e Comércio (ii)	79.937	3.489	25.641	(29.692)
Porto Conecta	39.234	27.989	131.357	(109.368)
Serviços Médicos (ii)	69.594	8.402	62.519	82
Proteção e Monitoramento	43.241	11.319	91.118	(6.930)
Demais empresas	364.147	230.424	521.989	12.668
	30.622.610	24.379.895	19.320.054	1.167.209
Participação de não controladores	-	-	-	1.243
Resultado de equivalência	-	-	-	1.168.452

(i) Incluem receitas financeiras.

(ii) Exclui o resultado de equivalência patrimonial.

16.2 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias compatíveis às praticadas com terceiros, quando existentes, vigentes nas respectivas datas. As principais transações são:

- (i) Despesas administrativas repassadas pela Porto Cia, Porto Vida e Previdência, Porto Saúde e Azul Seguros pela utilização da estrutura física e de pessoal;
- (ii) Serviços do seguro e plano de saúde contratados da Porto Saúde e Portomed;
- (iii) Serviços de monitoramento efetuados pela Proteção e Monitoramento;
- (iv) Convênio de rateio de custos administrativos entre a Itaú Auto e Residência e as empresas do Grupo Itaú Unibanco, em razão da utilização de infraestrutura;
- (v) Serviços de administração e gestão de carteiras pela Porto Investimentos e Portopar;
- (vi) Convênio de utilização do meio de pagamento cartão de crédito com a Portoseg;
- (vii) Serviços de clínicas médicas e convênio de rateio de custos administrativos e operacionais entre a Serviços Médicos, Porto Saúde e Portomed;
- (viii) Serviços de “call center” contratados da Porto Atendimento;
- (ix) Subscrição de títulos de capitalização emitidos pela Porto Capitalização;

- (x) Captação de recursos com empresas do Grupo Itaú Unibanco;
- (xi) Prestação de serviços de telecomunicações pela Porto Conecta.

Os valores das transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

Demonstração do resultado	Receitas		Despesas	
	Dezembro de 2019	Dezembro de 2018	Dezembro de 2019	Dezembro de 2018
Porto Cia	768.442	670.628	239.384	229.522
Porto Atendimento	182.576	198.968	94.107	77.278
Porto Saúde	176.337	153.404	94.202	126.688
Crediporto	42.386	26.812	6.448	4.065
Portoseg	15.932	18.933	176.638	161.769
Porto Investimentos	11.066	10.425	4.725	3.453
Porto Capitalização	8.755	8.003	11.577	10.868
Itaú Auto e Residência	6.830	-	73.178	94.003
Porto Conecta	5.026	27.943	9.127	25.550
Porto Vida e Previdência	4.417	4.906	25.760	21.231
Proteção e Monitoramento	3.606	4.183	22.383	28.384
Serviços Médicos	-	2.410	37.773	38.612
Portomed	-	-	16.617	14.753
Azul Seguros	-	2.694	329.190	268.006
Demais	18.623	54.167	102.887	79.294
	1.243.996	1.183.476	1.243.996	1.183.476

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foi reconhecido no resultado o montante de R\$ 19.900 (R\$ 42.601 em dezembro de 2018) e R\$ 330.425 no passivo da Portoseg (R\$ 317.361 em dezembro de 2018) referentes à captação de recursos com empresas do Grupo Itaú Unibanco.

	Controladora	
	Dezembro de 2019	Dezembro de 2018
Passivo		
Dividendos e JCP a pagar (*)	214.207	186.572
	214.207	186.572

(*) Vide nota explicativa nº 26 (d).

16.3 TRANSAÇÕES COM PESSOAL-CHAVE

As transações com pessoal-chave da Administração referem-se aos valores reconhecidos no resultado do período a título de participação nos lucros, honorários e encargos ao Conselho de Administração, diretores, membros do Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2019	Dezembro de 2018	Dezembro de 2019	Dezembro de 2018
Participação nos lucros - administradores	19.500	18.484	93.433	99.788
Honorários e encargos	3.290	3.165	19.317	18.356
	22.790	21.649	112.750	118.144

17. ATIVO IMOBILIZADO – CONSOLIDADO

	Saldo residual em dezembro de 2018	Movimentações				Dezembro de 2019			
		Aquisições	Baixas/ vendas	Despesas de depreciação	Outros/ transferências	Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido	Taxas anuais de depreciação (%)
Edificações (i)	752.084	1.764	(4.345)	(18.652)	(18.985)	814.788	(102.922)	711.866	2,4
Terrenos	246.913	-	(6.378)	-	17.375	260.008	(2.098)	257.910	-
Obras em andamento	37.076	-	(178)	-	(1.197)	35.701	-	35.701	-
Benfeitorias em imóveis de terceiros	129.097	4.226	49	(9.673)	15.699	187.407	(48.009)	139.398	20,0 a 33,3
	1.165.170	5.990	(10.852)	(28.325)	12.892	1.297.904	(153.029)	1.144.875	
Informática	111.758	15.004	(9.011)	(49.246)	(315)	407.808	(339.618)	68.190	20,0 a 33,3
Móveis, máquinas e utensílios	36.436	3.304	(8.295)	(10.729)	(109)	97.217	(76.610)	20.607	10,0 a 50,0
Equipamentos	18.640	4.617	(4.413)	(6.252)	(1.890)	66.842	(56.140)	10.702	10,0 a 14,3
Rastreadores	14.275	2.899	(908)	(12.673)	1.771	217.281	(211.917)	5.364	25,0 a 50,0
Veículos	2.269	1.183	(9)	(959)	18	9.170	(6.668)	2.502	20,0
	183.378	27.007	(22.636)	(79.859)	(525)	798.318	(690.953)	107.365	
Veículos e equipamentos locados a terceiros	184.606	249.739	(105.842)	(11.143)	(5.154)	352.410	(40.204)	312.206	3,0 a 20,0
	184.606	249.739	(105.842)	(11.143)	(5.154)	352.410	(40.204)	312.206	
	1.533.154	282.736	(139.330)	(119.327)	7.213	2.448.632	(884.186)	1.564.446	

(i) Para este item, foi utilizada taxa média ponderada;

Não se observou evidências objetivas de “impairment” para os ativos imobilizados e para os ativos intangíveis em 2019 e não houve reconhecimento de perdas.

18. ATIVOS INTANGÍVEIS – CONSOLIDADO

	Saldo residual em dezembro de 2018	Movimentações				Dezembro de 2019			Taxas anuais amortização (%)
		Aquisições	Baixas	Despesas de amortização	Outros/transferências	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	
Software	910.906	149.532	(11.612)	(102.098)	(453)	1.389.452	(443.177)	946.275	6,67 a 20,0
Outros intangíveis	15.593	31.000	-	(3.212)	(14.884)	55.135	(26.638)	28.497	10,0 a 46,1
	926.499	180.532	(11.612)	(105.310)	(15.337)	1.444.587	(469.815)	974.772	
Marca	246.000	-	-	-	-	246.000	-	246.000	-
Canal de distribuição	453.348	-	-	(12.622)	-	568.000	(127.274)	440.726	2,2
Ágio na aquisição de investimentos	346.800	-	-	-	-	346.800	-	346.800	-
Combinação de negócios - Itaú Auto e Residência (*)	1.046.148	-	-	(12.622)	-	1.160.800	(127.274)	1.033.526	
Ágio na aquisição de investimentos	28.323	-	-	-	-	28.323	-	28.323	
Outros intangíveis	127	-	-	(100)	-	654	(627)	27	20,0 a 25,0
Outras combinações de negócios	28.450	-	-	(100)	-	28.977	(627)	28.350	
	2.001.097	180.532	(11.612)	(118.032)	(15.337)	2.634.364	(597.716)	2.036.648	

(*) Vide nota explicativa nº 16.

18.1 MENSURAÇÃO DE RECUPERAÇÃO DO ÁGIO E ATIVOS INTANGÍVEIS COM VIDAS ÚTEIS INDEFINIDAS

Em 31 de dezembro de 2019, a recuperação do valor contábil do ágio e dos intangíveis com vidas úteis indefinidas foram avaliados com base no seu valor em uso utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado para a UGC a que esses itens estão alocados.

O processo de estimativa do valor em uso envolve a utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa futuros e representa a melhor estimativa da Companhia e não superior as médias passadas recentes, aprovada pela Administração. A metodologia consiste em projetar os resultados da empresa utilizando um horizonte predominantemente de até cinco anos e descontá-los a valor presente pela taxa SELIC esperado para os próximos anos, com base em orçamentos financeiros aprovados pela Administração, determinando, assim, o valor econômico do negócio para os acionistas.

O ágio e os intangíveis com vidas úteis indefinidas estão alocados, conforme demonstrado na nota explicativa nº 6, às UGC dos segmentos operacionais: (i) “Seguros de automóvel” e “Seguros - demais ramos”, referente à aquisição da Itaú Auto e Residência; e (ii) “Outros”, referente à aquisição da Porto Seguro Saúde Ocupacional e Health for Pet. O teste de recuperação do ativo da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas por redução do valor recuperável (“impairment”).

19. ATIVO DE DIREITO DE USO – CONSOLIDADO (*)

Saldo inicial em 1 de janeiro de 2019	Movimentações			Dezembro de 2019			
	Novos contratos	Despesas de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido	Taxas anuais de depreciação (%)	
Direito de uso	139.338	262	(20.642)	195.723	(76.766)	118.957	5,0 a 12,5
	139.338	262	(20.642)	195.723	(76.766)	118.957	

(*) Não são apresentados valores comparativos uma vez que a adoção inicial da norma IFRS 16 ocorreu em 1 de janeiro de 2019, (modelo retrospectivo modificado) conforme facultado pela norma (vide nota explicativa nº 2.1.1).

Referem-se aos imóveis que são locados de terceiros para a condução dos negócios da Companhia em diversas localidades do país (vide nota explicativa nº 2 e 2.1.1).

Conforme requerido pela Instrução CVM Ofício Circular nº 2/2019, se efetuado a mensuração pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, incorporados a inflação futura projetada e descontados pela taxa incremental de financiamento, a Companhia teria em 31 de dezembro de 2019, um incremento líquido de ativo de direito de uso em R\$ 10.775 e um incremento na despesa de depreciação do período em R\$ 950.

20. PASSIVOS DE CONTRATOS DE SEGURO E PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR – CONSOLIDADO

	Dezembro de 2019		Dezembro de 2018	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Seguros (20.1)	11.804.672	11.686.217	11.642.952	11.538.214
Previdência complementar (20.2)	2.831.110	2.831.110	2.759.690	2.759.690
	14.635.782	14.517.327	14.402.642	14.297.904
Circulante	9.058.721		8.880.323	
Não circulante	5.577.061		5.522.319	

20.1 SEGUROS – CONSOLIDADO

	Dezembro de 2019		Dezembro de 2018	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Provisão de prêmios não ganhos	6.824.813	6.777.948	6.695.026	6.655.230
Provisão matemática - seguros	2.277.791	2.277.791	2.202.800	2.202.800
Sinistros a liquidar (administrativos e judiciais)	1.527.078	1.462.292	1.456.943	1.394.837
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - DPVAT	685.975	685.975	835.122	835.122
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	414.682	407.878	390.332	387.496
Demais provisões	74.333	74.333	62.729	62.729
	11.804.672	11.686.217	11.642.952	11.538.214
Circulante	8.697.087		8.515.478	
Não circulante	3.107.585		3.127.474	

20.2 PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR – CONSOLIDADO

	Dezembro de 2019		Dezembro de 2018	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Provisão matemática de benefícios a conceder	2.568.911	2.568.911	2.554.716	2.554.716
Provisão matemática de benefícios concedidos	162.449	162.449	141.796	141.796
Provisão complementar de cobertura	76.128	76.128	46.915	46.915
Demais provisões	23.622	23.622	16.263	16.263
	2.831.110	2.831.110	2.759.690	2.759.690
Circulante	361.634		364.845	
Não circulante	2.469.476		2.394.845	

20.3 MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO DE CONTRATOS DE SEGUROS, PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR E ATIVO DE RESSEGUROS - CONSOLIDADO

	Passivos de contratos de seguros	Ativos de contratos de resseguros
Saldos em 31 de dezembro de 2017	13.573.916	125.847
Constituições decorrentes de prêmios/contribuições	14.421.397	89.935
Diferimento pelo risco decorrido	(14.654.107)	(100.868)
Aviso de sinistros	8.091.641	59.931
Pagamento de sinistros/benefícios	(7.026.350)	(77.912)
Atualização monetária e juros	466.170	7.950
Resgates	(416.043)	-
Portabilidades líquidas	(72.737)	-
(+/-) Outras (constituição/reversão)	18.755	(146)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	14.402.642	104.737
Constituições decorrentes de prêmios/contribuições	15.188.197	95.054
Diferimento pelo risco decorrido	(15.486.838)	(88.850)
Aviso de sinistros	8.721.938	60.378
Pagamento de sinistros/benefícios	(8.037.409)	(56.366)
Atualização monetária e juros	513.699	3.522
Resgates	(396.544)	-
Portabilidades líquidas	(325.211)	-
(+/-) Outras (constituição/reversão)	55.308	(20)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	14.635.782	118.455
Circulante	9.058.721	118.455

20.4 ATIVOS GARANTIDORES – CONSOLIDADO

De acordo com as normas vigentes, foram vinculados à SUSEP e à ANS os seguintes ativos:

	<u>Dezembro de 2019</u>	<u>Dezembro de 2018</u>
Total dos passivos de seguro e previdência complementar (A)	14.635.782	14.402.642
Direitos creditórios (i)	3.257.104	2.909.564
Custos de aquisição diferidos pagos	809.535	954.537
Ativos de resseguro	71.472	64.564
Outros	8.988	3.435
Total de ativos redutores da necessidade de cobertura (B)	4.147.099	3.932.100
Necessidade de cobertura das provisões técnicas (C = A - B)	10.488.683	10.470.542
Necessidade de ativos líquidos (ii) (D)	535.923	475.345
Cotas de fundos de investimento	5.003.210	4.187.536
Cotas de fundos especialmente constituídos	4.200.617	4.131.513
Títulos de renda fixa - públicos	2.827.030	3.371.428
Imóveis - Uruguai	20.131	22.555
Total de ativos oferecidos em garantia (E)	12.050.988	11.713.032
Excedente (E - C - D)	1.026.382	767.145

(i) Montante correspondente às parcelas a vencer dos prêmios a receber de segurados e de apólices de riscos a decorrer.

(ii) As empresas supervisionadas pela SUSEP devem oferecer, no mínimo, 20% de seu Capital de Risco em títulos do Tesouro Nacional ou fundos compostos por esses títulos.

20.5 COMPORTAMENTO DA PROVISÃO DE SINISTROS

A tabela a seguir apresenta o comportamento das provisões (brutas de resseguro) para sinistros da Companhia (em anos posteriores aos anos de constituição, em milhões), denominada tábua de desenvolvimento de sinistro e demonstra a consistência da política de provisionamento de sinistros da Companhia:

	Dezembro								
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Montante estimado de sinistro no ano do aviso	1.182,7	1.186,4	1.238,4	1.230,9	1.192,7	1.235,8	1.466,7	1.648,9	1.777,0
Um ano mais tarde	1.185,1	1.128,3	1.221,7	1.230,2	1.141,3	1.334,5	1.339,4	1.528,9	-
Dois anos mais tarde	1.253,3	1.193,1	1.262,4	1.296,9	1.209,9	1.418,7	1.395,7	-	-
Três anos mais tarde	1.300,2	1.212,7	1.318,4	1.351,5	1.277,8	1.461,7	-	-	-
Quatro anos mais tarde	1.309,3	1.256,2	1.369,0	1.413,8	1.323,6	-	-	-	-
Cinco anos mais tarde	1.346,0	1.324,3	1.428,4	1.460,4	-	-	-	-	-
Seis anos mais tarde	1.402,9	1.379,3	1.464,4	-	-	-	-	-	-
Sete anos mais tarde	1.443,8	1.411,4	-	-	-	-	-	-	-
Oito anos mais tarde	1.473,3	-	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa Corrente	1.473,3	1.411,4	1.464,4	1.460,4	1.323,6	1.461,7	1.395,7	1.528,9	1.777,0
Pagamentos acumulados até a data-base	(1.265,6)	(1.180,1)	(1.198,0)	(1.133,0)	(959,7)	(1.054,2)	(934,1)	(1.118,4)	-
Total	138,3	23,6	35,1	61,0	36,5	43,6	54,1	(51,0)	1.777,0
DPVAT, retrocessão e Porto Seguro Uruguai									905,3
PSL e IBNR reconhecidas no balanço									2.682,3

21. DÉBITOS DE OPERAÇÕES DE SEGURO E RESSEGURO – CONSOLIDADO

	Dezembro de 2019	Dezembro de 2018
Comissões sobre prêmios emitidos	321.091	288.424
Resseguradoras	52.862	40.394
Outros débitos de seguros (*)	24.412	22.535
	398.365	351.353

(*) Refere-se, principalmente, a valores a pagar de serviços de assistência oferecidos aos segurados.

22. PASSIVOS FINANCEIROS – CONSOLIDADO

	Dezembro de 2019	Dezembro de 2018
Operações com cartão de crédito (i)	4.354.424	3.687.084
Recursos de aceites e emissão de títulos (ii)	1.337.087	1.064.890
Passivos de capitalização (iii)	783.496	638.520
Depósitos interfinanceiros (ii)	108.742	415.478
Outros empréstimos e financiamentos	343.789	175.493
Total de passivo financeiro avaliado a custo amortizado	6.927.538	5.981.465
Captações e financiamentos em moeda estrangeira (iv)	173.053	170.682
Total de passivo financeiro avaliado a valor justo	7.100.591	6.152.147
Circulante	6.861.875	5.985.433
Não circulante	238.716	166.714

(i) Referem-se, principalmente, a valores a pagar a estabelecimentos filiados.

(ii) Captação de recursos da Portoseg, remunerados em média a 104,8% do CDI ao ano em 31 de dezembro de 2019 (107,5% em 31 de dezembro de 2018).

(iii) São compostos por: provisões para resgates dos títulos de capitalização, atualizados monetariamente pela Taxa de Remuneração (TR), acrescida de taxa prefixada de 0,1% a 0,5% ao ano, e provisões para sorteios.

(iv) Captação de recursos em moeda estrangeira (Lei 4.131/62) da Portoseg, remunerados em média à taxa de 108,5% ao ano. Arelado a tais empréstimos, existem instrumentos de “hedge”, conforme demonstrados na nota explicativa nº 14.

Os passivos financeiros avaliados a valor justo são classificados como “Nível 2” na hierarquia de valor justo.

22.1 MOVIMENTAÇÕES DO PASSIVO FINANCEIRO – CONSOLIDADO

	Operações com cartão de crédito	Demais passivos financeiros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	3.495.921	1.974.464	5.470.385
Aquisição/constituição	32.451.011	1.957.863	34.408.874
Atualização monetária/juros	-	125.399	125.399
Liquidação/reversão	(32.259.848)	(1.592.663)	(33.852.511)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	3.687.084	2.465.063	6.152.147
Aquisição/constituição	35.293.588	1.234.275	36.527.863
Atualização monetária/juros	-	221.612	221.612
Liquidação/reversão	(34.626.248)	(1.174.783)	(35.801.031)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	4.354.424	2.746.167	7.100.591

23. PROVISÕES JUDICIAIS – CONSOLIDADO

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais, de naturezas tributária, trabalhista e cível. As provisões decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seu departamento jurídico e de seus consultores legais externos. Contudo, existem incertezas na determinação da probabilidade de perda das ações, no valor esperado de saída de caixa e no prazo final dessas saídas. Os saldos e as movimentações das provisões estão demonstrados a seguir:

	Fiscais (a)	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.317.768	22.271	27.986	1.368.025
Constituições (*)	49.954	9.852	21.144	80.950
Êxitos/reversões	(2.175)	(10.456)	(12.984)	(25.615)
Pagamentos	(106.933)	(4.380)	(9.779)	(121.092)
Atualização monetária	50.308	121	3.402	53.831
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.308.922	17.408	29.769	1.356.099
(-) Depósitos judiciais	(1.197.150)	(5.938)	(8.804)	(1.211.892)
Provisão líquida em 31 de dezembro de 2019	111.772	11.470	20.965	144.207
Quantidade de processos	81	712	2.044	2.837

(*) Refere-se principalmente ao processo, classificado como perda possível, em que é discutido a não tributação do INSS sobre a participação nos lucros e resultados, onde o Tribunal Regional Federal e o Superior Tribunal de Justiça indeferiram os recursos da Companhia que discutiam os períodos de abril de 2004 a abril de 2006 com a alegação do não cumprimento dos requisitos da lei nº 10.101. Diante desse indeferimento, foi provisionado no segundo trimestre de 2019, o montante de R\$ 44.788 (R\$ 26.873 de impacto no lucro líquido), para os quais existem depósito judicial correspondente.

(a) PROVISÃO PARA PROCESSOS FISCAIS E PREVIDENCIÁRIOS

As ações judiciais de natureza fiscal (tributária), quando classificadas como obrigações legais, são objeto de constituição de provisão independentemente de sua probabilidade de perda. As demais ações judiciais fiscais são provisionadas, quando a classificação de risco de perda seja provável. Segue a composição destes processos por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2019	Dezembro de 2018	Dezembro de 2019	Dezembro de 2018
PIS	24.822	23.289	522.868	503.327
COFINS	115.213	108.163	294.678	281.485
Processos com adesão ao REFIS	-	-	416.988	461.225
Outros	-	-	74.388	71.731
Total	140.035	131.452	1.308.922	1.317.768
Depósitos judiciais	(140.035)	(131.452)	(1.197.150)	(1.264.804)
Provisão líquida	-	-	111.772	52.964

(i) PIS

As sociedades Porto Cia, Porto Vida e Previdência, Porto Saúde e Azul Seguros discutem a exigibilidade da contribuição ao PIS, instituída nos termos das Emendas Constitucionais nº 01/94, nº 10/96 e nº 17/97, as quais alteraram a base de cálculo e a alíquota da contribuição, que passou a incidir sobre a receita bruta operacional, e da Lei nº 9.718/98, cuja contribuição passou a incidir sobre a receita bruta, independentemente da classificação contábil.

No caso da Emenda Constitucional nº 01/94, a Porto Vida e Previdência aderiu parcialmente ao REFIS e aguarda o levantamento do saldo remanescente; para a parcela ainda em discussão aguarda-se o julgamento dos Recursos Especial e Extraordinário interpostos pela sociedade. Na ação da Azul Seguros, aguarda-se julgamento do Recurso Extraordinário interposto pela União.

No caso da Emenda Constitucional nº 10/96, a ação da Porto Cia e Porto Vida, aguarda-se julgamento dos Recursos Especial e Extraordinário interpostos pelas sociedades. Na ação da sociedade Azul Seguros, aguarda-se julgamento do Recurso Extraordinário interposto pela sociedade. No caso da Emenda Constitucional nº 17/97, na ação movida pela Porto Cia e Porto Vida e Previdência, aguarda-se julgamento dos Recursos Especial e Extraordinário interpostos pelas sociedades.

No caso da Lei nº 9.718/98, a ação movida pela Porto Cia e Porto Vida e Previdência, aguarda-se julgamento dos Recursos Especial e Extraordinário interpostos pelas sociedades e pela União, que por sua vez, foram sobrestados com base no tema nº 372 da repercussão geral, RE nº 609.096/RS. Na ação da Azul Seguros, aguarda-se o julgamento dos Recursos Especial e Extraordinário interpostos pela

União, sendo que o Recurso Extraordinário foi sobrestado até o julgamento do RE nº 400.479 e do Agravo de Instrumento nº 732.247. Na ação da sociedade Porto Saúde, aguarda-se julgamento dos Recursos Especial e Extraordinário interpostos pela sociedade, que foram sobrestados até o julgamento do recurso repetitivo no STF. Nos autos deste processo da Porto Cia, foi requerida a conversão em renda para a União dos valores então depositados. Diante disso, em maio de 2017, o referido processo, no valor de R\$ 136.683, foi extinto sem julgamento de mérito. Existe ainda mandado de segurança que se discute a tese de PIS que em caso de julgamento favorável, converterá esse montante em créditos a recuperar contra a Receita Federal do Brasil.

(ii) REFIS

A Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal (REFIS) nos anos de 2013 e 2014, para diversas ações que discutia judicialmente e atualmente aguarda a homologação dos pedidos de desistência das ações perante o Poder Judiciário. A ação que discutia a “CSLL (dedutibilidade da base de cálculo do IRPJ)” foi homologada em junho de 2015 (Porto Cia e Portopar) e novembro de 2016 (Porto Saúde).

(iii) COFINS

Com o advento da Lei nº 9.718/98, as companhias de seguros e de previdência complementar, entre outras, ficaram sujeitas ao recolhimento da COFINS, incidente sobre suas receitas, à alíquota de 3%, desde fevereiro de 1999, e de 4% depois da promulgação da Lei nº 10.684/03. As sociedades Azul Seguros, Porto Saúde, Itaú Auto e Residência e Portopar questionam judicialmente essa tributação, bem como a base de cálculo fixada pela Lei nº 9.718/98, que conceituou o faturamento como equivalente à receita bruta.

Nas ações movidas pelas sociedades Porto Saúde e Portopar, atualmente aguarda-se o julgamento dos Recursos Especial e Extraordinário interpostos pelas sociedades. Na ação movida pela sociedade Azul Seguros, atualmente aguarda-se o julgamento do Recurso Extraordinário interposto pela sociedade. Na ação movida pela sociedade Itaú Auto e Residência aguarda-se o julgamento do Recurso de Apelação interposto pela sociedade.

(iv) PIS e COFINS sobre receitas de juros sobre o capital próprio

A Controladora propôs ação visando discutir a legalidade e a constitucionalidade do parágrafo único do artigo 1º do Decreto nº 5.164/04, que dispõe a respeito da incidência de PIS e COFINS sobre os valores recebidos a título de juros sobre o capital próprio. Atualmente aguarda-se o julgamento dos Recursos Especial e Extraordinário interpostos pela Controladora.

(b) CONTINGÊNCIAS FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

A Companhia é parte em outras ações de natureza fiscal e previdenciária que não são classificadas como obrigações legais e por serem classificados com perda possível, não são provisionadas. O risco total estimado dessas ações totaliza R\$ 1.553.831 (R\$ 1.148.385 de possível impacto no lucro líquido). As principais causas são: (i) discussão do INSS sobre participação nos lucros e resultados, com risco total estimado em R\$ 576.578 (R\$ 419.270 de possível impacto no lucro líquido); (ii) discussão do INSS sobre programa de alimentação do trabalhador, com risco total estimado em R\$ 315.409 (R\$ 237.634 de possível impacto no lucro líquido); (iii) questionamento da Receita Federal do Brasil quanto a não inclusão de determinadas receitas financeiras na base de cálculo do PIS e COFINS, com risco total

estimado em R\$ 305.099 (R\$ 227.525 de possível impacto no lucro líquido); e (iv) discussão do imposto de renda e da contribuição social sobre os juros sobre capital próprio (JCP) que tem seu risco total estimado em R\$ 185.144 (R\$146.365 de possível impacto no lucro líquido).

(c) PROVISÃO PARA PROCESSOS E CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS

A Companhia é parte em ações de natureza trabalhista. Os pedidos mais frequentes referem-se a horas extras, reflexo das horas extras, verbas rescisórias, equiparação salarial e descontos indevidos. A probabilidade desses processos judiciais está classificada como perda provável. O prazo médio para o desfecho das ações trabalhistas na Companhia é de 30 meses.

Adicionalmente às provisões registradas existem passivos contingentes, com os mesmos tipos de pedidos das ações provisionadas, no montante de R\$ 6.512 (R\$ 6.797 em dezembro de 2018) para os quais, com base na avaliação dos advogados da Companhia, as perdas são consideradas possíveis e não há constituição de provisão. Apesar das incertezas envolvidas na determinação dessas obrigações, a Administração não espera que haja efeitos significativos no resultado da Companhia pelo desfecho destas ações.

(d) PROVISÃO PARA PROCESSOS E CONTINGÊNCIAS CÍVEIS

A Companhia é parte integrante em processos de natureza cível. Os pedidos mais frequentes referem-se a danos morais, materiais, corporais e sucumbência. A probabilidade desses processos judiciais está classificada como perda provável. O prazo médio para o desfecho das ações cíveis na Companhia é de 30 meses.

Adicionalmente às provisões registradas existem passivos contingentes, com os mesmos tipos de pedidos das ações provisionadas, no montante em riscos de R\$ 189.501 (R\$ 152.124 em dezembro de 2018), para os quais, com base na avaliação dos advogados da Companhia, as perdas são consideradas possíveis, não havendo constituição de provisão para esses processos. Apesar das incertezas envolvidas na determinação dessas obrigações, a Administração não espera que haja efeitos significativos no resultado da Companhia pelo desfecho destas ações.

Por orientação da SUSEP, a Companhia passou a tratar determinadas demandas judiciais (tais como danos morais, lucros cessantes, etc.) como processos cíveis, onde anteriormente eram classificadas na Provisão de Sinistros a Liquidar Judicial, juntamente com os valores de coberturas reclamadas.

24. PASSIVO DE ARRENDAMENTO – CONSOLIDADO (*)

	Passivo de arrendamento	Juros a apropriar de contratos de arrendamento	Passivo de arrendamento líquido
Saldo inicial em 1 de janeiro de 2019	289.267	(128.203)	161.064
Constituição de novos contratos	338	(77)	261
Pagamentos	(34.303)	-	(34.303)
Apropriação dos juros	-	17.076	17.076
Saldo em 31 de dezembro de 2019	255.302	(111.204)	144.098
Circulante			19.953
Não circulante			124.145

(*) Não são apresentados valores comparativos uma vez que a adoção inicial da norma IFRS 16 ocorreu em 1 de janeiro de 2019, (modelo retrospectivo modificado) conforme facultado pela norma (vide nota explicativa nº 2.1.1).

Refere-se ao passivo de arrendamento, mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, considerando possíveis renovações ou cancelamentos (vide nota explicativa nº 2 e 2.1.1).

Conforme requerido pela Instrução CVM Ofício Circular nº 2/2019, se efetuado a mensuração pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, incorporados a inflação futura projetada e descontados pela taxa incremental de financiamento, a Companhia teria em 31 de dezembro de 2019, um incremento líquido de passivo de arrendamento em R\$ 22.983 e um incremento na despesa financeira no período em R\$ 2.408.

25. OUTROS PASSIVOS – CONSOLIDADO (*)

	Dezembro de 2019	Dezembro de 2018
Participações nos lucros	246.178	256.512
Fornecedores	183.021	175.606
Provisão de férias e encargos	112.844	112.639
Programa de fidelidade - cartão de crédito	93.651	93.665
Devolução a consorciados	93.178	74.688
Benefícios pós emprego	63.907	61.211
Depósitos de terceiros	24.820	79.544
Outros	32.215	23.030
	849.814	876.895
Circulante	785.271	814.919
Não circulante	64.543	61.976

(*) Os outros passivos da Controladora referem-se, substancialmente, às participações nos lucros a pagar.

26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO – CONTROLADORA**(a) CAPITAL SOCIAL**

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, o capital social, subscrito e integralizado era de R\$ 4.000.000, dividido em 323.293.030 ações ordinárias nominativas escriturais e sem valor nominal.

(b) PROGRAMA DE RECOMPRA DE AÇÕES

Em 30 de janeiro de 2019, o Conselho de Administração aprovou a renovação do programa de recompra de ações com as seguintes condições:

- Objetivo do programa: o programa de recompra de ações, por meio da aquisição de ações de emissão da Companhia para manutenção em tesouraria, cancelamento ou alienação, sem redução do capital social, e/ou vinculação ao plano de remuneração em ações da Companhia, tem por objetivo, havendo condições propícias, criar alternativa adicional para geração de valor para os acionistas;
- Vigência do programa: entre 1º de fevereiro de 2019 e 1º de fevereiro de 2020;
- Quantidade de ações a serem adquiridas: até o limite de 5 milhões de ações;
- Instituição Financeira autorizada: Itaú Corretora de Valores S.A.

As operações de recompra efetuadas até 31 de dezembro de 2019, totalizaram 378,7 mil de ações ao preço médio de R\$ 54,12, totalizando R\$ 20.154 e no período corrente a Companhia outorgou 6,3 mil ações em decorrência do plano de remuneração em ações (vide nota explicativa nº 26 (e)), ao preço médio de R\$ 53,22, totalizando R\$ 366 registrados no Patrimônio Líquido em “Ações em Tesouraria”. O preço mínimo pago nas recompras de ações foi de R\$ 52,12 e o preço máximo de R\$ 55,93 (valores expressos em R\$).

(c) RESERVAS DE LUCROS**(i) Reserva legal**

A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2019 seu saldo era de R\$ 618.860 (R\$ 549.906 em dezembro de 2018).

(ii) Reserva estatutária

A reserva para manutenção de participações societárias tem como finalidade a compensação de eventuais prejuízos ou aumento do capital social, de modo a preservar a integridade do patrimônio social e a participação da Companhia em suas controladas e coligadas ou futura distribuição aos acionistas.

Poderá ser destinado a essa reserva, em cada exercício, o saldo remanescente do lucro líquido após a constituição da reserva legal e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, ressalvadas as hipóteses em que a Administração considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento

de suas finalidades, casos em que, em determinado exercício, seja integral ou parcialmente, distribuído aos acionistas ou revertido para aumento de capital. O limite dessa reserva será o valor do capital social. Em 31 de dezembro de 2019, seu saldo era de R\$ 3.135.105 (R\$ 2.624.429 em 31 dezembro de 2018).

(d) DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

De acordo com o estatuto social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido (da Controladora) do exercício ajustado. O pagamento dos dividendos obrigatórios poderá ser limitado ao montante do lucro líquido que tiver sido realizado nos termos da lei. O pagamento de Juros sobre o Capital Próprio (JCP) (líquido dos efeitos tributários) é imputado aos dividendos mínimos obrigatórios. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada, antes disso será mantida no patrimônio líquido, conforme apresentado na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

Conforme aviso aos acionistas e junho e de outubro de 2019, a Companhia creditou contabilmente em 25 de junho de 2019, R\$ 230.912 e em 29 de outubro de 2019, R\$ 205.726 (brutos de imposto de renda) em Juros sobre o Capital Próprio (JCP) aos seus acionistas, relativos ao período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2019, a serem imputados aos dividendos deste exercício. A data de pagamento será fixada na Assembleia Geral Ordinária da Companhia, que será realizada em 31 de março de 2020.

Os dividendos mínimos e os adicionais propostos (a serem aprovados na AGO de 31 de março de 2020 e pagos até 30 de abril de 2020) foram calculados como segue:

	Dezembro de 2019	Dezembro de 2018
Lucro líquido do exercício - Controladora (A)	1.379.083	1.310.620
(-) Reserva legal - 5%	(68.954)	(65.531)
Ajustes de IFRS	2.366	3.930
Lucro básico para determinação do dividendo	1.312.495	1.249.019
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% (*)	328.124	312.255
JCP complementar - líquido	43.673	94.332
Dividendos complementares propostos	317.745	248.723
Total de dividendos/JCP complementares	361.418	343.055
Total de dividendos (B)	689.542	655.310
Total por ação (R\$)	2,13426	2,02698
Distribuição total (B/A)	50,0%	50,0%

(*) Composto em dezembro de 2019 por JCP líquido já creditado contabilmente e imputado aos dividendos mínimos provisionados, no montante de R\$ 392.966 destacados na DMPL estão inclusos os dividendos mínimos obrigatórios de R\$ 328.124 e R\$ 64.842, referentes ao imposto de renda retido na fonte (15% para acionistas residentes no país e alíquota diferenciada para acionistas residentes no exterior).

(e) REMUNERAÇÃO EM AÇÕES (i)

A Companhia possui um plano de pagamento de remuneração em ações elegíveis aos diretores estatutários da Companhia e/ou das Controladas como parte de sua remuneração variável anual.

O objetivo do plano é promover o alinhamento de longo prazo entre os interesses dos administradores e dos acionistas, da Companhia e de suas Controladas; o comprometimento, por parte dos administradores, com a obtenção de resultados sustentáveis para a Companhia e suas Controladas; e a criação de valor para os acionistas.

Diante desse plano, a remuneração variável anual devida aos diretores passará a ser paga, em parte, em ações, nos termos do plano e do contrato de outorga, conforme o cronograma de implementação a seguir:

- i) Exercício social base de 2018 (remuneração variável aprovada em 2019): 7,50% (sete e meio por cento) da remuneração variável dos diretores será paga em Ações;
- ii) Exercício social base de 2019 (remuneração variável aprovada em 2020): 15,00% (quinze por cento) da remuneração variável dos diretores será paga em Ações;
- iii) Exercício social base de 2020 (remuneração variável aprovada em 2021): 22,50% (vinte e dois e meio por cento) da remuneração variável dos diretores será paga em Ações; e
- iv) Exercício social base de 2021 (remuneração variável aprovada em 2022) e exercícios sociais subsequentes: 30,00% (trinta por cento) da remuneração variável dos diretores será paga em Ações.

O plano não altera os parâmetros atuais de cálculo e pagamento de remuneração variável aos diretos, mas tão somente modifica a forma de pagamento, que, em parte, deixa de ser em dinheiro e de forma imediata, e passa a ser em ações de emissão da Companhia, as quais apenas serão transferidas/outorgadas aos diretores após o período de “vesting” (3 anos) posteriores ao exercício base para a determinação da remuneração variável, ou do desligamento do diretor, desde que cumpridas todas as condições previstas no plano e no respectivo contrato de outorga. A liquidação desse plano é feita mediante entrega de ações PSSA mantidas em tesouraria.

As despesas com o plano de remuneração em ações estão demonstradas no quadro abaixo:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>Dezembro</u>	<u>Dezembro</u>
	<u>de 2019</u>	<u>de 2019</u>
Direito em remuneração em ações (ii)		
Exercício social base 2018 (Aprovado em 2019)	263	6.159
Reconhecimento em Patrimônio Líquido no período		
Diferimento de vesting do período	87	2.297
Ações canceladas, outorgadas ou perda de direito	-	(366)
	<u>87</u>	<u>1.931</u>

(i) Não são apresentados valores comparativos uma vez que a implementação da remuneração em ações iniciou em 2019, com base no resultado do exercício de 2018.

(ii) O diretor não terá direito a receber imediatamente as referidas ações, mas sim apenas após transcorrido o período de “vesting” (3 anos), nos termos do Plano.

Adicionalmente, a movimentação das quantidades de ações do plano estão demonstradas no quadro abaixo:

	Quantidade	
	Controladora	Consolidado
	Dezembro de 2019	Dezembro de 2019
Direito em remuneração em ações (ii)		
Exercício social base 2018 (Aprovado em 2019)	5.034	118.106
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	-
Diferimento de vesting do período	1.668	44.046
Ações canceladas, outorgadas ou perda de direito	-	(6.312)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.668	37.734

27. PRÊMIOS DE SEGUROS EMITIDOS E CONTRAPRESTAÇÕES LÍQUIDAS – CONSOLIDADO

Os prêmios auferidos compreendem os prêmios de seguros emitidos, líquidos de cancelamentos, restituições e cessões de prêmios a congêneres e às contraprestações líquidas dos planos de saúde. Os valores dos principais grupos de ramos de seguro estão assim compostos:

	Dezembro de 2019			Dezembro de 2018		
	Prêmios emitidos	Prêmios cedidos (resseguro)	Prêmios emitidos líquidos	Prêmios emitidos	Prêmios cedidos (resseguro)	Prêmios emitidos líquidos
Automóvel	9.836.234	-	9.836.234	9.962.011	-	9.962.011
Patrimonial	1.556.143	(59.287)	1.496.856	1.490.079	(64.384)	1.425.695
Saúde	1.676.348	-	1.676.348	1.500.526	-	1.500.526
Pessoas	904.324	(13.467)	890.857	798.191	(11.605)	786.586
Riscos financeiros	444.836	(5.768)	439.068	366.942	(4.473)	362.469
VGBL	338.158	(1)	338.157	342.421	(219)	342.202
Uruguai	322.138	(1.850)	320.288	303.336	(1.345)	301.991
Transportes	102.243	-	102.243	190.105	(1.224)	188.881
DPVAT	185.875	-	185.875	244.687	-	244.687
Outros	104.068	(34.167)	69.901	73.029	(25.702)	47.327
	15.470.367	(114.540)	15.355.827	15.271.327	(108.952)	15.162.375

28. RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO – CONSOLIDADO

	Dezembro de 2019	Dezembro de 2018
Cartão de crédito	779.341	728.398
"Interchange" (*)	383.604	349.852
Financiamentos	203.200	168.444
Empréstimos	81.790	87.434
Outras	28.492	14.340
	1.476.427	1.348.468

(*) Refere-se às remunerações recebidas das bandeiras de cartões de crédito sobre as transações processadas.

29. RECEITAS DE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS – CONSOLIDADO

	Dezembro de 2019	Dezembro de 2018
Porto Consórcio	324.079	296.826
Porto Atendimento	202.158	189.560
Serviços Médicos, Centros Médicos e Saúde Ocupacional	121.650	167.034
Portopar e Porto Investimentos	82.460	71.993
Porto Locadora	78.503	44.821
Proteção e Monitoramento	67.409	88.580
Porto Serviços e Comércio	33.092	25.087
Porto Conecta	19.152	128.867
Outras	100.712	79.653
	1.029.215	1.092.421

30. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS – CONSOLIDADO (*)

	Dezembro de 2019	Dezembro de 2018
Seguros (*)	70.890	63.464
Outras receitas com cartão de crédito	45.043	59.557
Previdência	19.014	36.911
Porto Consórcio	13.357	11.611
Venda de investimento	1.675	44.929
Receitas patrimoniais	-	42.588
Outras	35.129	16.475
	185.108	275.535

(*) Referem-se, principalmente, às receitas de honorários do convênio DPVAT de atendimento aos segurados.

31. VARIAÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS – CONSOLIDADO

	Dezembro de 2019		Dezembro de 2018	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Provisão matemática	339.259	339.259	345.429	345.429
Provisão de plano de previdência	189.863	189.863	170.206	170.206
Provisão de prêmios não ganhos	97.346	106.998	473.981	472.291
Outras provisões	2.888	2.888	153	153
	629.356	639.008	989.769	988.079

32. SINISTROS RETIDOS – CONSOLIDADO

Os sinistros retidos (despesas com sinistros) compreendem as indenizações avisadas e variação de IBNR. A tabela a seguir apresenta os sinistros retidos brutos de salvados e ressarcimentos.

	Dezembro de 2019			Dezembro de 2018		
	Bruto de resseguro	Recuperação de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Recuperação de resseguro	Líquido de resseguro
Automóvel	6.572.928	(2)	6.572.926	6.106.023	192	6.106.215
Saúde	1.264.423	-	1.264.423	1.167.280	-	1.167.280
Patrimonial	495.047	(34.722)	460.325	445.604	(29.692)	415.912
Pessoas	272.809	(10.497)	262.312	245.036	(9.529)	235.507
Riscos financeiros	176.626	(55)	176.571	144.930	(771)	144.159
Porto Uruguai	172.489	-	172.489	162.920	-	162.920
DPVAT	79.570	-	79.570	199.070	-	199.070
Outros	79.231	(9.705)	69.526	84.450	(17.785)	66.665
	9.113.123	(54.981)	9.058.142	8.555.313	(57.585)	8.497.728

33. CUSTOS DE AQUISIÇÃO – SEGUROS (*) - Consolidado

	Dezembro de 2019	Dezembro de 2018
Automóvel	2.236.506	2.134.818
Patrimonial	446.161	421.385
Pessoas	270.579	244.291
Saúde	127.434	119.343
Riscos financeiros	113.777	99.052
Porto Seguro Uruguai	93.205	68.034
DPVAT	20	2.937
Outros	53.497	46.969
	<u>3.341.179</u>	<u>3.136.829</u>

(*) Inclui a amortização dos custos de aquisição diferidos (nota explicativa nº 13) e as despesas de comercialização não diferidas.

34. DESPESAS ADMINISTRATIVAS – CONSOLIDADO (*)

	Dezembro de 2019	Dezembro de 2018
Pessoal e benefícios pós-emprego	1.578.216	1.483.575
Localização e funcionamento	493.478	474.995
Serviços de terceiros	538.370	396.177
Participação nos lucros	253.198	264.284
Publicidade	103.689	78.223
Donativos e contribuições	36.324	29.902
Outras	84.936	51.386
	<u>3.088.211</u>	<u>2.778.542</u>

(*) As despesas administrativas da Controladora referem-se, principalmente, às participações nos lucros, honorários e encargos. Vide nota explicativa nº 16.3.

35. DESPESAS COM TRIBUTOS – CONSOLIDADO (*)

	<u>Dezembro de 2019</u>	<u>Dezembro de 2018</u>
COFINS	407.770	406.295
PIS	69.190	68.644
Imposto sobre serviços	33.295	29.560
Outras	58.624	53.383
	<u>568.879</u>	<u>557.882</u>

(*) As despesas com tributos da Controladora referem-se, substancialmente, ao PIS/COFINS sobre JCP recebido.

36. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS – CONSOLIDADO

	<u>Dezembro de 2019</u>	<u>Dezembro de 2018</u>
Captação de recursos	482.286	476.244
Provisão para riscos de créditos	402.492	349.600
Serviços de assistência e gestão de riscos	170.287	237.142
Cobranças e adm. de apólices e contratos	101.614	105.594
Encargos sociais de operações com seguros	38.164	37.538
Amortização de intangíveis e de combinação de negócios	12.722	14.375
Outras	129.428	187.478
	<u>1.336.993</u>	<u>1.407.971</u>

37. RECEITAS FINANCEIRAS – CONSOLIDADO (*)

	<u>Dezembro de 2019</u>	<u>Dezembro de 2018</u>
Valorização e juros de instrumentos financeiro ao valor justo por meio do resultado	706.878	480.774
Juros de instrumentos financeiros - demais categorias	307.745	346.152
Operações de PGBL/VGBL	301.388	281.060
Operações de seguros	252.503	271.858
Atualização monetária de depósitos judiciais	44.349	37.973
Outras	74.403	82.474
	<u>1.687.266</u>	<u>1.500.291</u>

(*) Os saldos da Controladora referem-se, principalmente, à valorização de títulos a valor justo.

38. DESPESAS FINANCEIRAS – CONSOLIDADO (*)

	Dezembro de 2019	Dezembro de 2018
Atualização monetária - PGBL e VGBL	286.829	236.479
Atualização monetária - passivos de seguro	160.849	131.488
Variação monetária de provisão para tributos a longo prazo	59.345	26.753
Atualização monetária - passivos de previdência	66.021	98.203
Juros sobre passivo de arrendamento	17.076	-
Outras	58.044	81.441
	648.164	574.364

(*) Os saldos da Controladora referem-se, principalmente, à desvalorização de títulos para negociação.

39. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS – CONSOLIDADO
39.1 PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

A Companhia patrocina 2 planos de previdência complementar para seus funcionários, sendo um na modalidade de plano de contribuição variável e outro na modalidade de contribuição definida. Ambos seguem os critérios da CPC 33 - Benefícios aos empregados, por meio da Portoprev - Porto Seguro Previdência Complementar, entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos.

Nos termos do regulamento desses planos, os principais recursos são representados por contribuições de suas patrocinadoras e participantes e pelos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos em investimentos. As contribuições efetuadas pelos participantes variam entre 1% e 8% do salário de cada participante, e a contribuição da patrocinadora corresponde a 100% do valor de contribuição do participante.

Em dezembro de 2019, os planos contavam com cerca de 5,6 mil participantes ativos (5,3 em dezembro de 2018). A despesa da Companhia com contribuições ao plano foi de R\$ 17.379 em dezembro de 2019 (R\$ 17.569 em dezembro de 2018).

39.2 BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A movimentação das obrigações com benefícios pós-emprego é demonstrada a seguir:

	Dezembro de 2019	Dezembro de 2018
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	61.211	43.854
Custo dos benefícios	4.044	2.800
Custo de juros	5.654	3.902
Benefícios pagos	(4.101)	(7.010)
Ganho atuarial sobre a obrigação	(2.901)	17.665
Saldo final do passivo	63.907	61.211
Perdas atuariais em outros resultados abrangentes	(2.518)	(12.798)

As premissas atuariais utilizadas são revisadas anualmente. As principais premissas usadas, em 31 de dezembro de 2019, foram as seguintes:

Taxa média de desconto das obrigações (ao ano)	5,0% - 5,1%
Taxa de crescimento salarial (ao ano)	1,0%
Inflação econômica (ao ano)	4,0%
Inflação médica (ao ano)	4,0%
Taxa de variação dos saldos de FGTS (ao ano) - nominal	4,5%

39.3 OUTROS BENEFÍCIOS - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2019	Dezembro de 2018
Vales-alimentação e refeição	171.411	175.440
Assistências médica e odontológica	141.268	131.141
Vale-transporte	32.258	32.766
Auxílio-creche	7.441	7.664
Instrução	5.525	6.476
	357.903	353.487

40. LUCRO POR AÇÃO – CONTROLADORA

O lucro por ação básico da Companhia é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações emitidas durante o período, excluindo quaisquer ações em tesouraria recompradas durante o período de divulgação e que foram classificadas como ações em tesouraria como um componente redutor do patrimônio líquido.

A Porto Seguro não dispõe de instrumentos financeiros conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito dilutivo ou antidilutivo (conforme definido pela IAS 33 – Lucro por Ação) sobre o lucro por ação do período. Dessa forma, o lucro por ação básico que foi apurado para o período é igual ao lucro por ação diluído. O lucro por ação é demonstrado a seguir:

	<u>Dezembro de 2019</u>	<u>Dezembro de 2018</u>
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	1.379.083	1.310.620
Média ponderada do número de ações durante o período	323.083	323.293
Lucro por ação básico e diluído (R\$)	4,26851	4,05397

41. EVENTOS SUBSEQUENTES

Conforme comunicado ao mercado em 10 de janeiro de 2020, A Companhia firmou um acordo de transferência de carteira com a ADT Serviços de Monitoramento Ltda (ADT). Nos termos do acordo, os clientes de alarmes e videomonitoramento da Porto Seguro Proteção e Monitoramento serão transferidos para a ADT, observando um cronograma de migração estabelecido pelas partes. A receita com essa transferência de carteira dependerá do volume de clientes migrados até o final da operação e as possíveis provisões decorrentes da descontinuidade dessa carteira não serão relevantes diante do montante total da operação. Essa transação foi aprovada no Conselho de Administração de Defesa Econômica (CADE) em 29 de janeiro de 2020.

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria foi instituído pelo Conselho de Administração da Porto Seguro S.A., em reunião realizada em 16 de dezembro de 2005. É um órgão estatutário, que se reporta diretamente ao Conselho de Administração. É composto por três membros, dentre eles um profissional de comprovado conhecimento nas áreas de contabilidade e auditoria dos mercados em que a Companhia e suas controladas atuam. Para a eleição dos membros, foram considerados os critérios de independência constantes na legislação e regulamentação aplicáveis. Trata-se de Comitê de Auditoria único, instalado na Porto Seguro S.A., supervisionando todas as sociedades por ela controladas.

Ao Comitê de Auditoria compete, principalmente, avaliar, acompanhar e recomendar, de forma independente, os seguintes assuntos relevantes: (i) as demonstrações financeiras da Porto Seguro S.A. e de suas controladas; (ii) os sistemas de controles internos da Porto Seguro S.A. e de suas controladas; (iii) o atendimento a dispositivos legais e normativos aplicáveis à Porto Seguro S.A. e às suas controladas, considerando as particularidades afetas a cada sociedade, além de regulamentos e políticas internas; (iv) os trabalhos desenvolvidos pelas Auditorias Interna e Independente; e (v) a correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de sua atuação.

Cabe à Administração da Porto Seguro S.A. a responsabilidade pela elaboração, apresentação e integridade das demonstrações financeiras da Porto Seguro S.A. e de suas controladas, bem como pela implementação e manutenção de controles internos adequados à complexidade das operações, com estrita observância das práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* – IFRS – emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB).

A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes audita as demonstrações financeiras da Porto Seguro S.A. (individual) e da Porto Seguro S.A. e de suas controladas (consolidado), de acordo com as normas de auditoria brasileiras e internacionais aplicáveis.

Tomando por base o disposto no seu Regulamento, no segundo semestre de 2019, o Comitê de Auditoria desenvolveu, dentre outras, as seguintes atividades e tratou de assuntos relevantes, inclusive para as sociedades supervisionadas pela SUSEP: (a) análise e acompanhamento das atividades de Auditoria Interna e Auditoria Independente e aprovação do plano anual da Auditoria Interna; (b) análise e acompanhamento das atividades de Controles Internos e de Gestão de Riscos; (c) realização de reuniões com diversas áreas da organização; (d) avaliação do nível dos trabalhos realizados pelas Auditorias Interna e Independente, bem como da política de independência mantida; (e) solicitação e análise dos principais aspectos contábeis e da evolução dos principais processos judiciais em

andamento; e (f) análise do cumprimento das normas especificamente aplicáveis aos setores de atuação da Porto Seguro S.A. e de suas controladas.

O Comitê reuniu-se com os Auditores Independentes e tomou conhecimento do relatório sobre as Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2019 da Porto Seguro S.A. (individual) e da Porto Seguro S.A. e de suas controladas (consolidado).

Assim, baseando suas conclusões nas atividades desenvolvidas no período e ponderando as limitações decorrentes do escopo de sua atuação, o Comitê entende que as Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2019 da Porto Seguro S.A. (individual) e da Porto Seguro S.A. e de suas controladas (consolidado), inclusive as sociedades supervisionadas pela SUSEP, foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), recomendando sua aprovação pelo Conselho de Administração.

São Paulo, 30 de janeiro de 2020.

Fernando Kasinski Lottenberg

Paulo Sergio Miron

Lie Uema do Carmo



PARECER DO CONSELHO FISCAL

“Os membros do Conselho Fiscal da Companhia, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia e de suas controladas (Consolidado), referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, bem como a proposta da Diretoria da Companhia para destinação do resultado do exercício. Com base nos documentos examinados, nos esclarecimentos prestados por representantes da Companhia e da empresa de auditoria independente, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, e considerando o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, apresentado em 29 de janeiro de 2020, e a ser entregue assinado em 30 de janeiro de 2020, do qual não constam ressalvas, os membros do Conselho Fiscal opinam, por unanimidade, que os referidos documentos, bem como a proposta de destinação dos resultados do exercício, incluindo as declarações de juros sobre o capital próprio, aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia, *ad referendum* da Assembleia Geral, estão em condições de serem apreciados e votados pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia que será realizada em 31 de março de 2020.”

São Paulo, 29 de janeiro de 2020.

Edson Frizzarim

Andrea Noceto

Alfredo Lazzareschi



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Porto Seguro S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Porto Seguro S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Porto Seguro S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Porto Seguro S.A. e da Porto Seguro S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

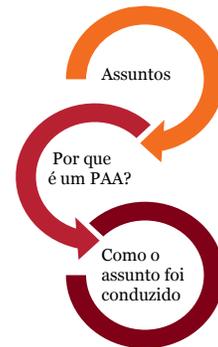
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Porto Seguro S.A.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Nossa auditoria do exercício de 2019 foi planejada e executada considerando que as operações da Companhia e da Companhia e suas controladas não apresentaram modificações significativas em relação ao ano anterior. Nesse contexto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do ano anterior.



Porque é um PAA

Provisão para riscos de crédito (Impairment) de Empréstimos e Financiamentos (Notas 2.9.1., 4.1, 9 e 9.1)

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo bruto consolidado das operações de concessão de empréstimos, financiamentos e operações de cartão de crédito era de R\$ 7.084.131 mil.

A Companhia mensurou a provisão para riscos de crédito por meio do estabelecimento de metodologias, que capturaram, além das perdas incorridas, aquelas esperadas durante o fluxo contratual dos ativos em consonância com o IFRS9/CPC 48, totalizando o valor de R\$ 502.481 mil.

A provisão para risco de crédito (*Impairment*) foi definida como área de foco em nossa auditoria, uma vez que envolve julgamento da administração na classificação dos créditos nos estágios previstos no IFRS 9/CPC 48, bem como na determinação da provisão necessária mediante a aplicação de metodologia e processos que utilizam várias premissas, incluindo a situação financeira da contraparte, os fluxos de caixa futuros esperados, os valores estimados de recuperação e realização de garantias.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos incluíram, entre outros, a atualização do nosso entendimento sobre os controles relevantes desenvolvidos pela Administração da Companhia relacionados ao modelo e premissas adotadas pela administração na determinação do valor recuperável da carteira de créditos, processo de classificação dos graus de risco, de monitoramento das garantias recebidas, da totalidade e integridade da base de dados da carteira de crédito, que serve como base para apuração da provisão para riscos de crédito.

Testamos, com o auxílio de nossos especialistas a aderência aos requisitos da referida norma, bem como em bases amostrais: (i) as premissas utilizadas para apuração da probabilidade de inadimplência atribuída no cálculo da provisão, utilizando como base a perda esperada para grupos com características de risco de créditos; (ii) a razoabilidade e consistência das premissas adotadas pela administração; (iii) recálculo da referida provisão utilizando as premissas da administração e (iv) análise das divulgações realizadas pela administração nas demonstrações financeiras consolidadas em atendimento aos requisitos do IFRS 9/CPC 48.



Porto Seguro S.A.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Consideramos que as premissas e critérios utilizados pela administração para determinação da provisão para risco de crédito de empréstimos e financiamentos são razoáveis em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas.

Mensuração das provisões técnicas de contratos de seguros (PSL, IBNR, IBNeR) e Previdência Complementar (PCC). (Notas 2.17, 4.4, 20, 20.1 e 20.2)

A Companhia registrou determinadas provisões técnicas, com destaque para: (i) sinistros ocorridos e não avisados (IBNR), no valor de R\$ 414.682 mil, (ii) sinistros ocorridos e não suficientemente avisados (IBNeR), que somada à provisão de sinistros a liquidar (PSL) totalizam R\$ 1.527.078 mil e (iii) provisão complementar de cobertura (PCC) no valor de R\$ 76.128 mil.

A determinação dos valores dessas provisões técnicas de contratos de seguros e previdência envolve julgamento da administração na elaboração de metodologias para o desenvolvimento dos sinistros ocorridos e dos prêmios emitidos, bem como na definição de premissas para os seus cálculos.

Consideramos essa uma área de foco de auditoria pelo nível de subjetividade das premissas e relevância dessas provisões no contexto das demonstrações financeiras consolidadas.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a atualização do entendimento do desenho dos controles relevantes referentes a reconciliação dos saldos contábeis com os relatórios operacionais, avaliação e aprovação das provisões técnicas de sinistros da Companhia.

Consideramos, ainda, os controles de aprovação das notas técnicas atuariais pelos responsáveis técnicos, bem como inspecionamos se esses técnicos tinham a qualificação e a experiência apropriada.

Com o auxílio de nossos especialistas, testamos as metodologias e as premissas financeiras e atuariais utilizadas pela administração na determinação dessas provisões técnicas, com destaque para o IBNR, IBNeR, PSL e PCC, em relação à experiência histórica da Companhia por meio de suas controladas e/ou às práticas utilizadas pelo mercado e procedemos ao recálculo em base de testes dessas provisões técnicas em 31 de dezembro de 2019.

Adicionalmente, testamos a totalidade e a integridade das bases de dados de emissão de apólices e de sinistros utilizadas para mensuração dessas provisões, por meio de técnicas de auditoria por computador.

Testamos também as análises de sensibilidade preparadas pela administração para consideração dos potenciais impactos decorrentes das variações na taxa de desconto no cálculo da PCC, na

Porto Seguro S.A.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

sinistralidade e despesas administrativas. Essas análises de sensibilidade encontram-se descritas na nota 4.4 às demonstrações financeiras.

Consideramos que as metodologias e premissas utilizadas na determinação dessas provisões técnicas são razoáveis e as divulgações efetuadas são consistentes com as informações obtidas.

Ambiente de tecnologia da informação

A Porto Seguros S.A. e suas controladas são dependentes de estrutura de tecnologia para registro e processamento de transações de suas operações e, conseqüentemente, elaboração das demonstrações financeiras.

Para a operacionalização de seus negócios, são utilizados diversos sistemas aplicativos para o registro e processamento de informações em complexo ambiente tecnológico, requerendo relevantes investimentos em ferramentas, processos e controles para a adequada manutenção e desenvolvimento de sistemas e segurança.

A avaliação da efetividade dos controles é determinante no processo de auditoria para a definição da abordagem pretendida para obtenção do conforto necessário. Uma vez que processos tecnológicos podem, eventualmente, ocasionar registro e processamento incorreto de informações críticas utilizadas para a elaboração das demonstrações financeiras da Companhia e de suas Controladas. Esta foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Como parte dos nossos procedimentos de auditoria, com o auxílio de nossos especialistas, atualizamos o entendimento do ambiente de tecnologia da informação e a avaliação, por meio de uma combinação de testes de controles relevantes, o desenho, a implementação e a efetividade operacional dos controles relativos à segurança da informação, desenvolvimento e manutenção de sistemas e operacionalização do ambiente tecnológico dos sistemas aplicativos relevantes para a preparação das demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas.

Os procedimentos de auditoria aplicados no ambiente de controles de tecnologia da informação resultaram em evidências que foram consideradas na determinação da natureza, época e extensão dos demais procedimentos de auditoria e consideramos que os processos e controles desse ambiente proporcionaram uma base satisfatória para ser utilizada no resultado de nossa auditoria das demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a

Porto Seguro S.A.

formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As



Porto Seguro S.A.

distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.



Porto Seguro S.A.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 30 de janeiro de 2020

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Eduardo Sá da Matta
Contador CRC 1SP216397/O-5

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

BRUNO CAMPOS GARFINKEL
MARCOS AMBROGIO CRESPI BONOMI
ANA LUIZA CAMPOS GARFINKEL
MARCIO DE ANDRADE SCHETTINI
LUIZ ALBERTO POMAROLE
PEDRO LUIZ CERIZE

DIRETORIA

ROBERTO DE SOUZA SANTOS
CELSO DAMADI
MARCELO BARROSO PICANÇO
LENE ARAÚJO DE LIMA
JOSÉ RIVALDO LEITE DA SILVA
MARCOS ROBERTO LOUÇÃO

DIEGO DE FRANÇA PEREIRA
Contador - CRC 1SP 264236/O-3